UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

MÔNICA MARIA RINALDI ASCIUTTI

Um lugar para o periódico *O Novo Mundo* (Nova Iorque, 1870-1879)

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

Um lugar para o periódico *O Novo Mundo* (Nova Iorque, 1870-1879)

Mônica Maria Rinaldi Ascutti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Hélio de Seixas Guimarães

São Paulo

2010

À memória dos meus pais, Antônio e Clarice
que, além de tudo, ensinaram-me que “amanhã
será outro dia”, e aos meus filhos, Antônio e
Luiz, que me ensinaram que hoje é o dia.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Hélio de Seixas Guimarães, pela oportunidade, orientação e dedicação. Aos Profs. Drs. Vagner Camilo e César Braga-Pinto, pelas sugestões e indicações bibliográficas. Aos Profs. Drs. Marcos Piason Natali, Sérgio Miceli, João Roberto Faria e Cilaine Alves Cunha, pela atenção e interesse.

Ao Sr. Jacob Lebensztayn e, especialmente, à Ieda Lebensztayn, pela disposição, revisão cuidadosa e sugestões. Ao Rodrigo Freitas Dias, pela participação na disponibilização do periódico *O Novo Mundo* em meio eletrônico. À Patrícia Mendonça, Antônio Asciutti, Clarissa Vieira e Marina Rinaldi, pela colaboração. A Rudolf de Loos Jr., pela boa vontade.

Aos meus irmãos Paulo, Guiomar, José, Ana, Dalmo, Renato e Sonia, seus companheiros e filhos, pelo incentivo. Ao José, em especial, pela proximidade, sempre. À Maria do Carmo Moura Martins, pela dedicação. À Cristina Aiach Weiss, grande amiga, pelo carinho. A Gabriel Davanço Chinaglia, pela atenção e preocupação com meu bem estar.

Aos colegas do curso de pós-graduação e do grupo de crítica machadiana, em especial a Rogério Fernandes, pelas conversas e trocas de ideias.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela concessão de bolsa de mestrado, que vigorou durante os anos de 2008 e 2009, e da reserva técnica, utilizada para a disponibilização de *O Novo Mundo* em meio eletrônico.

Ao Carlos, meu marido, pelo apoio.

Hoje não há mais novos mundos para se descobrirem na superfície do globo terrestre: a ciência e a indústria humana tem-lhe sulcado todos os mares, e tem penetrado no coração de seus mais inóspitos desertos. Mas à geração moderna ainda resta muito a descobrir em um mundo em que, porque não o vemos com os olhos, não é menos real do que aquele de que Colombo tinha visão.

O NOVO MUNDO, v. I, n. 1, out./1870, p. 1.

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	7
Resumo / Abstract	8
Introdução	11
Capítulo 1 – Um perfil do jornal e do seu criador, José Carlos Rodrigues	
1.1 Antecedentes	19
1.2 Vozes de <i>O Novo Mundo</i>	33
1.3 <i>O Novo Mundo</i> e o “novo liberalismo”	45
Capítulo 2 – A literatura brasileira em <i>O Novo Mundo</i>	
2.1 Impasses da “civilização”	65
2.2 Diálogos e polêmicas	74
2.3 Outros paradigmas	96
Considerações finais	109
Bibliografia	112
Anexos	118

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Página de abertura do primeiro número do periódico	10
Figura 2 – Vista superior da cidade de Nova Iorque	21
Figura 3 – Perfil biográfico de Harriet Beecher Stowe	50
Figura 4 – Notícia de falecimento de Castro Alves	52
Figura 5 – “Banquete de todas as Nações”	61
Figura 6 – “O século décimo nono”	64
Figura 7 – Fotografia de Joaquim Nabuco	84
Figura 8 – Fotografia de Machado de Assis	86

Resumo

A presente dissertação investiga os artigos referentes à literatura (prosa ficcional e poesia) de *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, publicado em Nova Iorque, Estados Unidos, entre 1870 e 1879, para distribuição e circulação no Brasil. Em língua portuguesa, o periódico foi fundado por José Carlos Rodrigues (1844-1923), seu principal redator, e contou com um grupo de colaboradores que, nutrindo admiração pelos rumos do desenvolvimento da nação norte-americana, acreditavam no modelo estadunidense como solução para os problemas político-sociais brasileiros. O exame dos artigos que tratavam da conformação da literatura brasileira nas páginas do periódico mostra que ele pode ser visto à semelhança da revista *Niterói*, publicada na França em 1836, e considerada demarcadora da tendência literária romântica, junto à obra *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães. A comparação se justifica na medida em que *O Novo Mundo* foi também um lugar privilegiado a partir do qual se pode observar a renovação da produção literária ao longo da década de 1870. Foi nesse periódico que Machado de Assis publicou, em março de 1873, em caráter inédito, o ensaio literário “Instinto de Nacionalidade”, que viria a ser amplamente conhecido e celebrado pela crítica literária brasileira como marco do esgotamento do Romantismo brasileiro e indicativo da renovação que a produção local sofreria com a obra machadiana e as novas doutrinas do Realismo e do Naturalismo.

Palavras-chave: *O Novo Mundo*, Estados Unidos, década de 1870, “Instinto de Nacionalidade”, Machado de Assis, trocas culturais, literatura brasileira.

Abstract

This study investigates the articles referring to the literature (fiction prose and poetry) of *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, published in New York, United States, between 1870 and 1879 for distribution and circulation in Brazil. All written in Portuguese, the newspaper was founded by José Carlos Rodrigues (1844-1923), its chief and it reckoned on a group of collaborators, who nourishing admiration for the course of development of the American nation, believed in the American model as a solution to the socio-political problems in Brazil. The examination of articles dealing with the shaping of Brazilian literature on the pages of the newspaper, shows that it can be compared to *Niterói* magazine, published in France in 1836, and considered a demarcator of the romantic literary trend, with the work of Domingos José de Magalhães, *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836). The comparison is justified to the extent that *O Novo Mundo* was also a privileged place from which the renewal of literary production during the 1870s can be seen. It was in this period that Machado de Assis published in March 1873, for the very first time, the literary essay "Instinto de Nacionalidade," which would become widely known and celebrated by Brazilian literary critics as a landmark of exhaustion of Brazilian romanticism and an indicative of the renewal that local production would suffer from Machado's work and the new doctrines of Realism and Naturalism.

Key words: *O Novo Mundo*, The United States of America, The 1870's decade, "Instinto de Nacionalidade", Machado de Assis, cultural exchanges, Brazilian literature.

O NOVO MUNDO

PERIODICO ILLUSTRADO DO PROGRESSO DA EDADE.

Vol. I—No. 1.]

NEW YORK, 24 DE OUTUBRO DE 1870.

[PREÇO: ANNUO \$1000.
SEMI ANNUO \$500.]

ESTATUA DE COLOMBO.

Ao publicar um periódico que traz como crônica e como a mesma demonstração que se tem dado á parte do globo que Christo-

Colombo primeiro

descobriu, pagamos

antes de tudo um

pequeno tributo á

memória do grande

herói genovês.

A América com to-

das as suas riquezas

indivísíveis e com as

suas esperanças, tin-

da mais rica, do fu-

turo; com o fulgor

brilhante da sua ci-

vilização moderna, e

com todas as peças

da sua tão desenvol-

vida, a América,

al, tal qual a vemos

agora e a descobri-

mos no futuro, basta

para nutrir os senti-

mentos, que temos de

toda sua magnitude,

e de mais exaltada

admiração, daquela

que não-lhe as por-

tas do mundo antigo.

Mas no desenvol-

mento do Novo

Mundo há alguma

coisa mais sublime

Vinda, e que consola

a memória de Colom-

bo com uma glória

impassível, e que é

no mesmo tempo

uma ligeira profecia

que nós, os filhos do

Novo Mundo, deve-

mos sempre rece-

dar: é a festa de des-

coberta, que prece-

da no descobrimen-

to, aquella força mys-

teriosa, que chama-

mos fi, e que o ani-

mos a ir em busca

de novas terras, de

que elle mesmo só

tinha uma ideia inde-

finida, quasi vaga;

aquella força, que,

final, levando da

verdade todas as ob-

stacções, que tepe-

ra, conseguiu-lhe, para

elle a realização da

idea que tinha, e

para os honrar a

possé de um novo

trabalho.

A Presidência en-

sinha-se a sua veni-

da com a História.

Tornamos nós, os fi-

lhos da América, o

exemplo dos traba-

lhos de Colombo.

Hoje a terra não

tem mais para se

descobrir na superfície do globo terreno;

a ciência, e a industria humana tem-lhe sa-

do todos os meios, e em-lhe penetrado no es-

paço de seus mais íntimos segredos. Mas

é grande a saudade, ainda resta muito a des-

cober, e não resta, que, por-lhe não é Vênus

com os olhos, não é mais real do que a agulha,

de que Colombo tinha uma visão. Nove mil

do espirito há um continente, em cuja do-

monda devotamos todos os esforços: o seu descobri-

mento não pertence a um de nós, mas a cada

um de nós; de sua vitória não sabemos ainda

sempre trabalhar. Queira Aquelle que está na

"Grande Agulha" e que, só, leva os honores ao

parto, a que se desliza, nutrir: nos sempre

com o seu Espírito, para que não esqueçamos

com a tribulação da nossa aversão de viagem!

ficamos de angustiar, com os seus agulhas,

seus palácios, seus jardins, suas docas, seu

porto, a que se desliza, nutrir: nos sempre

com o seu Espírito, para que não esqueçamos

com a tribulação da nossa aversão de viagem!

ESTATUA DE COLOMBO EM GENOVA.

de descoberta para se descobrir na superfície do globo terreno; a ciência, e a industria humana tem-lhe sa-

do todos os meios, e em-lhe penetrado no es-

paço de seus mais íntimos segredos. Mas

é grande a saudade, ainda resta muito a des-

cober, e não resta, que, por-lhe não é Vênus

com os olhos, não é mais real do que a agulha,

de que Colombo tinha uma visão. Nove mil

do espirito há um continente, em cuja do-

monda devotamos todos os esforços: o seu descobri-

mento não pertence a um de nós, mas a cada

um de nós; de sua vitória não sabemos ainda

sempre trabalhar. Queira Aquelle que está na

"Grande Agulha" e que, só, leva os honores ao

parto, a que se desliza, nutrir: nos sempre

com o seu Espírito, para que não esqueçamos

com a tribulação da nossa aversão de viagem!

FIGURA 1 - Página de abertura do primeiro número do periódico *O Novo Mundo*, de outubro de 1870.

Introdução

Esta dissertação é o resultado do estudo dos artigos literários, referentes a obras ficcionais (romances, contos, novelas e peças teatrais) e poesias, que constam de *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, primeiro do gênero editado e publicado nos Estados Unidos, em língua portuguesa, para distribuição e circulação no Brasil. Entre textos de temática variada, apreende-se de suas páginas a expressão de um ideário relativo à literatura brasileira: seu papel no contexto sócio-político da década de 1870 e na conformação de uma identidade nacional. Tendências literárias, autores e obras do repertório literário nacional e internacional também constituem assunto do periódico, frequentemente articulados à visão da necessidade de especialização da atividade literária no Brasil.

Conhecido sobretudo por ter veiculado em caráter original, em março de 1873, o ensaio crítico “Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de Nacionalidade”, de Joaquim Maria Machado de Assis, *O Novo Mundo* teve longa existência. Foi publicado entre 1870 e 1879, praticamente sem interrupções. O texto machadiano, bastante analisado e tornado célebre pela crítica literária brasileira, fez parte do número trinta desse periódico e foi republicado na edição comemorativa de seu centésimo número, na qual se repetiram artigos de números anteriores. Em termos sumários, pode-se afirmar que o texto de Machado de Assis abrigava uma proposta diferenciada ante a produção literária brasileira praticada na época: sugeria maior independência no tocante aos modelos utilizados como referência pelos escritores brasileiros.

No contexto político-social brasileiro da década de 1870, normalmente descrito pela historiografia como um momento de crise em que debates e discussões acerca dos alicerces da formação nacional eram frequentes e intensos, o programa literário romântico passava por uma avaliação crítica de escritores e intelectuais, que questionavam, por exemplo, a presença excessiva da cultura francesa no Brasil. É conhecida, convém lembrar, a participação ativa dos autores brasileiros na construção da identidade nacional desde a independência política em relação a Portugal.

Descritas de forma resumida, as informações acima estão na origem deste trabalho. De início, indagou-se a possibilidade de ter sido proposital a veiculação de “Instinto de Nacionalidade” — que trata de aspectos literários ligados à nacionalidade,

cor local e convenções —, em um periódico editado nos Estados Unidos e não na França, como era hábito dos escritores brasileiros até então.

Nesse sentido, o subtítulo de *O Novo Mundo — Periódico Ilustrado do Progresso da Idade* — foi visto como construção retórica sugestiva do desenvolvimento material acelerado que avultava nos Estados Unidos na época. Com efeito, investigações preliminares em torno do surgimento de *O Novo Mundo* revelaram que seu fundador, José Carlos Rodrigues, jovem advogado brasileiro residente nos Estados Unidos, era um entusiasta do progresso material e grande admirador daquele país: insistia na ideia de que o Brasil deveria seguir o modelo de desenvolvimento estadunidense.

As pesquisas iniciais também detectaram a existência de dois trabalhos anteriores que tiveram *O Novo Mundo* como objeto de estudo: o texto apresentado em concurso para livre-docência de Elza Miné da Rocha e Silva (1991) e a dissertação de mestrado de Gabriela Vieira de Campos (2001).

Elza Miné da Rocha e Silva (1991), em *O Novo Mundo 1870 – 1879, Da Enunciação da Proposta às suas Revisitações*, descreveu a coleção completa do periódico, segundo pressupostos teórico-metodológicos de análise de conteúdo. Inicialmente, uma breve descrição do jornal teve lugar no estudo de Silva, buscando as estruturas que se repetiam em todos os números da coleção. Destaca-se, assim, a observação da homogeneidade das primeiras páginas, ou melhor, das folhas de capa dos jornais, que apresentam o cabeçalho inalterado nos 108 números, e, geralmente, “retratos de personalidades ou outras gravuras, a que raramente se articulam textos mais longos” (Silva, 1991, p. 33). Além disso, a autora mencionou a publicidade, reunida nas páginas finais de cada número, embora a partir do volume VII apareça também ao lado dos textos das últimas páginas de cada número; e a mancha impressa, que até o volume VII apresentava-se disposta em quatro colunas, reduzidas para três nos dois últimos volumes do periódico.

Os artigos da coleção do periódico foram, então, categorizados por assunto, de forma a proporcionar a visualização da fisionomia geral da publicação em perspectiva sincrônica, isto é, ao lado de uma breve abordagem sobre a imprensa brasileira do período. A autora elaborou um detalhado índice temático do periódico e procurou apreender suas linhas mestras, vinculando-as, ainda, às bases de reflexão de seu

fundador, José Carlos Rodrigues. Assim, destacou-se o pioneirismo da publicação em atribuir aos Estados Unidos o papel de exemplo para o Brasil, apresentando e divulgando continuamente as instituições políticas, religiosas e educacionais estadunidenses, invariavelmente em tom de admiração.

Em um segundo momento, Elza Miné analisou a produção de linguagem no periódico, questões discursivas e de enunciação, e examinou as apresentações de jornais e revistas contemporâneas a *O Novo Mundo*, resultando daí uma proposta de tipificação desses textos de imprensa.

O trabalho tratou, ainda, da imagem de leitora construída pela publicação, ou seja, por meio da observação de sua inscrição no jornal, sobretudo nas “Páginas para Senhoras”, seção que nele aparecia esporadicamente. Concluiu a autora que esses suplementos se articulavam perfeitamente aos demais textos de *O Novo Mundo*, exibindo a mesma preocupação didática e as mesmas linhas de força que orientavam o periódico em sua totalidade, basicamente a apologia ao progresso e a defesa do protestantismo.

O último capítulo do estudo foi dedicado ao “Panteão de Celebridades”, isto é, às biografias de escritores, políticos, artistas plásticos, músicos, cientistas, naturalistas. De forma semelhante aos necrológios, esses textos operavam a fixação de “personalidades” da época, ao instaurarem um espaço dedicado à memória, elaborado segundo valores do redator ou do grupo de redação de *O Novo Mundo*. Quase sempre acompanhados de retratos ilustrativos, esses artigos traçam um resumo das principais realizações dos biografados, além de apresentarem uma breve genealogia e o itinerário educacional deles.

Dez anos depois do trabalho de Elza Miné, *O Novo Mundo* foi retomado como objeto de estudo por Gabriela Vieira de Campos (2001), em *O Literário e o Não-Literário nos Textos e Imagens do Periódico Ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870 – 1879)*. Em sua descrição do periódico, Campos assinalou a ausência de “seções dispostas segundo a organização das folhas atuais, uma vez que a especialização dos cadernos pressupõe ‘assuntos’ também especializados” (Campos, 2001, p. 16). Todavia, os editoriais, as biografias e a publicidade foram analisados nesse estudo, enquanto estruturas que se repetiam em praticamente todos os números do periódico.

Gabriela V. de Campos examinou a noção de literatura no interior desse jornal, compreendida como um meio de se atingir uma mentalidade objetiva e voltada para o futuro da nação. Situou o literário na produção romântica brasileira e na valorização das tendências de uma “dita literatura científica” (Campos, 2001, p. 57). O assunto será retomado adiante, mas convém deixar claro que, para o presente estudo, importam os artigos que tratam do romance, conto, novela, drama e poesia.

Ao tratar de algumas particularidades de *O Novo Mundo*, a dissertação de Campos destaca, em especial, o fato de ele refletir o momento de impasse pelo qual os meios culturais passavam no Brasil, porquanto a França começava a ser vista como inadequada enquanto referência única de progresso e ilustração. A autora cita o apelo frequente do jornal em favor da abolição da escravatura e da implantação do trabalho assalariado.

O trabalho de Gabriela V. de Campos assinala também a recorrência de textos relativos à literatura científica, isto é, considerados “obra útil”, direcionados ao progresso da nação. Além disso, analisando as seções editoriais, as biografias e a publicidade, ela observa que *O Novo Mundo* não era dirigido apenas a mulheres, como a maioria das folhas ilustradas. Campos entrevê nas páginas do jornal uma série de elementos de um ambiente cultural típico das últimas décadas do século XIX, isto é, “o gosto pelas descobertas científicas, os textos instrutivos, mais ou menos narrativos, mais ou menos folhetinescos, o material que era feito a partir das gravuras, as resenhas críticas, as notas e as crônicas”. (Campos, 2001, p. 183). Nesse sentido, os artigos do periódico são caracterizados pela autora como “fragmentos de um mosaico”, esboçando o que viria a constituir o jornal da imprensa moderna.

O mesmo estudo respondeu, de certo modo, à questão de origem deste trabalho: ao assinalar a presença do ensaio crítico de Machado de Assis, afirmou que a sua publicação em *O Novo Mundo* se conformava ao caráter do periódico, ideologicamente distante do universo europeu que, até então, perfazia as bases referenciais dos escritores brasileiros.

Gabriela Campos também destaca a presença do poeta maranhense Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade, na equipe de redatores a partir de 1875, considerando-o um contraponto ao entusiasmo acrítico de José Carlos Rodrigues em relação aos Estados Unidos e suas instituições. A autora procura sistematizar a produção literária de

Sousândrade, elencando a obra poética, a prosa de ficção e os artigos jornalísticos do autor, cujos temas principais são política, literatura e universidade. Da obra poética, ela salienta “O inferno de Wall Street”, fragmento em que elementos constituintes da sociedade estadunidense, como a riqueza excessiva, a corrupção e a hipocrisia de algumas práticas religiosas, são criticados.

Finalmente, a dissertação de Gabriela Campos (2001) registra o diálogo entre periódicos, verificado em comentários transcritos em *O Novo Mundo* a respeito de outras publicações e no trânsito de imagens, folhetins e eventualmente artigos, o que contribuiu para a conclusão sobre o aspecto fragmentário do periódico, isto é, para o aspecto de uma “colcha de retalhos”, com textos de procedências diversas.

Assim, embora tenham contribuído com grande habilidade para o estudo da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira, os trabalhos brevemente descritos acima trataram de assuntos diferentes dos aqui propostos. Vale a repetição: a visão do papel da literatura brasileira e da atividade literária inscritas em *O Novo Mundo*, em articulação com o contexto histórico da época; a proposição do jornal quanto à relação dos escritores brasileiros com a conformação de uma identidade nacional; e, finalmente, os autores e obras literárias propostos como modelo para a literatura brasileira.

A coleção de *O Novo Mundo*, agora disponibilizada on-line (provisoriamente pelo site <http://www.onovomundo.net>)¹, foi obtida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Fundação Casa de Rui Barbosa. Solicitaram-se os números do periódico primeiramente à Biblioteca Nacional, que os enviou parcialmente na forma de microfilme. Os microfilmes foram digitalizados no Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica e, então, imprimiu-se uma parte (volumes I a V). Os números que faltavam na coleção da Biblioteca Nacional foram obtidos na Fundação Casa de Rui Barbosa.

A leitura dos jornais realizou-se de forma que os artigos do nosso interesse fossem selecionados e sumarizados. Em primeiro lugar, buscaram-se os textos de seções cujo título remetia à literatura: “Livros e Autores”, “Movimento Literário”, “As Letras”, “Literatura do Dia”, “Notas Literárias”, “Literatura Nacional”, “Alguns Livros Novos”,

¹ O periódico será abrigado, em caráter definitivo, pelo site do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (<http://www.fflch.usp.br/dlc/lb>).

“Publicações Recentes” etc., seguidos das buscas por resenhas, notas e comentários que tratavam dos gêneros literários, porém não pertencentes a seções específicas. Em segundo lugar, destacaram-se os perfis biográficos (ou necrológicos, desde que acompanhados de biografia) apresentados pelo periódico, em especial de intelectuais que, durante algum período de suas vidas, dedicaram-se à escritura de romance, poesia, peças teatrais ou crítica literária.

A leitura sistemática de *O Novo Mundo* proporcionou uma visão global da publicação, contribuindo para a compreensão de suas diretrizes e do contexto histórico de sua produção e recepção, assim como para a interpretação de aspectos literários que o periódico apresenta. À medida que um aprofundamento acerca do periódico era alcançado, configurou-se uma hipótese central: à semelhança da revista *Niterói*, publicada na França em 1836, *O Novo Mundo* constitui um tópico relevante da transição entre as tendências literárias romântica e realista / naturalista / parnasiana no Brasil.

O texto que segue está organizado em duas partes: a primeira trata de características gerais do periódico, de aspectos referentes a seus antecedentes, especialmente a revista *Niterói*, e ao contexto de seu aparecimento. O estudo da relação entre as linhas mestras apreendidas de *O Novo Mundo* e o momento histórico brasileiro, assim como a observação do envolvimento de um grupo de jovens brasileiros com o jornal, permitiram visualizar um projeto de fundo ideológico e político, que priorizava a abolição da escravatura no Brasil.

Na segunda parte, com base na análise específica dos objetivos propostos, verificou-se a implicação desse projeto para o âmbito da cultura e da literatura. Procurou-se demonstrar o diálogo entre tendências literárias no interior do jornal, além de obras e autores do panorama literário internacional que eram apresentados aos leitores. Por fim, algumas considerações foram apresentadas com o intuito de concluir a comprovação da hipótese central.

Resta registrar que não é objetivo deste estudo abarcar todas as discussões que os artigos com assunto literário de *O Novo Mundo* oferecem, tampouco esgotar os assuntos levantados, tarefa, na realidade, infactível. Convém esclarecer que, no decorrer da exposição que segue, intenciona-se, na medida do possível, dialogar com os dois trabalhos citados, de Silva (1991) e de Campos (2001), de modo que a discussão seja enriquecida com os valiosos estudos das duas autoras. A elaboração do texto utilizou

com muita frequência o trabalho de Elza Miné da Rocha e Silva (1991), sobretudo o índice temático elaborado pela autora, como auxiliar na localização de artigos de categorias diferentes dos selecionados para a nossa análise.

Capítulo 1 –

Um perfil do jornal e do seu criador, José Carlos Rodrigues

Muito me contas desse país. Li-te com água na boca. Pudesse eu ir ver tudo isso! Infelizmente a vontade é maior do que as esperanças, infinitamente maiores que a possibilidade. Mais tarde, é possível talvez.

Correspondência de Machado de Assis a
Salvador de Mendonça, 24/12/1875.

1.1 Antecedentes

Entre periódicos latino-americanos nos Estados Unidos

O Novo Mundo não foi a primeira manifestação periódica impressa no exterior e direcionada ao Brasil. Coube ao *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, produzido em Londres, de propriedade de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (1774-1823), o ineditismo do empreendimento. De periodicidade mensal, o *Correio Brasiliense* circulou por aproximadamente treze anos, de junho de 1808 até dezembro de 1822 (Martins, 2008a; Morel, 2008; Sodré, 1999).

A imprensa surgiu de forma ordenada no Brasil apenas a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia no Rio de Janeiro. A censura imposta pelas autoridades coloniais ou metropolitanas foi um fator limitante ao desenvolvimento das atividades tipográficas na América, que só ocorreu às vésperas dos movimentos de independência (Melo 2003; Morel, 2008; Sodré, 1999). Nos Estados Unidos, grande variedade de jornais surgiu a partir do século XVIII; no Brasil, a censura deixou de existir por volta de 1820, seguindo-se a instalação de tipografias em diversas províncias, com a criação de vários jornais (Melo, 2003; Sodré, 1999).

A instalação tardia da imprensa no Brasil, no entanto, não impediu que outros periódicos produzidos na Europa, ainda que não direcionados especificamente a leitores brasileiros, circulassem no Brasil pelo menos desde o século XVIII (Martins, 2008a; Morel, 2008). Neste sentido, o periódico mais comumente citado a título de exemplificação é o francês *Revue des Deux Mondes*. Fundada em 1813, foi uma revista de cultura extensamente conhecida no Brasil imperial. “Afamada, assinada, adquirida, porém, pouco lida. Ou melhor, consumida efetivamente por homens de letras” (Martins, 2008a, p. 75).

A contingência de a impressão ser feita fora do país, por razões políticas e econômicas, resultou em um periodismo de certa qualidade, conforme Ana Luiza Martins (2008a). Ela nota que essas iniciativas foram marcadas por momentos políticos específicos, em um contexto de precariedade técnica e de atraso do país, decisivos para encetar-se o empreendimento periódico no exterior (Martins, 2008a). O surgimento de

O Novo Mundo acontece, com efeito, em um momento político singular do Império brasileiro, que será descrito adiante.

É oportuno, contudo, destacar a qualidade técnica de *O Novo Mundo*, principalmente de suas ilustrações, que substituíam a litografia pelos clichês de aço e cobre (Sodré, 1999; Martins, 2000). Numerosas e bem distribuídas nas páginas do periódico, as ilustrações de fato sobressaem, chamando a atenção de quem o folheia até mesmo nos dias de hoje. Algumas delas serão mostradas no decorrer deste estudo. Um exemplo se encontra a seguir (FIG. 2), compreendendo uma página do terceiro número do periódico, que apresenta uma vista da cidade de Nova Iorque a partir do alto, procurando transmitir aos leitores a grandiosidade e a modernidade do lugar de onde *O Novo Mundo* se pronunciava a respeito das questões brasileiras.

As gravuras eram adquiridas de outros periódicos por meio de contrato, pagando “pouco mais do valor do metal” (Sodré, 1999, p. 222). Esse tipo de negócio constituía prática comum naqueles tempos. Muitas das ilustrações apresentadas em *O Novo Mundo* provinham do periódico estadunidense *Harper’s Weekly* que, por sua vez, as adquiria do londrino *Graphics*, como mostra o excerto transcrito abaixo, publicado no segundo número de *O Novo Mundo*:

Aos periódicos no Alemão, Francês, Italiano e Espanhol que ora se publicam nesta cidade temos de anunciar presentemente uma folha mensal em Português, O NOVO MUNDO. É do tamanho do *Harper’s Weekly*, que o supriu de quase todas, senão de todas as gravuras com que é ilustrada e que a seu turno cada um reconhece como as mesmas originais do *Graphics*.²

A transcrição foi copiada pelo redator de *O Novo Mundo* do jornal *The Nation* para mostrar que a imprensa estadunidense notou o lançamento do periódico; mas, a partir do mesmo trecho, é possível perceber a variedade de línguas em que os periódicos eram editados em Nova Iorque naquele período.

² O NOVO MUNDO, v. I, n. 2, nov./1870, p. 30. As demais referências bibliográficas relativas às transcrições do periódico *O Novo Mundo* serão indicadas pelo volume, número, mês e ano da publicação e página(s), entre parênteses. Nas transcrições, apenas a ortografia foi atualizada.

FIGURA 2 – Vista superior da cidade de Nova Iorque (I, 3, dez./1870, p. 41).

Em números mais precisos e conforme recenseamento jornalístico realizado no início de 1872, noticiado no artigo “Jornalismo americano” de *O Novo Mundo*: “O número total de periódicos alemães excede de 300. Os franceses são 23, mais da metade dos quais são da Luziânia. Os espanhóis são 12. Os escandinavos 12, os holandeses 5, os italianos 5, os boêmios 6, os ersas (*sic*)³. Só há um no cherokee e outro no Português, — *O Novo Mundo*” (II, 21, jun./1872, p. 162).

Portanto, o contexto jornalístico da produção de *O Novo Mundo* incluía doze periódicos em espanhol em 1872, entre os quais *La América Ilustrada*, do mesmo proprietário de *O Novo Mundo*, José Carlos Rodrigues. Fundado no início de 1872, *La América Ilustrada* foi fundido, em 1874, a *El Mundo Nuevo*, igualmente um jornal ilustrado editado em Nova Iorque: “Neste mês, operou-se uma consolidação desses dois periódicos, o proprietário do *Novo Mundo* e da *América Ilustrada* tendo comprado a empresa do *Mundo Nuevo*, e fazendo de dois jornais respectivamente fracos uma folha ilustrada de primeira classe e estabelecida em bases sólidas” (IV, 44, maio/1874, p. 143).

Anterior ainda ao artigo sobre o censo jornalístico de 1872, publicou-se uma breve nota em *O Novo Mundo*, informando o aparecimento de *El Mundo Nuevo* em Nova Iorque:

Em New York vai também aparecer um jornal como o nosso em Espanhol, que um Cubano vai publicar sob o título *El Nuevo Mundo*, título que num país estrangeiro, principalmente, tanto se confunde com o nosso. Há um mês apareceu um periódico quinzenal em Espanhol, do formato in 8º grande (a metade deste), e que é muito habilmente redigido por um inteligente Cubano, o Sr. Juan Ignacio Armas (I, 8, maio/1871, p. 119, parêntese do autor).

É bem provável que o título do periódico anunciado seja, na realidade, *El Mundo Nuevo*, e não *El Nuevo Mundo*, denominação esta de outros dois jornais existentes nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, um em São Francisco, lançado em 1864 e finalizado em 1868, e o outro no Novo México, que circulou entre 1897 e 1901. Note-se também, acerca da mesma notícia, que o “Cubano” que publicaria *El Mundo*

³ Erse é a “denominação que se dá ao gaélico, falado na Irlanda e especialmente no norte da Escócia (Terras Altas) e nas Ilhas Hébridais; escocês, irlandês” (Houaiss, Villar, 2001, p. 1190).

Nuevo era Enrique Piñeyro que, como outros “homens de letras” de sua geração, refugiou-se nos Estados Unidos após o início da Guerra dos Dez Anos, em 1868. E, ainda, o nome do também cubano Juan Ignacio Armas associa-se aos periódicos *La Independencia*, de Nova Iorque, provavelmente fundado em 1873, que circulou até 1880, e *El Ateneo*, também de Nova Iorque, que surgiu em 1874 e foi publicado até 1877 (Gruez, 2006; Kanellos; Martell, 2000).

Quanto à fusão *La América / El Mundo Nuevo*, de José Carlos Rodrigues, sua circulação teve duração de apenas um ano, até 1875 (Kanellos; Martell, 2000). Mas uma pequena notícia em *O Novo Mundo* indica uma tiragem de 8.360 exemplares em 1874⁴ (IV, 44, maio/1874, p. 143), número equivalente ao atingido por *O Novo Mundo*, segundo informa George C. A. Boehrer (1967, p. 131). Ele dá conta de que, pequena no começo, a tiragem de *O Novo Mundo* atingiu os oito mil exemplares, sendo que a maioria das cópias vinha para o Brasil e para alguns leitores estadunidenses. Charles A. Gauld (1953, p. 429) confirma o número, considerando-o “muito significativo naquele tempo”.

Em termos muito simplificados, essas informações fornecem uma ideia da movimentação do mercado de periódicos em língua espanhola nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Em estudo abrangente sobre esses periódicos, Nicolás Kanellos (2000) afirma, com efeito, que as comunidades hispânicas patrocinaram, de costa a costa do país e durante os últimos séculos, jornais de vários tamanhos e propostas, dos semanais de oito páginas, impressos na Espanha, aos diários em espanhol, de grandes investidores nos centros urbanos. Para o autor, estudar os periódicos hispânicos surgidos nos Estados Unidos corresponde a examinar os grandes momentos da história política do mundo hispânico, desde a intervenção napoleônica na Espanha e as lutas das colônias da América espanhola pela independência, até as lutas na América Latina para a instauração da democracia, com as intervenções dos Estados Unidos.

Embora o trabalho de Kanellos enfoque os periódicos hispânicos, é possível incluir *O Novo Mundo* em tal abordagem. Seu aparecimento nos Estados Unidos fez parte de uma mesma conjuntura dos oitocentos, na qual os fundadores e/ou editores de

⁴ Gabriela V. de Campos (2001, p. 229) afirma que a tiragem de *La America Ilustrada* foi de 2.500 exemplares em 1875, mas não há indicação da fonte bibliográfica da informação.

jornais e revistas eram, em geral, homens de letras nascidos na América Latina e exilados nos Estados Unidos, sobretudo por razões políticas. Veremos, adiante, o que levou José Carlos Rodrigues aos Estados Unidos. Por ora, pode-se inferir que, além de direcionado “à saída do pacote do Brasil” (I, 1, out./1870, p. 2), como afirmado em seu editorial de inauguração, *O Novo Mundo* fez parte de uma ampla comunidade latino-americana nos Estados Unidos. Esse fato é indicativo de uma notável ampliação do fluxo de troca de informações entre países do continente americano, o que alterava o fluxo até então quase exclusivo entre Europa e Américas.

O Novo Mundo mesmo comprova o que se disse acima. Alguns de seus números apresentam, entre os noticiários e o espaço final destinado à propaganda, um pequeno texto indicando quem eram seus leitores, conforme mostra o excerto:

This paper furnishes the countries and the colonies where Portuguese and Spanish are spoken, a most thorough digest of the course of events, particularly the political and industrial progress of the United States, describing the peculiar features of American advancement and civilizations, as embodied in the Government, and treating the topics of the day in elaborate articles, having in view the object of uniting more closely the existing bonds of a political, commercial and friendly character among the several countries of the Western hemisphere.⁵

Obviamente com objetivos comerciais, visando a atrair possíveis anunciantes para as últimas páginas de *O Novo Mundo*, reservadas à publicidade, o trecho vem reafirmar a circulação entre os periódicos latino-americanos, entre os quais aqueles que, como o último, tendiam à admiração pela nação estadunidense e suas instituições, almejando convencer seus leitores a desviarem o olhar da Europa para os Estados Unidos.

O Novo Mundo, todavia, destinava-se fundamentalmente a leitores no Brasil, e, como já dito, a impressão de periódicos de fora para dentro do país não constituía

⁵ “Este jornal fornece aos países e colônias onde português e espanhol são falados o mais completo resumo do curso dos acontecimentos, particularmente os progressos político e industrial dos Estados Unidos, descrevendo as características peculiares da civilização e dos avanços americanos, tal como consagrado pelo Governo, e tratando dos tópicos diários em artigos elaborados, tendo em vista o objetivo de unir mais estreitamente os laços políticos, comerciais e de amizade existentes entre os diversos países do hemisfério ocidental” (tradução livre).

novidade, o que induz a um recorte diacrônico em relação a esse gênero de publicação. O enfoque, então, será dirigido especialmente para a revista *Niterói*.

A revista *Niterói*: “civilização” e fixação do cânone literário no Brasil

Lançada em 1836 em Paris, a revista *Niterói* promoveu, de modo sistemático, os ideais românticos, sendo relevante para o estudo da Literatura Brasileira. O lançamento da revista ocorreu no mesmo ano da publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), que a historiografia literária costuma fixar como livro introdutório do movimento romântico no Brasil (embora mais por força de uma tradição do que pelo seu conteúdo que, afinal, harmoniza-se perfeitamente com a poética classicista).

De duração efêmera (apenas dois números), a revista *Niterói* foi patrocinada pelo negociante brasileiro Manuel Moreira Neves, ao passo que sua idealização é atribuída a Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem (1811-1876) e Manuel José de Araújo Porto Alegre (1806-1879), estudantes na época, que fizeram parte do chamado “Grupo de Paris”⁶.

Os três jovens foram a Paris com a intenção de aperfeiçoar a formação iniciada nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro. Nenhum deles era oriundo de família abastada ou tradicional, e a descrição de suas respectivas trajetórias mostra que os três foram beneficiados pelo mecenato e pelo emprego público, o que lhes possibilitou a sobrevivência e a ascendência na hierarquia social e política do Império (Barel, 2002; Bosi, 1994; Candido, 2000; Pinassi, 1998).

Gonçalves de Magalhães, médico formado no Rio de Janeiro um ano antes da partida para Paris, viajou como adido da Legação Brasileira nesta última localidade, o mesmo acontecendo com Torres Homem, também médico, que partiu para a capital francesa um pouco mais tarde no mesmo ano. Porto Alegre, por sua vez, já se

⁶ A respeito do Grupo de Paris, Maria Orlanda Pinassi (1998) afirma que, a princípio, formou-se com base na solidariedade entre jovens pobres e inexperientes em terra estrangeira. Conforme os horizontes se alargavam, estabeleceram relações que transcendiam o caráter pessoal. A composição do grupo passa a ser heterogênea em relação à nacionalidade e faixa etária dos membros e ganha expressividade intelectual e política.

encontrava em Paris, tendo seguido Jean Baptiste Debret, seu professor durante o curso na Academia Imperial de Belas Artes.

O fato de Magalhães ter sido protegido do imperador durante toda a sua vida já se tornou lugar comum. Semelhantemente, sabe-se que os três jovens, de volta ao Brasil, ocuparam cargos públicos, obtidos por meio de relações com Pedro II. Convém também lembrar que o encerramento das atividades relacionadas à revista *Niterói* e a volta de seus idealizadores ao Brasil foram precipitadas por desavenças, sobretudo entre Magalhães e o chefe da Legação Brasileira em Paris, Luís Moutinho. Para ele, tanto Magalhães quanto Torres Homem eram nutridos nas “mais funestas doutrinas”. “Pertencem, principalmente o segundo [Magalhães], a uma escola moderna que confesso não foi a minha, para a qual a subordinação é um servilismo, a civilidade uma adulação e a oposição feita aos superiores uma virtude liberal e um feito tão glorioso que se procura obter a torto e a direito” — escreveu Moutinho em um de seus ofícios enviados ao ministro dos Estrangeiros (*apud* Pinassi, 1998, p. 115, 116).

Resumidamente, as respectivas trajetórias após o retorno de Paris podem ser assim descritas: Gonçalves de Magalhães foi nomeado professor de filosofia do Colégio Pedro II, onde pouco ensinou; de 1838 a 1846, foi secretário de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) no Maranhão e no Rio Grande do Sul e, em 1847, entrou para a diplomacia, exercendo as funções de Encarregado de Negócios e Ministro na Europa e Estados Unidos. Araújo Porto Alegre desenvolveu intensa atividade artística, educacional, administrativa e literária, como pintor oficial, professor da Academia de Belas Artes e vereador; em 1858, ingressou na carreira diplomática, servindo como Cônsul Geral em várias localidades europeias e, ainda, obteve o título de barão. Torres Homem seguiu carreira política como deputado, senador e ministro durante o Império, além de ter sido nomeado visconde, mesmo título de nobreza que recebeu Magalhães (Bosi, 1994; Candido, 2000; Ricupero, 2004; Vainfas, 2002).

A ligação entre Gonçalves de Magalhães e Pedro II, com efeito, foi-se tornando cada vez mais estreita, a ponto de o imperador editar, em 1856, *A Confederação dos Tamoios*, dedicada, naturalmente, ao seu patrocinador. A essa altura, porém, o poema épico mostrava-se insuficiente no contexto dos próprios românticos. Os cantos indianistas de Gonçalves Dias (1823-1864), por exemplo, já circulavam, assim como *O Guarani*, de José de Alencar (1829-1877), publicado em 1857. Como redator do *Diário*

do Rio de Janeiro e sob o pseudônimo de “Ig.”, Alencar escreveu uma série de artigos críticos sobre o poema, provocando uma polêmica que acabou por selar o fim da primazia literária de Magalhães, embora o próprio Pedro II tenha saído em defesa do seu protegido, acompanhado de Porto Alegre e de outros literatos do círculo formado ao redor da Corte (Bosi, 1994).

Mas a dupla militância, como políticos (ou altos funcionários) e escritores, na realidade, não se restringia aos idealizadores da *Niterói*. Boa parte da geração romântica ocupava-se dessa forma; a título de exemplificação, podem-se citar: o próprio José de Alencar, que foi deputado, ministro e membro do Conselho de Estado; Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), deputado; Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), amparado por uma carreira burocrática, primeiro no *Diário Oficial* e, a partir de 1874, na Secretaria da Agricultura (Bosi, 1994; Candido, 2000; Ricupero, 2004; Vainfas, 2002).

Não obstante, a prática do mecenato e do favorecimento em troca da colaboração e do apoio político a Pedro II tornou-se, na realidade, moeda corrente nos tempos do Império. A implantação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, com a tarefa de escrever a história e traçar os limites geográficos da “nação brasileira”, foi realizada nas mesmas bases, isto é, regulamentada por critérios que passavam necessariamente por relações sociais e pessoais, com a participação e, não raro, o financiamento do imperador (Guimarães, 1998). As atividades da criação da literatura nacional e do estabelecimento da historiografia brasileira combinavam-se, dessa forma, com a finalidade de forjar uma identidade nacional brasileira.

Embora *Niterói* tenha durado apenas dois números, seus redatores procuraram apresentar um conteúdo temático diversificado, a maioria dos artigos convergindo para ideais de construção nacional. É possível, pois, entrever-se um projeto de fundo ideológico e político na revista, cujo pressuposto fundamental seria, em poucas palavras, “trilhar para os caminhos do processo civilizatório”⁷ (Pinassi, 1998, p. 27).

⁷ Em torno dos termos “civilização”, “progresso” e seus respectivos derivados, largamente utilizados tanto no contexto da revista *Niterói* como de *O Novo Mundo*, há um longo histórico de construções, com vários sentidos. Segundo Jean Starobinski, a palavra “civilização” designa um processo e sobrevém, na história das ideias, simultaneamente à acepção moderna de “progresso”. O mesmo autor afirma que “civilizar” passou a ser uma noção muito presente na ação dos intelectuais do século XIX, comportando os sentidos de “abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura

A proposição inicial de “civilizar” o Brasil, conforme Luiz Felipe de Alencastro em “O Fardo dos Bacharéis” (1987), data da segunda metade do século XIX: fazia parte das origens da ideologia “civilizadora” na internalização do pensamento colonialista, isto é, ligava-se à expulsão dos jesuítas, tendo passado a Coroa portuguesa a controlar diretamente a administração dos índios brasileiros. Foi assim, segundo o autor, que “se forjou o conceito laico de ‘civilização’ em oposição ao conceito religioso de ‘evangelização’, que servia então de suporte ideológico ao colonialismo” (Alencastro, 1987, p. 71).

Neste sentido, surgiu uma *intelligentsia* brasileira empenhada em transformar a sociedade por meio do aparelho estatal, passando por cima das instâncias eletivas. Vale reproduzir as palavras de Alencastro (1987, p. 70), certeiras ao desvendar “a prática de um jogo parlamentar restrito que permite a conciliação das elites, excluindo as camadas populares dos centros de decisão, e a existência no seio da administração pública de uma corrente que preconiza a modernização do país pela via autoritária”. Portanto, desde a independência em 1822 consolidou-se no Brasil essa ideologia ‘civilizadora’, difundida entre os altos funcionários do Estado, que atribuía às classes dominantes a tarefa histórica de “civilizar” a população brasileira.

O projeto civilizatório impresso na revista *Niterói* não aponta, todavia, para proposições políticas reformistas, embora enfatize sobremaneira a ruptura com os valores coloniais, inclusive no tom nacionalista da epígrafe: “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”. Reclamava a extensão da liberdade política para o âmbito da economia e das produções artísticas, literárias e culturais, o que permitiria ao país “marchar na estrada luminosa da civilização” (*Niterói*, 1836, p. 6).

Assim, convenientemente atrelados ao passado colonial brasileiro encontram-se, na revista, elementos que os românticos europeus criticavam na sociedade moderna, como a moral dos interesses, o materialismo e o dinheiro, conforme observou Pinassi (1998). A escravidão, por exemplo, foi combatida com o argumento de que atendia aos interesses materialistas do colonizador português. A religião, ausente do ideário pagão neoclássico, era importante porquanto se opunha ao passado colonial (Candido, 2000).

das artes e ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo” (Starobinski, 2001, p. 15).

Note-se, contudo, que a autonomia reclamada pela revista é relativa, na medida em que uma nova filiação é projetada:

Com a expiração do domínio Português, desenvolveram-se as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização Francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que balançou todos os tronos da Europa e repartiu com os homens a púrpura e os cetos dos Reis. O Gigante da nossa idade até a extremidade da Península enviou o susto, e o neto dos Afonsos aterrorizado como um menino temeu que o braço do Árbitro dos Reis cair fizesse sobre sua cabeça o palácio de seus avós. Ele foge, e com ele toda sua corte, deixam o natal País, e trazem ao solo Brasileiro o aspecto de um rei, e os restos de uma grandeza sem brilho. Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia, e à categoria de Reino Irmão foi elevado. Sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, esse passo tão cedo se não daria. Com este fato uma nova ordem de coisas abriu-se para o Brasil (Magalhães, 1836, p. 149, 150).

O trecho acima, publicado na *Niterói*, é parte do ensaio “Sobre a História da Literatura do Brasil”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, em que se encontra “uma zona onde a literatura confina com a política, sem que se separe uma linha muito nítida”, conforme Sérgio Buarque de Holanda (1996, p. 354). Autor do Prefácio para a edição de 1939 de *Suspiros Poéticos e Saudades*, o historiador afirma: “Frequentando a obra dos mestres franceses, ele quer compensar desse modo o rompimento literário com Portugal” (Holanda, 1996, p. 354).

Literatura e política, pois, imbricadas, indicavam a adoção de uma nova ordem estética, cultural e política. A França, pátria da Revolução e da Liberdade, não tendo colonizado o Brasil historicamente, permitia “todas as idealizações a seu respeito”, desde que oposta ao que representavam as metrópoles ibéricas (Perrone-Moisés, 2007, p. 37). Não se pode esquecer, ainda, que as metrópoles mesmas já estavam afrancesadas; basta recordar que, em 1808, uma Missão Francesa foi chamada para ilustrar a colônia que abrigava a família real e seus seguidores.

Observe-se a respeito do IHGB, que sua implantação é “herança”, conforme Guimarães (1988, p. 12), “do espaço intelectual francês, mais especificamente do Institute Historique de Paris, fundado em 1834”. Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem fariam parte do IHGB ao retornarem ao Brasil, em um contexto de relações que “ganham sentido se remetidas ao quadro mais amplo em que a França e o

seu papel ‘civilizador’ fornecem os modelos da vida social e do trabalho intelectual” (Guimarães, 1988, p. 12).

Abaixo, o excerto do ensaio que se tornou paradigmático da visão de Magalhães sobre a literatura do país, no qual se reconhecem alguns ícones do Romantismo brasileiro considerados expressivos das particularidades nacionais, entre os quais a natureza e o índio ⁸:

A poesia não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem de Helicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira, encantados por esse nome sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia (...). Tão grande foi a influência, que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam, e vão apascentar seu rebanho à margem do Tejo, e cantar à sombra das faias (Magalhães, 1836, p. 146, 147).

Os ideais de transformação e renovação foram, portanto, lançados da França para o Brasil, e os jovens escritores brasileiros executaram a tarefa de forjar uma nacional literatura brasileira “vestida à francesa”, que viesse ao encontro dos anseios modernizantes propostos na revista *Niterói*.

O lugar que ocupa Gonçalves de Magalhães, assim como a *Niterói*, ao lado dos *Suspiros*, balizando o início da literatura brasileira, deve-se a uma tradição que remete a manifestações contemporâneas às duas publicações, o que, com efeito, vai ao encontro do desejo de construir uma nacionalidade. Exemplos dessas manifestações vieram de Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891), para quem Gonçalves de Magalhães era o “gênio fluminense”, “chefe de uma revolução toda literária” (do *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de 1840); e de Santiago Nunes Ribeiro que, em “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), qualifica-o como “guia e fundador, com o

⁸ Na realidade, o índio e a idealização de um modelo que marcasse a nacionalidade brasileira foram viabilizados por meio das ideias românticas de Frederic Schlegel e de Madame de Staël, advindas dos conselhos do francês Ferdinand Denis e do português Almeida Garrett (Bosi, 1994, p. 98).

qual haveria de começar a fase definitiva de nossa literatura” (*apud* Pinassi, 1998, p. 154).

A fixação do cânone literário no Brasil baseou-se em critérios de nacionalidade, seguindo o desenvolvimento das relações de dependência e de autonomia face às fontes metropolitanas, de forma a diferenciarem-se as obras e autores brasileiros das origens europeias (Barbosa, 1996). Nesta linha de pensamento, foi-se construindo um discurso histórico literário que, ao passar por Silvio Romero (1851-1914), atribuiu o *status* de “manifesto romântico brasileiro” ao ensaio de Magalhães publicado na *Niterói*.

É a mesma tradição nacionalista, aliás, que ainda percorre grande parte da crítica literária brasileira atual, evidentemente revisitada por avaliações e teorias modernas. Nesse sentido, embora diferentes leituras sejam feitas amiúde, o par canônico *Suspiros... / Niterói* continua ocupando o mesmo lugar. E, segundo afirma Luiz Roberto Cairo (2001), de certa forma, os articuladores do cânone brasileiro anteciparam-se à crítica literária moderna ao estabelecerem um paradigma para a historicização da literatura brasileira. Na realidade, o estabelecimento de cânones e a periodização literária constituem matéria de extensas discussões e debates, que, grosso modo, condicionam-se basicamente à tradição mais condizente com a perspectiva de quem os avalia. Porém, quando se nota que a historiografia literária moderna vem questionando, já há algumas décadas, um de seus pilares constitutivos, a saber, a linearidade (baseada em noções de progresso e evolução), substituindo-a pela noção de imbricação, infere-se que a discussão em torno do acréscimo de elementos que singularizam determinada tendência literária é, com efeito, atual. A hipótese central deste trabalho independe, pois, do referencial literário utilizado como indicativo do esgotamento do movimento literário romântico e/ou do início de um período de renovação, seja ele a publicação de *Espumas flutuantes* (1870), de Antônio de Castro Alves (1847-1871), ou de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo (1857-1913).

Grosso modo, a historiografia literária moderna tem proposto a releitura dos cânones baseada na necessidade de conseguir, “de alguma maneira, conservar a individualidade do acontecimento histórico sem reduzir o processo histórico a um conjunto de acontecimentos seqüentes mas desconexos”, conforme afirmação de René Wellek e Austin Warren (*apud* Barbosa, 1980, p. 37). Importa salientar para o presente

estudo que, em vez da sucessão de períodos em blocos estanques, nos quais se colocam “nomes ou etiquetas arbitrárias” (Coutinho, Sousa, 2001, p. 1249), entende-se fecunda a visualização das tendências que, superpondo-se gradativamente, entrecruzam-se de maneira a formar “zonas fronteiriças”, de transição. Nesse sentido, a visão dos períodos literários decorrente supõe uma tipologia descritiva, substituindo-se os marcadores cronológicos ou nominais (de obras e autores) por capítulos que fornecem um quadro da literatura. Assim, um dos temas a acrescentar, como capítulo da transição entre o Romantismo e o Realismo / Naturalismo / Parnasianismo, é o periódico *O Novo Mundo*.

Elementos equivalentes aos que foram destacados e discutidos (ainda que sumariamente) em relação ao Romantismo literário — o lançamento da revista *Niterói* em Paris, associado à publicação, também em Paris, dos *Suspiros* e a origem autoral de ambos, a canonização do par *Suspiros* / *Niterói* — podem ser buscados e avaliados em relação ao período de transição que se configura na década de 1870. É nesse contexto que se entende a inclusão do periódico *O Novo Mundo* como capítulo importante de tal período de transição literária.

Assim, embora a quantidade de exemplares da revista *Niterói* seja substancialmente menor que a de *O Novo Mundo*, toma-se como base uma relação de congruência entre as duas publicações. Por ora, os elementos que permitem entrever a correspondência entre as duas publicações são o fato de ambas terem sido produzidas no exterior, respectivamente em Paris e Nova Iorque, para o envio e circulação no Brasil; acresce a isso o fato de os idealizadores de ambas entenderem o local de produção dos periódicos, França e Estados Unidos, como paradigmáticos e modelares para o Brasil. Considere-se, ainda, que, com efeito, essas nações tiveram um papel de ascendência sobre o Brasil, papel que tomava impulso justamente na época da fundação dos dois periódicos. No caso da *Niterói*, a França na década de 1830 tornava-se o modelo preferencial para o país recém-independente, interessado em ilustrar-se e distanciar-se das marcas coloniais; no caso de *O Novo Mundo*, os Estados Unidos pós-abolição emergiam como a primeira grande potência econômica do continente americano.

Além disso, assinalou-se a presença dos ensaios críticos de Gonçalves de Magalhães e de Machado de Assis, respectivamente em *Niterói* e em *O Novo Mundo*. Se a publicação de “Sobre a História da Literatura Brasileira” na França foi sintomática

da adoção de uma nova ordem de referenciais literários, o mesmo não poderia ser afirmado de “Instinto de Nacionalidade” em relação a *O Novo Mundo*?

É hora, pois, de enfocarmos esse periódico, buscando a comprovação da proposição apresentada.

1.2 Vozes de *O Novo Mundo*

José Carlos Rodrigues, Sousândrade, André Rebouças, Salvador de Mendonça

Afirmou-se, anteriormente, que a intenção de alçar a França à categoria de modelo referencial para o Brasil foi explicitada na revista *Niterói* em 1836. O mesmo ocorre em relação aos Estados Unidos no periódico *O Novo Mundo*, em 1870, como se apreende no editorial publicado no primeiro número, parcialmente transcrito abaixo. O texto é assinado por José Carlos Rodrigues, identificado como “redator”:

Depois da guerra intestina dos Estados Unidos, o Brasil e a América do Sul têm procurado estudar profundamente as coisas deste país. “O Novo Mundo” propõe-se a concorrer para este estudo, não dando notícias dos Estados Unidos, mas expondo as principais manifestações do seu progresso e discutindo sobre as causas e tendências deste progresso (I, 1, out./1870, p. 2).

Fundador e proprietário da publicação, José Carlos Rodrigues foi também redator de grande parte dos artigos, fato assinalado nos estudos anteriores que tiveram *O Novo Mundo* como objeto de investigação. Tais estudos focalizam o jornal como um projeto individual de Rodrigues, originado de sua vontade e ambição (Campos, 2001; Silva, 1991), embora admitam a presença de outros nomes nele atuantes. O trecho abaixo é de um ensaio de Elza Miné da Rocha e Silva. Trata-se de um bom exemplo da maneira como foram vistas a criação e a produção de *O Novo Mundo*:

(...) porque ler *O Novo Mundo* é ouvir uma só voz. É entrar em contato com um projeto de futuro para o Brasil que provém da reflexão/ação pela palavra de um homem que

partira só para os Estados Unidos, quando tinha 23 anos e, segundo declaração sua, três libras no bolso e que, antes de se tornar editor-redator de *O Novo Mundo*, trabalhara como tradutor e, a seguir, como jornalista em órgãos de imprensa americanos (Miné, 2005, p. 306).

Ainda que a participação de Rodrigues tenha sido central para a fundação do periódico e durante os nove anos de existência do periódico, é possível apreender alguns elementos do contexto de sua criação. Dessa forma, o jornal será entendido não como resultante de uma voz única e isolada, mas como projeto coletivo resultante da participação de indivíduos que, em comum, apresentavam certo descontentamento em relação ao estado político e social do Brasil, ao mesmo tempo em que nutriam a admiração, mais ou menos crítica, pelos Estados Unidos e suas instituições.

É fato conhecido que, totalizando cento e oito números, *O Novo Mundo* foi publicado praticamente durante toda a década de 1870. Também se sabe que a época era de crise, de intenso questionamento a respeito dos rumos políticos e sociais que a nação brasileira deveria seguir. De forma abreviada, pode-se afirmar que a crise brasileira dos anos setenta do século XIX estava associada à da quebra de equilíbrio nas relações entre o Estado e alguns escritores e intelectuais, que começaram a reagir contra a ordem política imperial em um momento de desenvolvimento econômico e de urbanização dos principais centros nacionais (Alonso, 2002; Bosi, 1994; Faoro, 2001). Ou, por outra, diante do aumento e diversificação da população e da ampliação dos cursos superiores, surgiu um contingente de bacharéis sem perspectiva de trabalho. Normalmente absorvidos em cargos políticos e burocráticos do Estado, esse excedente de graduados reivindicava reformas políticas e sociais que acelerassem o advento do progresso e que, naturalmente, multiplicariam as oportunidades ocupacionais.

Efetivamente, considera-se 1868 o ano de início da crise que percorreu a década de 1870 no Brasil, culminando com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte. Na verdade, foi uma conjunção de fatores que atuaram para estabelecer a situação de conflito, o que, aliás, acontece invariavelmente. A Guerra do Paraguai (1865-1870), a divulgação dos resultados do primeiro recenseamento geral, realizado em 1872, e o descumprimento da promessa de libertação dos escravos, sobretudo, contribuíram para a desmistificação da ideia de nacionalidade forjada pós-independência. Graças, grosso modo, aos fatores destacados, um grupo de jovens brasileiros adquiriram uma “consciência aguda do atraso” (Bosi, 1992, p. 230).

Articulando-se de modo a buscar a renovação da inteligência nacional, esses jovens atribuíam aos alicerces imperiais o atraso econômico e social do país. O grupo, conhecido como “geração de 1870”⁹, foi descrito pela historiografia, em geral, segundo a filiação a correntes doutrinárias importadas da Europa, sobretudo o positivismo e o evolucionismo. A antológica frase do crítico literário Silvio Romero, de 1868, — “um bando de ideias novas sobrevoou sobre nós de todos os pontos do horizonte” — imprime, com propriedade, uma imagem à torrente de conceitos que alimentavam os intelectuais do período.

Sem desprezar os estudos historiográficos nesse sentido, para a análise proposta neste estudo basta que se tenha presente a existência de um grupo de indivíduos convictos de que o Brasil deveria seguir o modelo estadunidense, e não mais o europeu, como prerrogativa para que a nação se inserisse no movimento civilizatório mundial. Assim, destaca-se um grupo da “geração de 1870” constituído por admiradores dos Estados Unidos que, como o restante da geração, tinha o ideal de “civilizar” o Brasil. No entanto, os membros desse grupo acreditavam que a especificidade do “Novo Mundo” produziria a diferença em relação à Europa, o “Velho Mundo”, diversamente da subserviência à França, declarada pela geração romântica da revista *Niterói*.

Neste sentido, os termos originários do conquistador europeu, “Velho Mundo” e “Novo Mundo”, adquiriam a conotação de “decadência” e “virtude” respectivamente, alterando uma acepção primeira que aproximava o “Novo” do “Velho Mundo”, no pensamento de que a América poderia chegar a ser outra Europa.

Deve-se, ainda, apontar um pequeno número de indivíduos desse subgrupo da “geração de 1870” que se agregaram sistemática ou eventualmente em torno de *O Novo Mundo*. A seguir, identificam-se alguns dos principais participantes do periódico, sócios e colaboradores; alguns, de atuação bastante visível, outros, nem tanto.

Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), o Sousândrade, associou-se formalmente a *O Novo Mundo* em 1875, como já mencionado. A partir desse ano, *O Novo Mundo* tornou-se uma corporação, com a presidência de William Henry Parson e a

⁹ Segundo Roberto Ventura (1991, p. 10), a expressão “geração de 70” deve estar sempre entre aspas, uma vez que representa antes uma proximidade temporal que uma homogeneidade ou unidade de pensamento entre os intelectuais.

vice-presidência do poeta maranhense, que havia fixado residência em Nova Iorque desde 1871, em companhia de sua filha.

Anunciamos hoje uma mudança importante. *O Novo Mundo*, fundado e até há pouco possuído exclusivamente pelo seu próprio redator, passou desde o dia 10 do corrente a ser propriedade de uma sociedade anônima de responsabilidade limitada, intitulada *The Novo Mundo Association*. A política, as ideias gerais e o plano da publicação não sofrerão alteração, pois continuamos, por três quartas partes, a ser o proprietário da empresa.

Os funcionários são: Presidente, o Sr. W. H. Parson, Vice-Presidente, o Sr. J. de Sousa Andrade; Secretário, o Sr. N. Heath Junior; Gerente, Tesoureiro e Editor, o ex-proprietário. Elegendo para Vice-Presidente o Sr. Sousa Andrade, a Diretoria quis reforçar o elemento brasileiro na Associação, atraindo tão distinto cavalheiro e literato, que mostrou a sua fé na empresa por [ininteligível] subscrição de seu capital social (V, 58, jul./1875, p. 238).

Segundo Campos (2001, p. 40), a presença de Sousa Andrade na sociedade, participando financeiramente e como redator do periódico, atesta sua afinidade com os conteúdos do periódico, porquanto, “ao que tudo indica, o poeta só publicou em jornais que se aproximavam de suas ideias políticas, ou seja, em jornais republicanos”. Sua contribuição sob a forma de cartas e artigos em *O Novo Mundo* será delineada no decorrer deste estudo.

“Nosso ‘partido americanista’”. Por meio dessa expressão, Maria Elisa Rezende de Carvalho (1998, p. 191), em *O quinto século*, denomina o grupo “reunido em torno de uma publicação sintomaticamente denominada *Novo Mundo*”. Em junho de 1873, desembarca nos Estados Unidos o personagem central desse estudo, que se tornaria membro do “partido”: o engenheiro brasileiro André Rebouças (1838-1898). Em curta viagem àquele país, ele trava amizade com Rodrigues e mais tarde, entre 1875 e 1877, seria colaborador remunerado do periódico.

Embora os textos de Rebouças em *O Novo Mundo* sejam assinados apenas com as siglas “A. R.”, a pesquisadora confirmou a autoria em função de registros do *Diário* dele. Entre estes, há um artigo sobre Benjamin Franklin, de que se extrai a valorização da experiência da livre iniciativa e da modernização industrial, em uma chave que revela a importância do bem comum enquanto consequência da liberdade individual.

Mais tarde, Rebouças mudaria algumas de suas convicções, mas, segundo afirma Carvalho (1998, p. 199), o engenheiro via os Estados Unidos como “o ideal da realização benigna das ambições individuais”.

Além de escrever para *O Novo Mundo*, André Rebouças auxiliou Rodrigues na publicação de *A Revista Industrial* durante os anos de 1877 e 1878. Também produzida em Nova Iorque, ilustrada, de periodicidade mensal, direcionava-se, porém, como indica seu nome, para setores da indústria, agricultura, meios de comunicação e comércio, temas sobre os quais Rebouças escrevia em *O Novo Mundo*. A partir do lançamento de *A Revista Industrial*, portanto, esses conteúdos tornaram-se escassos em *O Novo Mundo*, que sofreu mudanças significativas em sua configuração geral.

Ao contrário da ocasião em que foi modificada a razão social da empresa, quando não houve praticamente alteração em *O Novo Mundo*, ele se tornou periódico mais voltado para o público feminino a partir do surgimento de *A Revista Industrial*, inclusive com o aumento da frequência do “Suplemento para Senhoras”, esporádico até então ¹⁰. Essa observação corrobora a afirmação de Silva (1991, p. 1), de que “de publicação preocupada com problemas políticos, sociais e educacionais, evolui para um periódico em que os ‘romances para senhoras’ passam a preencher a maior parte da superfície redacional”.

Ângela Alonso (2002, p. 111) menciona *O Novo Mundo* como um jornal “‘anglo-brasileiro’, (...) referência para os liberais republicanos”. Segundo a autora, Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Salvador de Mendonça (1841-1913), autores do Manifesto Republicano de 1870, seguiam o viés americanista. Mendonça, que residiu nos Estados Unidos exercendo cargos diplomáticos, era admirador do modelo descentralizado americano e enxergava a República como “concretização do ideal norte-americano do *self-made man*” ¹¹ (Alonso, 2002, p. 108).

¹⁰ Como observou Campos (2001, p. 86, 88, 91), embora as folhas ilustradas tivessem preferencialmente um público feminino, *O Novo Mundo* “não era endereçado exclusivamente às mulheres”. A autora caracterizou-o como “um jornal-enciclopédia que ensina e entretém”, contendo leituras para ambos os sexos e, inclusive, para serem lidas em família. Sobre *A Revista Industrial*, ver Campos (2001).

¹¹ Ao que tudo indica, a decisão de Salvador de Mendonça de viver nos Estados Unidos teve a participação de José Carlos Rodrigues. Em 1875, o último enviou a Mendonça um convite, ciente de que sua esposa havia falecido e de que, com cinco filhos, o amigo passava por dificuldades. “Não quererá V. vir aqui ajudar ao Redator do *Novo Mundo*, trazendo seus filhos e educando-os ao sol da liberdade Americana?” (Azevedo, 1971).

A colaboração de Mendonça no periódico ocorreu entre 1876 e 1877 e, embora seus artigos não fossem assinados, sabe-se que é de sua autoria a crítica das *Americanas*, livro de poesia de Machado de Assis publicado em 1875 (Azevedo, 1971)¹².

Joaquim de Sousa Andrade, André Rebouças e Salvador de Mendonça integram o grupo de intelectuais que tiveram participação sistemática em *O Novo Mundo*, convictos (ao menos por algum período) da conveniência da adoção dos parâmetros estadunidenses para que o Brasil fosse alçado ao nível de desenvolvimento compatível com os países “civilizados”.

Apesar de Machado de Assis ter publicado um único artigo em *O Novo Mundo*, sobressai sua colaboração. As muitas análises e citações do ensaio “Instinto de Nacionalidade” pela crítica literária brasileira dificilmente são acompanhadas da explicitação do local da publicação do ensaio, ao contrário dos textos que analisam “Sobre a História da Literatura do Brasil”, de Gonçalves Magalhães, da revista *Niterói*. Estes não deixam de se referir ao local de sua publicação, o que, com efeito, traz uma nova perspectiva de interpretação.

Também há de se perceber que os nomes aqui assinalados, sobretudo os de Sousândrade, Rebouças e Mendonça, efetivamente comparecem nos estudos voltados para o movimento político e cultural da década de 1870 no Brasil. Quanto a José Carlos Rodrigues, seu nome raramente figura nesses estudos, sejam eles históricos, políticos, sociais ou culturais.

Perfil do fundador e principal redator, José Carlos Rodrigues

No que diz respeito à condição financeira, e ao contrário dos três idealizadores da revista *Niterói*, José Carlos Rodrigues era filho de família abastada. Seu pai, Carlos

¹² Nas cartas de Salvador de Mendonça publicadas em *Vida e Obra de Salvador de Mendonça* (Azevedo, 1971), encontram-se algumas trocadas com Machado de Assis. Da leitura dessas cartas, apreende-se o tom de apreço e de solidariedade, próprios de uma amizade de muitos anos. Machado, com efeito, avisa ao amigo sobre o envio de *Americanas* (1875), em 24 de dezembro de 1875: “Remeto-lhe um exemplar das minhas ‘Americanas’. Publiquei-as há poucos dias, e creio que agradaram algum tanto. Vê lá o que isso vale; se tiveres tempo, escreve-me as tuas impressões. Não remeto exemplar ao nosso Rodrigues, porque o Garnier costuma fazê-lo diretamente, segundo me consta.” A mesma correspondência é finalizada com a advertência: “Olha, o Rodrigues é bom mestre, e o ‘Novo Mundo’ um grande exemplo”. Com efeito, não são raras as referências ao fundador de *O Novo Mundo* nas cartas que Machado e Salvador de Mendonça trocaram.

José Alves Rodrigues, era fazendeiro de café no município de Cantagalo, Rio de Janeiro. Nascido em 1844 ¹³, órfão de mãe quando criança, foi criado e educado por uma tia que pertencia também à aristocracia cafeeira, Joaquina Alves de Abreu Lima Pais e Rodrigues. Estudou no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e graduou-se pela Academia de Direito de São Paulo em 1864, usufruindo a melhor educação então disponível no Brasil ¹⁴ (Campos, 2001; Cardim, 1949; Gauld, 1953; Leão, 1944; Silva, 1991).

Durante o curso de direito, colaborou em vários jornais acadêmicos, bem como no *Correio Paulistano*. Em 1863 e 1864 foi correspondente político do *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, órgão do Partido Liberal, dirigido por Francisco Otaviano (1826-1889). Antes, porém, em 1862, fundou junto com o colega José da Silva Costa, cuja amizade conservaria a vida toda, a *Revista Jurídica*, editada primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro; a revista teve duração de seis anos, mas Rodrigues participou apenas até 1865. Em 1863, publicou uma edição crítica da *Constituição do Império do Brasil* (Rio de Janeiro: Laemmert), reeditada muitas vezes (Gauld, 1953; Leão, 1944; Silva, 1991).

Após a graduação, Rodrigues retornou ao Rio de Janeiro e trabalhou por um curto período como advogado com o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos (Leão, 1944; Silva, 1991). Em 1866, foi chamado para o cargo de oficial de gabinete por um antigo professor da Academia de Direito, Conselheiro João da Silva Carrão, deputado geral por São Paulo que havia sido nomeado para a pasta do Ministério das Finanças (Leão, 1944; Magalhães Junior, 1964; Silva, 1991).

Com a queda do Ministério e a imprevista saída do protetor de José Carlos Rodrigues, teve início um episódio obscuro de sua vida: a investigação aponta um processo criminal como a razão de sua mudança para os Estados Unidos. Em geral, as biografias omitem ou apenas insinuam a passagem descrita em *Rui, o homem e o mito*

¹³ A maioria das biografias indica como o dia 5 de setembro de 1844 como data de nascimento de José Carlos Rodrigues; apenas o artigo de George C. A. Boehrer (1967, p. 128) indica o dia 19 de julho do mesmo ano.

¹⁴ Na realidade, a origem social do fundador, tanto quanto dos participantes e colaboradores do periódico, parece ter perdido a importância nos estudos sobre a “geração de 70”, desde que pesquisas recentes, como a de Ângela Alonso (2002), demonstraram que o grupo comportava grupos muito diferenciados quanto ao acesso a recursos sociais, econômicos e políticos. “A mobilização da geração de 1870 não foi, então, uma resultante direta nem da origem social nem de interesses materiais compartilhados” (Alonso, 2002, p. 99, 100).

(Magalhães Junior, 1964, p. 153), segundo a qual o acontecimento político “parece ter desnortado o jovem oficial de gabinete, repentinamente sem emprego e sem a importância decorrente da posição que ocupava”. Rodrigues teria comparecido ao Tesouro do Império portando uma ordem de pagamento irregular, já que a assinatura do Conselheiro Carrão não era legítima.

Um processo criminal foi instaurado contra José Carlos Rodrigues, que não pôde ser intimado para depor, pois ninguém o encontrou. Soube-se, mais tarde, que embarcara para os Estados Unidos, de onde só retornaria em 1887, quando o processo do qual era acusado prescrevera (Magalhães Junior, 1964). Ao retornar, assumiu a direção do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, posição que ocupou até 1915.

Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* anos mais tarde, sob o título “José Carlos Rodrigues, o patriarca da imprensa carioca”, lê-se: “Aparecia-lhe ante os olhos uma carreira brilhante, carreira que os inimigos políticos lhe cortaram, aproveitando-se de um ato imprudente que cometera” (Gauld, 1953, p. 428). De fato, o episódio, relatado nesses termos, parece relacionar-se antes com questões de disputas políticas, num período em que a patronagem era comum.

É provável, entretanto, que José Carlos Rodrigues estivesse arquitetando a mudança para os Estados Unidos havia algum tempo, visto que vinha estudando inglês desde sua volta para o Rio de Janeiro, em 1864. Seu professor, George Whitehill Chamberlain, pastor presbiteriano que em 1870 fundou a Escola Americana em São Paulo (atual Universidade Presbiteriana Mackenzie), é considerado importante influência religiosa sobre Rodrigues, que, além de estudioso da Bíblia, se tornou também praticante do protestantismo (Boehrer, 1967; Gauld, 1953).

Já durante a viagem para Nova Iorque, Rodrigues traduziu para o português um folheto evangélico. Ao desembarcar, pôs-se em contato com Chamberlain e a *American Tract Society* que divulgava tais folhetos e ali obteve o seu primeiro emprego. Jamais perdeu o contato com os protestantes americanos e até 1882, quando deixou Nova Iorque, já havia escrito em português oito livros didáticos para a escola americana que seu amigo Chamberlain fundara em São Paulo (Gauld, 1953, p. 429).

Em Washington, logo que aportou nos Estados Unidos, passou alguns meses ocupado na tradução de documentos para o juiz brasileiro nomeado árbitro na Suíça, Marcos Antonio de Araújo, o Visconde de Itajubá, sobre a chamada “questão Alabama” entre Estados Unidos e Inglaterra. Nessa ocasião, Rodrigues residiu na casa do então Ministro da Justiça dos Estados Unidos, Caleb Cushing, que ofereceu ao hóspede o lugar de secretário da delegação americana de arbitragem em Genebra, caso decidisse naturalizar-se estadunidense, o que foi recusado. Nessa época, ele também foi nomeado correspondente do *Diário Oficial* e do *Jornal do Comércio*, atividade que exerceu até 1890 (Boehrer, 1967; Gauld, 1953).

Em 1870, Rodrigues fundou *O Novo Mundo*, além de publicar o livro *Crestomatia da língua inglesa* (Nova Iorque: A. S. Barnes & Companhia, Editores), cujo propósito, segundo o autor, era “dar aos estudantes da língua inglesa um livro textual de pedaços cuidadosamente escolhidos dos principais autores da língua inglesa”¹⁵ (Rodrigues, 1870, p. 4) e do qual nos ocuparemos adiante.

É provável que, em 1875, quando *O Novo Mundo* passou a pertencer a uma sociedade, seu fundador já se encontrasse cercado de relações que garantiam o sucesso do empreendimento. Além de Sousândrade como vice-presidente, a The Novo Mundo Association contava daquela data em diante com o presidente William H. Parson, negociante e fabricante de papel, fornecedor do material desde o primeiro número do periódico (conforme se afirma no número 58), e com os seguintes diretores:

Alfred S. Barnes, talvez o mais importante editor de livros de escolas nos Estados Unidos;

Dr. Cornellius R. Agnew, o mais afamado oculista da América, e que representa na diretoria o elemento literário e científico;

Noble Heath Junior, contador bem conhecido e desde o começo um dos mais decididos e calorosos amigos desta empresa, — já não falando da íntima afeição pessoal que nos tem sempre unido;

¹⁵ Este foi o único livro didático de autoria de José Carlos Rodrigues encontrado, embora a biografia elaborada por Gauld (1953) afirme a existência de outros sete. Das biografias lidas, esta é a única que menciona os supostos oito livros didáticos escritos por ele.

Frederic F. Ager, jovem advogado de Cambridge, que primeiro de todos aventou a ideia da organização da companhia de que tantos benefícios esperamos para o engrandecimento do Novo Mundo; e finalmente

Albert G. Goodall, Presidente da “companhia Americana de Notas de Banco” que fabrica o papel moeda do nosso país (V, 58, jul./1875, p. 238).

Vale a leitura do perfil biográfico do último, Albert G. Goodall, publicado no último volume de *O Novo Mundo*, que pode indicar a maneira como José Carlos Rodrigues se estabeleceu em terras estadunidenses:

É ele Presidente da “American Bank Note Co.”, a companhia que é realmente a Casa da Moeda do Brasil, — e que o é também (seja dito de passagem) de outros muitos países. Mas além dessa posição, que por si só mostra o alto conceito em que é aqui tido Mr. Goodall, tem sido ele desde 1864 o incansável amigo dos Brasileiros pobres e desprotegidos que aqui chegam. Ocupando aqui uma alta posição no mundo maçônico, naturalmente lhe vêm recomendados muitos “irmãos” do Brasil. O escritor destas linhas, apesar de não ser maçom, tem sido testemunha de muitos favores feitos por Mr. Goodall, ou por seu intermédio, a Brasileiros pobres, que aqui têm carecido de auxílio. Julgamos, pois, publicando o seu retrato, dar-lhe uma prova de reconhecimento, como Brasileiro, que também somos, por essas atenções a nossos compatriotas (IX, 106, out./1879, p. 232).

A propósito da mudança da razão social da empresa, Charles A. Gauld (1953, p. 429) afirma que José Carlos Rodrigues “revelou espírito ianque”, pois “distribuiu ações da sua revista ao seu tipógrafo, ao gravador e ao comerciante que lhe vendia papel”. Gauld também atribui a Rodrigues o “espírito prático de americano”, por ter obtido auxílio de um rico comerciante de Nova Iorque, importador de borracha do Amazonas, o que lhe permitiu melhorar a revista.

Durante o período em que esteve à frente de *O Novo Mundo*, José Carlos Rodrigues contribuiu com o jornal *The Nation*, escrevendo artigos sobre a América Latina (Bohrer, 1967; Gauld, 1953). Em 1877, fundou a já citada *A Revista Industrial*, que encerrou as atividades em 1879, como *O Novo Mundo*, devido ao aumento dos impostos sobre a entrada de impressos no país (Bohrer, 1967) ¹⁶.

¹⁶ Charles A. Gauld (1953) afirma que as publicações tiveram fim devido ao serviço de pacotes que se tornara descontinuo, mas Bohrер (1967) garante que, além de a irregularidade dos pacotes ser

Mas Rodrigues continuou a trabalhar na imprensa, como correspondente de alguns jornais brasileiros e estadunidenses. Comissionado pelo jornal *The New York World*, foi convocado a investigar o projeto de Ferdinand De Lesseps de construção do Canal do Panamá. Os artigos escritos para este periódico e, mais tarde, para o *Financial News* de Londres foram reunidos em livro e publicados em 1885 sob o título *The Panamá Canal. Its history, its political aspects, and financial difficulties* (New York, Charles Scribner's sons). Neles, Rodrigues declara acreditar que caberia ao povo americano a tarefa de construir o Canal do Panamá (Boehrer, 1967; Gauld, 1953; Leão 1944), um claro sinal de concordância com as diretrizes expansionistas norte-americanas.

A transcrição seguinte resume a trajetória de José Carlos Rodrigues, após o encerramento das atividades do jornal *O Novo Mundo*:

Quando *O Novo Mundo* deixou de circular, em 1879, em consequência de tarifas proibitivas, impostas pelo nosso governo (...), José Carlos Rodrigues continuou a sua faina de correspondente de jornais brasileiros, iniciada em 1868, com a remessa de artigos sobre economia e finanças para o *Jornal de Comércio*. É quando escreve, para a *Gazeta de Notícias*, as suas *Cartas Americanas*. Ao mesmo tempo, colabora com o *The Nation* e ingressa na redação do *New York World*. É para esse jornal que vai investigar, em dezembro de 1879, as causas do fracasso da empresa do grande engenheiro francês Ferdinand de Lesseps no Panamá. Disso resultaria um excelente livro, em inglês, *The Panama Canal*, só publicado em 1885, quando já tinha se transferido para a Inglaterra. Três anos antes, um homem de negócios brasileiro, Manuel Gomes de Oliveira, convidara-o a desempenhar missão especial, de caráter temporário, junto aos banqueiros ingleses: tratava-se de levantar dois milhões de libras para a Estrada de Ferro Cantagalo. Gostando de Londres, aí fixou-se (*sic*) o jornalista brasileiro, que se ligou a uma senhora inglesa e logo passou a colaborar no *Financial News*, em cujas colunas fez a primeira denúncia sobre a iminente falência da companhia de Lesseps, com grande repercussão, principalmente na França (Magalhães Junior, 1964, p. 154, 155).

Rodrigues viveu aproximadamente sete anos na Inglaterra, de 1882 a 1889: “Sem nunca deixar sua pena de jornalista, José Carlos Rodrigues se impôs no meio financeiro inglês como intermediário de empréstimos conseguidos por empresas

costumeira, um novo serviço já estava em operação, o que não atrapalharia a distribuição dos periódicos. Para Boehrer, deve-se atribuir o término das publicações às altas taxas de impostos.

particulares” (Cardim, 1946, p. 70), além de exercer uma espécie de consultoria acerca de assuntos brasileiros (Leão, 1944).

Voltou ao Brasil em 1887 — ano da prescrição do processo em que era acusado de estelionato —, com a finalidade de receber a posse da herança de sua tia, embora alguns de seus biógrafos afirmem que Rodrigues poderia ter retornado anteriormente graças ao perdão público de D. Pedro II em 1876, por ocasião de sua visita a Nova Iorque, oportunidade em que visitou a redação de *O Novo Mundo*. Imediatamente após o recebimento da herança, Rodrigues e sua irmã, também herdeira, deram liberdade aos últimos escravos da fazenda de café em Cantagalo. Segundo Charles A. Gauld (1953), ele sempre foi amigo de Joaquim Nabuco (1849-1910), com quem manteve estreitas relações em Nova Iorque e Londres.

Rodrigues casou-se em 1887, em Londres, com Jane Sampson, mãe de suas duas filhas (Gauld, 1953). Em 1890, junto com outros associados, entre os quais seu amigo de faculdade José da Silva Costa, adquiriu a propriedade do *Jornal do Comércio*, da qual se desfez apenas em 1915 (Gauld, 1953; Leão, 1944).

Rodrigues fez virtualmente do *Jornal do Comércio* o porta-voz do Itamarati e do seu grande Ministro Rio Branco. Isto para o progresso do Brasil e seu maior prestígio entre as nações. Era muito frequente que Rio Branco, terminados os trabalhos do dia, viesse passar horas na redação do *Jornal do Comércio*, para um prolongado “bate-papo” com seu grande amigo. Tornou-se-lhe (*sic*) isto uma espécie de hábito. Deu motivo a que jornalistas estrangeiros visitando o Rio escrevessem que o *Jornal do Comércio* era um órgão semi-oficial (Gauld, 1953, p. 435, 436).

Essa nova fase da vida de José Carlos Rodrigues é muitas vezes considerada a mais importante de sua carreira, devido ao reconhecimento obtido como autor da *Biblioteca Brasiliense: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil. Parte 1ª. Descobrimento da América. Brasil colonial, 1492-1822* (Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1907) (Boehrer, 1967).

São também de sua autoria as seguintes publicações: *O descobrimento do Brasil: sucinta notícia da descrição impressa mais antiga deste acontecimento* (Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1905); *Religiões acatólicas no Brasil, 1500-1900* (Rio de Janeiro: Escritório do Jornal do Comércio; Londres & Edimburgo: Impr.

De Ballantyne, Hanson & co.); *Estudo histórico e crítico sobre o Velho Testamento: como registro da atividade divina na história de Israel e preparatória a revelação cristã* (Rio de Janeiro: (s.n.), 1921); e *Considerações gerais sobre a Bíblia* (Rio de Janeiro: s.n.; Noorwood, EUA: J. S. Cushing, 1918) (Boehrer, 1967).

José Carlos Rodrigues faleceu em 28 de julho de 1923, no Rio de Janeiro.

1.3 O Novo Mundo e o “novo liberalismo”

Uma vez atribuída a fatura de *O Novo Mundo* a um grupo de jovens que acreditava no modelo político-social estadunidense para reformular as bases constituintes das instituições brasileiras, convém examinar o que os textos do periódico revelam sobre os ideais desses indivíduos. Trata-se de apreender as linhas gerais do jornal, de forma a traçar mais precisamente sua relação com a situação político-social brasileira.

É possível aproximar um pouco mais *O Novo Mundo* da revista *Niterói* a partir da constatação de que não se tratava de um projeto individual. Tendo em vista que o lugar literário da *Niterói* costuma ser compreendido após a análise da relação de seus participantes com os alicerces políticos da nação, do discurso inscrito na revista e do ensaio literário de Magalhães, o mesmo deve ser feito com o periódico em questão.

Silva (1991, p. 68) descreveu duas preocupações fundamentais dos artigos do jornal: “propugnar pelo triunfo do cristianismo” e “ênfatizar a importância de caminharem as sociedades, e especialmente a brasileira, pela senda do progresso e da civilização”. Com efeito, progresso, civilização e protestantismo (mais apropriado que “cristianismo”) são recorrentes em *O Novo Mundo* e foram abordados por Campos (2001) em alguns momentos do seu estudo.

Ambas as pesquisadoras, Silva (1991) e Campos (2001), também aludiram à persistência do periódico em temas referentes à abolição da escravidão. Porém, talvez não com a ênfase necessária, segundo se concebe para os propósitos deste estudo. Invariavelmente presente ao longo dos nove anos de publicação de *O Novo Mundo*, o tema deve ser observado, de início, no primeiro número do periódico:

Há quatro anos quando o Sr. D. Pedro 2º declarou que ia tomar medidas para abolir o quanto antes o elemento servil do Império, toda a imprensa estrangeira exultou de um sincero júbilo por ver o Brasil ir aceitando tão depressa a moral da guerra intestina dos Estados Unidos. “E a Espanha”, se disse então, “será o último país com escravos”. Felizmente a Espanha já decretou que quem quer é [for] nascido nos seus domínios é livre; mas infelizmente o Brasil deixou à Espanha a palma que lhe era dada de abolir primeiro a escravidão (I, 1, out./1870, p. 2).

O tom predominante é de cobrança por rapidez na abolição da escravatura no Brasil; porém, um ano depois, *O Novo Mundo* publica o artigo “Grande e Modesta Revolução”, enaltecendo a promulgação da lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, nos seguintes termos:

Já não existe mais aquele Brasil moroso, indiferente a seus próprios interesses e desconfiado sempre do progresso; o Brasil de outubro de 1871 é um Estado que já orgulha a seus cidadãos pela determinação pronta e inflexível com que aplica a seu regime político e econômico as lições da moral e da justiça, que a Providência escreve na história (II, 13, out./1871, p. 2).

O texto é finalizado em tom de comemoração, em letras garrafais: “D’ora em diante ninguém mais é feito escravo no Brasil”. Embora pareça haver exagero no otimismo e na celebração contidos no artigo (afinal, a promessa da abolição já se adiava por demais), a começar pelo título, os excessos podem ser explicados: a votação da lei dividiu o parlamento, os debates e a disputa foram acirrados. Sua aprovação representou importante vitória daqueles que lutavam por reformas.

Um dos mais exaltados opositores da lei, o deputado José de Alencar, considerava que a agricultura nacional seria arruinada com a abolição dos escravos, argumentando também que a lei fazia parte de um pacote de reformas pontuais na legislação no sentido da continuidade, isto é, do adiamento da solução final para a questão escravocrata. Para o deputado que, a essa altura, era um grande combatente do imperador, a intenção por trás da lei era melhorar a opinião pública internacional, que cobrava o fato de o Brasil ser um dos únicos países a manter o trabalho escravo (Lira Neto, 2006, Ricupero, 2004). A trajetória política de Alencar, na verdade, é pontuada pelo tom exaltado, temperada pela mudança de posição, grosso modo, do apoio ao

poder moderador para a oposição impetuosa ao imperador. Mas, sem perder de vista nossos propósitos, fiquemos, por ora, apenas com o conhecimento de sua conduta política em geral conservadora, a oposição ao abolicionismo e, em particular, a Pedro II.

Outro oponente sistemático do imperador foi Sousândrade. No contexto da aprovação da lei do Ventre Livre, escreveu uma correspondência a *O Novo Mundo*, publicada em novembro de 1871. Tratava-se de refutação a um artigo publicado no *Herald*, em que Pedro II era congratulado por seu empenho pela libertação dos escravos no Brasil. Segundo o poeta, a notícia do jornal estadunidense constituía “um riso irônico lançado ao povo brasileiro e uma baforada de incenso ao trono imperial”.

É negar a toda uma grande nação ideias que de há muito nutre pelo seu desenvolvimento e progresso, fazendo dessas ideias que são de todos, ou da maior parte, o apanágio de um só indivíduo e que somente existe rei pela vontade da mesma nação; e de tal modo escreve-se para a primeira república americana, é de certo atender pouco ao bom senso e à verdade (II, 14, nov./1871, p. 31).

Sousândrade vai ainda mais longe, afirmando que “o Imperador era o legítimo usufrutuário dos escravos da coroa” e que a abolição, “antes mesmo da guerra norte-americana e da guerra do Paraguai, era a necessidade pressentida e possuidores libertavam seus escravos” (II, 14, nov./1871, p. 31).

De qualquer forma, articulada ou não pelas mãos de Pedro II, a promulgação da lei foi, em última análise, uma primeira vitória de um movimento que se autoproclamava “novo-liberalismo”, na expressão de Joaquim Nabuco (Alonso, 2007; Bosi, 1992). “Analisada por esse ângulo é uma crise de passagem entre o Regresso agromercantil, emperrado e escravista, para um reformismo arejado e confiante no trabalho livre” — tal citação de Alfredo Bosi (1992, p. 223), pontuando a crise e apreendendo o movimento, parece inserir-se com propriedade no contexto discursivo de *O Novo Mundo*.

Argumentos contra a escravidão e a favor do sistema de trabalho assalariado são abundantes em *O Novo Mundo*, sob prismas diversos — da história da abolição nos Estados Unidos até considerações religiosas, humanitárias e morais, passando por descrições sobre o auxílio do estado norte-americano aos libertos, as condutas

educacionais e de instrução, os benefícios sociais da emancipação, os aspectos políticos, financeiros e econômicos do trabalho assalariado.

Note-se, abaixo, um trecho da descrição biográfica de Harriet Beecher Stowe (1811-1896) (FIG. 3), encontrado no número 52, de janeiro de 1875. Essa passagem, aliás, vem em seguida a uma das várias ocasiões em que a história da abolição nos Estados Unidos é narrada, ao longo dos nove anos de publicação de *O Novo Mundo*:

(...) pondo-se a escrever o conto, inflamou-se-lhe o coração e, iluminada por uma luz mais humana, escreveu a mais poderosa novela social do século atual, — poderosa porque a autora só fez *descrever* vivamente e com fogo aquilo que via todos os dias. *A Cabana do Pai Tomás* (*sic*) não falou aos políticos, mas ao povo, às massas; foi diretamente à fonte de todo o poder; popularizou a vergonha da escravidão e anunciou a todos os cantos da terra a iniquidade da gente do Sul da União. E este apelo aos sentimentos cristãos da humanidade não foi baldado, pois desde então até 1860 o poder do Sul foi decaindo, e o do Norte aumentando, até que Lincoln foi eleito, e com sua eleição foi morta a escravidão.

A Cabana do Pai Tomás (*sic*), impressa em livro, teve logo uma saída até então sem precedente: em dois meses tinham-se vendido só nos Estados Unidos mais de cem mil exemplares ao cabo de dois anos (*sic*). A obra foi, logo em 1852, traduzida para nove línguas europeias, e em 1853, para sete ou mais, entre elas a nossa. Só alemãs, consta que há quatorze ou quinze versões diversas (V, 52, jan./1875, p. 101, grifo do autor).

É recorrente o comparecimento da autora de *Cabana do Pai Tomás* (publicado primeiramente em 1851 e 1852, de forma seriada) em *O Novo Mundo*. A importância dessa presença constante no periódico, contudo, vai além do tema da escravidão: a obra mencionada foi o primeiro livro produzido nas Américas a circular amplamente na Europa, invertendo o fluxo usual de circulação literária que, até então, ocorria sistematicamente da Europa para a América (Guimarães, 2004)¹⁷. Esse fato é relevante no sentido de escorar nossa hipótese central: reconhecer em *O Novo Mundo* um posto significativo enquanto marco de um novo momento literário, aquele em que os Estados Unidos se tornavam modelo econômico, político e cultural para o Brasil, além de se tornarem também exportadores de ficção. Corresponde ao começo de um processo que,

¹⁷ GUIMARÃES, H. de S. *Pai Tomás e a vibração do sentimento (anti) escravagista no romantismo brasileiro*. Comunicação no VII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, 2004. (Texto gentilmente fornecido pelo autor).

mais tarde, subtrairia da França o papel de maior exportadora de literatura (para o mundo ocidental, evidentemente) e colocaria os Estados Unidos em seu lugar.

Cabana do Pai Tomás foi, de fato, grande fenômeno literário do século XIX: vendeu mais de trezentos mil exemplares em um ano nos Estados Unidos e, em dez meses, foi traduzido para onze idiomas, inclusive o português, com primeira edição publicada em Paris, em 1853 (Guimarães, 2004b).

Muitos textos ficcionais brasileiros foram produzidos a partir do romance de Beecher Stowe e ilustram a instrumentalização político-social da literatura; neste caso, de luta contra a escravidão (Bosi, 1992; Guimarães, 2004). Mas a obra também remete a Joaquim Nabuco (1998) que, em *Minha formação*, publicado pela primeira vez em 1900, afirma: “Mil vezes li *Cabana do Pai Tomás*, no original da dor vivida e sangrando”. Segundo Alonso (2007), como Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), em *Vítimas alagozes*, de 1869, e Bernardo Guimarães (1825-1884), em *A escrava Isaura*, de 1875, grande parte dos discursos de Nabuco tiveram como modelo o romance de Beecher Stowe.

Os “novos liberais”, conforme Faoro (2009), não encontravam lugar próprio nos grupos que desfrutavam da centralização política, da burocracia em torno das instituições monárquicas e das rendas da escravidão. Donos de uma autêntica ideologia de oposição, almejavam dar um conteúdo concreto ao termo “liberalismo” no país, livrando-o do regime de trabalho escravo que, de fato, não comportava o ideal civilizado (Bosi, 1992). Examinados por esse ângulo, o título do artigo de *O Novo Mundo* que trata da promulgação da lei do Ventre Livre — “Grande e modesta Revolução” — e o tom festivo que percorre o texto tornam-se compreensíveis.

A SRA. HARRIET BEECHER STOWE.

HARRIET BEECHER STOWE.

O NOME da autora da *Cabana do Pai Thomas*, é um dos mais caros a todos os amigos da liberdade humana. Há agora cerca de vinte e três annos que no meio das trevas espessas em que de repente foi lançado o seu país em virtude da pretendida conciliação entre os interesses da escravidão e os da liberdade, surgiu a luz brilhante do romance desta pródiga do Secher que tanto precipitou o desastrose daquella profunda escuridão.

A divergencia nos Estados Unidos correu, por annos dize-se, no lançamento da primeira pedra do edificio da Republica. Quando se discutia a Constituição na convenção federal, MADISON, entre outros, protestara contra a admissão, naquella pacto, da propriedade sobre o homem, como principio. Mas a gente do extremo do Sul já reclamava então o direito de importação de Africanos e com effeito concedeu-se-lhe tal privilegio, determinando-se logo-depois e unanimemente que ficasse prohibida a escravidão em toda a região ao nordeste do Ohio. Em 1790, o grande FRANKLIN apresentou ao Congresso (e esse foi o ultimo acto da sua vida) uma resolu-

ção declarando que a escravidão na Republica era uma incoherencia e propondo que se estabelecesse meios de abolil-a. Quatro annos depois já a Virginia pedia que se revogasse o pacto feito com o voto das suas proprias estadistas e patriarchas da Independencia, pois ella agora queria ter escravos.

Com o correr de poucos annos mais, a gente do Sul ganhou sobre a liberdade de si mesma com a demanda que a Europa fizesse pelo seu algodão. Dinheiro e poder tornaram-se os unicos objectos de sua politica, e dinheiro, com elles, queria dizer mais escravos. Em 1820 as politicas do Sul, com supremacia dominou em todo o país, quebraram o pacto de 1797, phantando a escravidão no Missouri, o que que compromettendo a excludi-a dos Estados ao norte desse. Esta foi, esta sede de ganho que fazia o Sul calar os principios eternos de justiça, produziram reacção consideravel nos Estados do Norte, e consequente effeito immediato a luta entre as duas seções. O Sul parecia sempre vencedor, pois com effeito o país estava esmagado da oligarchia dos senhores de escravos; mas uma victoria da justiça e da moral era uma verdadeira derrota, da sua causa moral e seu triumpho para a sagrada causa da liberdade. A gente do Sul, quan-

to mais poderosa e rica, menos escrúpulos tinha e effeito tornava-se até indolente. Os poucos volúes que se levantaram e escripturaram convenientemente a escravidão com apedrejados e até assassinados: chegaram-se a crear uma opinião publica contra os defensores da emancipação.

Mas, como dissemos, o Norte via cada vez mais clara a injustiça. Seu motto torção da emancipação geral, e seu fim objectivo era reduzir o progresso da escravidão, restringindo a sua área. Em 1840 o pequeno numero desses patriotas já conseguiram até eleger varios representantes no Congresso: ali haviam estado ou ainda estavam JOHN QUINCY ADAMS, GROSVENOR, J. P. HALE, CLARK, Seward, JULIAN, PALFREY e mais duas ou tres.

Si os politicos do Sul fossem tambem estadistas, elles teriam accedido um pouco aos desejos do Norte. Ao contrario, porém, tornavam-se mais incidentes do dia em dia. TYLER, Presidente da Republica, declarou que a annexão do Texas era necessario para se manter a escravidão. Seu successor, POLK, foi eleito sob o compromisso expresso de executar tal projecto, e o Texas foi annexado em 1845.

Este passo de lozura saguamentos molto o partido anti-escravagista e de facto um

dos partidos politicos, o Whig, a cuja frente se achava HENRY CLAY, opposer-se-lhe com todas as forças, e suas vultas principaes crizes que a annexão do Texas e a extenção da escravidão seria a ruina da Uniao. Desde então o conflicto tornou-se, como disse-o Mr. SEWARD, "irreprimivel." Não havia mais um adicção de "abolitionistas", — mas já um grande partido.

O Sul, porém, não se deteve. Animado pelas apparentes victorias que havia ganho, declarou em 1850 que estava resuelto a estabelecer a escravidão nos novos territorios que a Uniao adquirisse, e ao mesmo tempo prometteu a lei chamada *Fugitive Slave Law* authorizando a certos funcionarios federaes chamados commissarios, que não eram juizes, a julgar dos casos de escravos fugidos em qualquer Estado da Uniao. Então vin o Norte reduzido á escravidão molto mais horrores, muitas familias que gozaram da liberdade, por annos e annos. Deram-se abanos que tornaram a occupa do povo.

Nesse tempo a guerra começou a sahir do dominio dos partidos politicos e estava tornando-se o grande questio social. Os Whigs como organisação politica, atacaram a causa. A 7 de Março de 1850 DANIEL WEBSTER, até então o grande abolitionista do Norte, abandonou a bandeira

FIGURA 3 — Perfil biográfico de Harriet Beecher Stowe (V, 52, jan./1875, p. 100).

Tavares Bastos, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Castro Alves, Luís Gama, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e André Rebouças são nomes comumente citados pela historiografia para ilustrar os “novos liberais”. Já se pode afirmar, com certa segurança, quem detinham as bases ideológicas de *O Novo Mundo*. Alguns desses intelectuais, com efeito, participaram de suas páginas, direta ou indiretamente, como emissores ou referentes de um discurso “novo-liberal”. E, uma vez mais, a ausência de José Carlos Rodrigues na historiografia pôde ser sentida.

Uma das expressões literárias do “novo liberalismo”, Castro Alves foi notícia das páginas de *O Novo Mundo*, por ocasião de seu falecimento, que ocorreu antes de o periódico completar seu primeiro ano de existência (FIG. 4). Contendo um pequeno perfil biográfico, o texto alinha o poeta a Álvares de Azevedo (1831-1852) e a Junqueira Freire (1832-1855), por conta da brevidade de sua existência: “grandes poetas da nova geração, que tem baixado ao túmulo na aurora da vida” (I, 12, set./1871, p. 182). Nesse mesmo texto, Castro Alves é bastante enaltecido por seu trabalho abolicionista.

O perfil biográfico do poeta cita, entre suas obras, “Gonzaga ou a Revolução de Minas”, drama de 1867, “Os escravos”, “A Cachoeira de Paulo Afonso” e *Espumas flutuantes*; a última, considerada pelo periódico como indicativa de “um grande poeta do futuro”. Para *O Novo Mundo*, suas composições, muito influenciadas por Victor Hugo e Thomaz Ribeiro, “nos quais se modelou, às vezes com pouca felicidade” (I, 12, set./1871, p. 183), careciam de caráter próprio. Assim, é possível entrever certo tom de desabono do jornal às duas influências predominantes, francesa e portuguesa, assim como o caráter nacionalista dessa crítica literária.

A poesia antiescravocrata de Castro Alves será retomada adiante, mas convém notar que a atribuição de uma ideologia do “novo liberalismo” ao poeta não se baseia unicamente na temática abolicionista, assim como sua poesia social não se resume a essa. Pode-se citar, ligado ao “novo liberalismo”, o enaltecimento da técnica e do

WILLIAMS, J. E. 1980.

O nome de CASTRO ALVES, aquele poeta desconhecido que ainda aguarda a descoberta, chamando-nos quase atônitos que havia de ser algum dia uma das grandes glórias nacionais, não ocorre já somente à história do passado. E' uma vez que precisamos apelar ao só em que ligamos JAVIERES DE AZEVEDO, FREGUESIA FERREIRA e CAMARGO D'ALMEIDA, os todos os grandes poetas de nossa geração, que foram de saúdo ao mundo um acervo da vida, mas conhecidos já de todo o frêge de glória.

o diáspora da plúvia.

— Mas, quando a chuva não vem, há a falta da senhora da Bahia, colheitando o seu concurso para o enriquecimento de escroques, uma carta assinando, publicando, permitindo ao delinquente a reconstituição, geralmente pelo Brasil, mostrando assim, bastante a sua importância, e, portanto, já agora perdendo-se o direito ao seu prêmio. Castro Alves era uma dessas senhoras desse tipo. Castro Alves e Machado, que estavam à vista da situação, não tinham nada de senhores, eram, desde a infância, como crianças, comandados pelas (mãezinhas de mesmo jeito) e de vida mansueta, e uma vez, que é um pouco louco, sofria da mesma debilidade de seu ser espiritual, e não tinha a força de vontade de Castro Alves, e um dia, como ele, foi simplesmente privilegiado no espírito dessas bondades. Desde bem tempo, CASTRO ALVES trabalhava pelo enriquecimento, com caráter, sinceridade e com a consciência de que estava fazendo o bem, pois para ele, dinheiro, como para outros, não possuía fim. Dinheiro, como para outros, não possuía fim, e sua outra produção.

Apresentamos CLAYTON ALVES, nascido em São Paulo em Março de 1947. Foi pelo pai, Antônio José ALVES, um médico muito conhecido por seus talentos. Tanto prosseguiu os estudos preparatórios e passou as respectivas exames, e depois matriculou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco em 1969. Depois de um ano, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou em 1974 a sua representação pela última cidade e na de Bahia, Congoas e a Residência de Alfama, onde logo em pouco distinguiram-se os seus talentos mais afinados das letras ocidentais. O dr. Alves agrada, e foi aplaudido não só pelos juristas locais, senão também por José, Bernardo e seu irmão, o Sr. Carlos. Depois de um tempo, mudou-se para o Centro de São Paulo, onde se encontra, e onde, com o tempo, escreveu em prosa e em verso, que deixou publicados pela periódica, e muitos outros lugares, dois tomos de uma longa história, *graciosa e comédia*, a *vida em energia industrial*. CLAYTON ALVES tem o gosto das músicas mais populares da academia: o seu gosto não, precisamente envolvido numa rodada de bom gosto, que não se sacrificou às atrações do teatro e a outras artes do teatro, mas sim a um gosto refinado e a um gosto de um artista. Quer de mais e um talento se amadureceu para as coisas mais sólidas de futuro, sobretudo, em desenhos que fez com muita compreensão de um de seus pais. Resultou-lhe duas vezes, duas vezes, que culminou na sua morte, a cidade de Bahia, aos 4 de Julho p. n. quando um acidente de congestionar as vias e

O folleto debruça um volume de poesias, intitulado *Speser's Strukturen*, impresso no

FIGURA 4 – Página do periódico com a notícia de falecimento de Castro Alves (I, 11, set./1871, p. 180).

progresso, contrários à constante fuga para o campo como alternativa aos males urbanos das poesias românticas (Bosi, 1994) ¹⁸.

Todavia, não é difícil imaginar que esses mesmos aspectos — técnica e progresso — sejam largamente valorizados pelo periódico, situando-se, inclusive, entre os principais argumentos dos artigos antiescravocratas, como se exemplifica a seguir:

Temos certeza que a geração futura considerará como o maior título de glória dos Estados Unidos, superior ao devido pela sua energia de desbravar e povoar a mor parte do continente do Norte da América, por haver construído, em poucos anos, a maior rede de caminhos de ferro no mundo, por ter-se colocado adiante da Europa em agricultura e indústria, conseguido ser o árbitro atual dos seus mercados de trigo e de carne; superior mesmo à sublime energia, com que se tem sabido sustentar instituições verdadeiramente democráticas, quando o velho mundo ainda se debate debalde para livrar-se das garras da teocracia, do militarismo e da monarquia — o feito prodigioso de tirar três a quatro milhões de negros da escravidão, fazendo-os logo cidadãos da República, e prodigalizando-lhes todos os meios possíveis de tornarem-se dignos dos sublimes direitos que lhes foram dados (IX, 107, nov./1879, p. 250).

As referências a Tavares Bastos (1836-1875) nas páginas de *O Novo Mundo* também dizem bastante acerca da crença no progresso material enquanto oposição à escravidão. Dono da expressão “Ou progresso ou escravidão”, grande admirador dos Estados Unidos, Tavares Bastos era partidário do federalismo e da descentralização política (Bosi, 1992; Vainfas, 2002). Seu livro *A Província* (1870) foi assunto de resenha em *O Novo Mundo*: “(...) uma obra tão importante como esta que, com rara clareza e profundidade de vistas, estuda em todas as suas fases o mal imenso da centralização, que já tem peado todo o Brasil na senda do progresso e da vida, e que, não remediado já e já, ameaça matar completamente o futuro do Estado, e desintegrá-lo todo” (I, 9, jun./1871, p. 135).

A capa do número dez de *O Novo Mundo*, de julho de 1871, traz o perfil biográfico de Tavares Bastos, no qual se lê: “(...) não há quem estude o complicadíssimo mecanismo das instituições do Brasil, que não fique logo convencido de que, depois da pronta abolição da escravidão, o primeiro passo que se deve dar, e

¹⁸ A verificação da inserção da poesia de Castro Alves em sua fortuna crítica é, certamente, tema para muitas páginas.

esse o quanto antes, é descentralizar o poder; desoprimir o indivíduo daquele monstro que no Brasil se chama ‘Estado’” (I, 10, jul./1871, p. 145). Contudo, convém observar a notícia a propósito do aparecimento do jornal *A República* no Rio de Janeiro, em 1870:

De nossa parte não concordamos com os alvitreiros que a *República* (*sic*) propõe para trazer maior dose de bem estar ao país, nem tampouco com os motivos a que ela imputa o seu estado atual menos lisonjeiro. Ainda assim cremos sinceramente que *República* e *Escravidão* são duas instituições que não podem existir juntas sem mútua e constante irrisão, e cremos também que fazer República de um “povo de analfabetos” (...) — é um absurdo político (I, 7, abr./1871, p. 98; grifos do autor).

Com efeito, não se encontram artigos francamente favoráveis ao sistema de governo republicano em *O Novo Mundo*. A autobiografia de José Carlos Rodrigues, encontrada em seu arquivo particular e transcrita no “Suplemento Literário” do jornal *A Manhã* ¹⁹, 8 de outubro de 1944 (p. 189), sumariza os matizes de *O Novo Mundo*:

Sem ser folha de propaganda republicana no Brasil, tinha por fim *O Novo Mundo* tornar ali bem conhecidas as instituições dos Estados Unidos, e o seu admirável progresso material. Além disso, propôs-se a revista inculcar que sem a fé e o estudo das doutrinas de Cristo, livres do eclesiasticismo de qualquer gênero, não há verdadeira base para o progresso social. *O Novo Mundo* também atacou a instituição da escravidão e o redator, já nas suas colunas, já nas suas correspondências do *Jornal do Comércio*, não cessava de demonstrar o que a escravidão custava aos Estados Unidos e como nos Estados do Sul se recuperavam depressa da guerra civil.

¹⁹ O jornal *A Manhã* insere-se no contexto do Estado Novo como “órgão oficial”, divulgando as diretrizes do regime de Getúlio Vargas. Entre 1941 e 1945, esteve sob a direção de Cassiano Ricardo, sendo que os suplementos literários “Autores e Livros”, que tratava de literatura brasileira, e “Pensamento da América”, dedicado “aos valores literários e artísticos dos demais povos do continente” (Pensamento da América, 09/08/1941 *apud* Beraba, 2008, p. 25), eram dirigidos por Múcio Leão e Ribeiro Couto, respectivamente. Embora contando com intelectuais de grande projeção, *A Manhã* foi um jornal de propaganda do governo. “Apesar de Cassiano buscar e em certa medida conseguir fazer do jornal um espaço para o trabalho intelectual, os fins da publicação estão estabelecidos predominantemente pelo Estado Novo”, conforme Luiza Franco Moreira (2001, p. 138). O suplemento literário em homenagem ao fundador do periódico *O Novo Mundo* certamente está relacionado ao processo de aproximação entre Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, em que os estrategistas americanos lançaram-se em um “projeto internacionalista, com fins claramente imperialistas, capitalizando a continuidade territorial do continente e desenvolvendo uma ideologia de roupagem geográfica e fins políticos (...)” (Beraba, 2008, p. 29). A resposta brasileira ao conjunto de ações norte-americanas foi a aproximação cada vez maior dos Estados Unidos, procurando extrair vantagens da situação (Fausto, 2009, p. 381). Nota-se, portanto, a conveniência de homenagear aquele que foi um grande admirador dos Estados Unidos e de suas instituições e que dedicou ao menos nove anos de sua vida a tentar convencer os leitores brasileiros a adotarem os Estados Unidos como paradigma de desenvolvimento.

O aspecto religioso, já bastante enfatizado por Silva (1991), constitui uma parte significativa dos artigos de *O Novo Mundo*. Desde o primeiro número, o periódico mostra posição contrária ao que considera um grande cerceador do progresso e da liberdade: Roma. No primeiro número, sob o título “A Infalibilidade”, o jornal protesta contra o dogma da infalibilidade do papa, contra “as pretensões dos ultracatólicos que decidiram que há um homem natural que não pode errar” (I, 1, out./1870, p. 4). Em outro artigo, “Ciência e Infalibilidade”, lê-se: “a igreja católica, que os Brasileiros seguem nominalmente, é a inimiga professada não só de uma como de outra [da liberdade e da ciência]” (V, 50, nov./1874, p. 38).

O Novo Mundo responde da seguinte forma ao jornal *O Movimento*, do Rio de Janeiro, que, em tom acusatório, afirma que o periódico prefere à religião católica o protestantismo:

Nunca nos demos ao trabalho de saber se éramos protestantes ou não, e pouco nos importam meras denominações. Folgaríamos tanto pensar como os protestantes como pensar como os católicos: se eles têm a Cristo por Salvador e Redentor, são todos nossos irmãos. Uma coisa, porém, é certa, — é que *não somos da igreja católica*, tal qual a entendem o Papa e seus conselheiros; e não somos desta igreja porque pensamos que ela está em guerra com todas as conquistas modernas do saber e do coração humano, — porque ela procura conservar os povos nas trevas da ignorância e da superstição, para tornar mais indisputável a sua primazia e infalibilidade; — porque ela não procura principalmente o bem dos povos, mas a satisfação de sua paixão de mando; (...) — porque ela é o retrogresso (*sic*), e, mais do que isto, é a abdicação dos únicos fins elevados para que o homem foi posto nesta terra (II, 20, maio/1872, p. 31, grifo do autor).

Para o periódico, “não basta que tenhamos consciência ou um instinto moral: precisamos educá-lo ou elevá-lo” (II, 20, maio/1872, p. 31). Abaixo, alguns trechos do mesmo artigo, em que se entrevê a forma como relaciona a religião ao progresso material:

A religião pode acoroçoar o progresso e pode retardá-lo; pode difundir luzes e bênçãos, e pode espalhar trevas e maldições; pode ser generosa, livre varonil e nobilitante, e pode ser mesquinha, intolerante, sectária e humilhadora (*sic*).

O progresso do Brasil depende inteiramente da escolha que fizer entre estes extremos, — entre a fé cega, a adoração de ídolos, a ignorância das coisas pertinentes ao cristianismo puro, e do outro lado, a formação do caráter nacional segundo o modelo de Cristo, um modelo que ninguém pode igualar, mas que todos podem imitar. O nosso futuro depende da escolha que fizermos em sermos servos livres de Deus e da verdade, — e escravos do fanatismo, ou da descrença, ou da ignorância (II, 20, maio/1872, p. 31).

O número 63, de dezembro de 1875, contém alguns artigos ilustrativos da orientação religiosa em *O Novo Mundo*. Destaca-se, entre eles, o texto denominado “Futuro do Catolicismo”, a respeito do estudo de um economista belga, para quem o protestantismo era sinônimo de progresso.

Chamamos a atenção de todos os Brasileiros, que pensam no destino da pátria, para este panfleto tão pesado de graves verdades. M. E. de Laveleye reconhece o fato aliás geralmente palpável ainda aos mais obcecados pela superstição, — que os povos católicos acham-se num grau de civilização inferior ao dos países protestantes; e procura a causa moral e econômica. Na moralidade, na indústria, no derramar das luzes, nas coisas de governo, em tudo o célebre economista belga vê a superioridade dos protestantes. A razão dela não é etnológica, mas sim religiosa, e a conclusão do estudo é que a religião da Reforma favorece o progresso nas suas diversas manifestações, tanto quanto a Ultramontana o retarda (VI, 63, dez./1875, p. 58) ²⁰.

Como a questão da escravatura, a matéria religiosa em *O Novo Mundo* é extensa, verificando-se a recorrência de alguns temas, entre os quais o anticlericalismo, a ação dos jesuítas e o ensino religioso promovido pela igreja católica, o poder temporal e a já citada infalibilidade do papa. Não há dúvida, porém, quanto à defesa da religião na sociedade e à difusão da leitura da Bíblia, conforme enfatizado por Silva (1991).

Uma síntese bastante feliz das linhas mestras de *O Novo Mundo* se encontra em um dos seus últimos números: “Tenha-se a coragem de livrar o Brasil da religião, do Estado, da escravidão e do papel-moeda, e em poucos anos seu progresso e sua prosperidade serão comparáveis aos desta República dos Estados Unidos” (IX, 107, nov./1879, p. 251). Proclamando, pois, a necessidade de ilustrar a população brasileira,

²⁰ O trecho transcrito remete à obra do sociólogo alemão Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada primeiramente em 1904 e 1905, que, grosso modo, vincula o protestantismo ao racionalismo econômico e ao “espírito do capitalismo”.

as balizas norteadoras do discurso do jornal são, enfim, as bases da construção da nação estadunidense: descentralização política, sistema de trabalho livre e protestantismo, em franca oposição à configuração da nação brasileira de 1870 — um “Império agrário, carola e escravocrata” (Skidmore, 1976, p. 22).

Vale ilustrar, por meio de alguns artigos, a forma pela qual *O Novo Mundo* reagia a alguns fatores que, conjugados, foram responsáveis pela consciência do atraso do país. O texto publicado em dezembro de 1870, por exemplo, espécie de balanço do ano que estava por findar, reflete o descrédito das instituições imperiais após a Guerra do Paraguai:

O estudo feito sobre a guerra mostrou o valor dos nomes *República* do Paraguai e *Império* do Brasil, o primeiro uma tirania eclesiástica de muitos anos, e o segundo um estado onde as leis, num complexo, não peiam absolutamente o desenvolvimento do indivíduo. Na guerra do Paraguai, em uma palavra, nós aprendemos que devemos cuidar da liberdade em si mesma, sem atenção alguma pelas formas atuais do organismo social. Quase sempre são estas formas propriamente que impedem o progresso; é antes a nossa inércia na contemplação dessas formas e uma ideia exagerada que temos da sua importância (I, 3, dez./1870, p. 34).

Quanto ao analfabetismo, ressalte-se o artigo “Ensino público no Brasil”, do número 25, de outubro de 1872, do qual uma parte foi transcrita abaixo. Quadros elaborados a partir de dados do Relatório do Ministro do Império, publicados no *Diário Oficial* de julho do mesmo ano, “mostram de relance o estado atual da educação popular no Brasil” (III, 25, out./1872, p. 6).

Os quadros que aqui se vêem não incluem o distrito do Município Neutro, sobre o qual o texto do Relatório nos ministra dados muito incompletos. Sabemos, todavia, que a instrução primária no Rio de Janeiro apresenta-nos um aspecto realmente hediondo. Pareceria que na capital do Império, onde residem os altos funcionários do Estado, onde se publicam de 70 a 80 periódicos diversos e há tanto movimento literário, a educação estaria muito adiantada. Mas talvez seja o ponto mais negro de todo o Brasil. O Sr. Ministro do Império nos diz que no Rio de Janeiro só há uma escola para 1.046 habitantes, e para chegar a este resultado, ele ainda abstraiu a população escrava, — como se os escravos não fossem homens e habitantes, não fossem realmente os principais produtores da riqueza do Estado! Desses “habitantes livres” de que nos fala, acrescenta-nos ele, só 5 ½ por cento estão matriculados em escolas, ao passo que na velha e decrepita Espanha, e na escrava Itália, a proporção é de 7 por cento, e nos Estados Unidos é de 24 por cento. Assim, os habitantes do “grande Império da Santa Cruz”, do “grande Cruzeiro do Sul”, etc. etc., estão entre 30 e 40 por cento abaixo do

nível intelectual dos países mais atrasados da Europa, isto ainda com exclusão dos seus habitantes escravos! Bem podem os nossos fogosos oradores de Sete de Setembro transportarem-se de entusiasmo pelo que temos feito nestes cinquenta anos de vida nacional: a verdade fria está aqui chamando-nos aos sentidos de uma feia realidade (III, 25, out./1872, p. 6)²¹.

O tom é irônico em certas passagens, devendo-se atentar para algumas informações dignas de repetição: os dados referem-se exclusivamente ao Rio de Janeiro, capital do Império, onde vivia a população letrada culta do país. Os dados também desconsideram a população escrava, sinalizando que o número de escolarizados livres no Rio de Janeiro era significativamente menor que nos mais atrasados países da Europa e bastante menor que nos Estados Unidos. A questão pode ficar mais clara quando se aproximam informações referentes a outras nações latino-americanas: “por volta de 1870, 84,25% da população do Brasil é de analfabetos, 77,9% na Argentina e 77% no Chile” (Ricupero, 2004, p. XXXVI)²². Ou seja, em relação a seus pares, quer americanos, quer europeus em situação de atraso, ao Brasil correspondia o menor índice de alfabetizados livres.

Assim, as linhas mestras apreendidas no discurso de *O Novo Mundo* relacionadas ao contexto social brasileiro permitem destacar um projeto ideológico e político no periódico, reafirmando-se a semelhança entre *O Novo Mundo* e *Niterói*. Embora se configurem de maneira oposta em relação ao Estado — a *Niterói* como aliada e “coautora” na formação de uma identidade nacional, enquanto *O Novo Mundo* como oponente, desejoso de reformas nos alicerces sócio-políticos do país —, ambas as publicações afirmavam a proposição de “civilizar” o Brasil. A primeira, proclamando a ruptura com os valores coloniais, colocava a França como paradigma para o Brasil, ao passo que, mais tarde, *O Novo Mundo* reclamava o posto para os Estados Unidos, assinalando suas especificidades em relação ao “Velho Mundo”.

²¹ A expressão “o ponto mais negro de todo o Brasil” soa como indicativo claro do preconceito em relação ao negro.

²² Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento geral no Brasil, sob a coordenação da Diretoria Geral de Estatística, criada em 1870 justamente com esse fim. Embora equívocos tenham acontecido durante a realização e a apuração do censo de 1872 (ver Puntóni, 2004), os dados obtidos são comumente utilizados por historiadores e demógrafos. Os homens analfabetos seriam 80,2% da população total de homens maiores de cinco anos e as mulheres analfabetas, 88,5% do total das mulheres maiores de cinco anos. É preciso notar, contudo, que esses números dizem muito pouco se analisados isoladamente.

Também é interessante observar, ainda que em poucas palavras, um dos modos como o discurso é construído no periódico no sentido de formar uma imagem modelar dos Estados Unidos. Em geral, os enunciados de *O Novo Mundo* seguem o esquema de justaposição que, colocando lado a lado Brasil e Estados Unidos ou Europa e Estados Unidos, marca uma ambivalência em que a representação “torna *presente* algo que está *ausente* — e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar” (Bhabha, 1998, p. 85, grifos do autor). Em outras palavras, esse tipo de construção paralelística engendra situações e experiências consideradas superiores em relação à vivência do outro, de forma que as oposições “eu / outro”, “aqui / lá”, “ausência / presença”, frequentes no periódico, acabam por legitimar um processo de dominação, justificada pela apresentação de uma população de tipos inferiores. Exemplo desse recurso está na ilustração da vista superior de Nova Iorque (FIG. 2), acompanhada de um longo artigo que descreve a cidade e sua engenharia. Ao se deter na construção da ponte do Brooklyn, o redator compara a dificuldade da obra com a de Londres:

A mais extensa ponte não suspensa que a arte tem feito nunca chegou sequer a quatrocentos pés, sem pilares. Quando um célebre engenheiro inglês propôs elevar a velha ponte de Londres a uma altura de sessenta e cinco pés, julgou-se o seu projeto irrealizável. Como fazer, pois, uma ponte em Nova Iorque que precisa de altura, pelo menos, três vezes maior do que essa, em ambas as ribanceiras do rio?

Mas o que o Americano não engendra, nenhum mais o faz. Essas obras têm sido impossíveis porque não eram Americanas: aqui em Nova Iorque vai haver em breve uma ponte suspensa entre esta cidade e a de Brooklyn (I, 3, dez./1870, p. 42).

Mais adiante, a propósito da mesma ponte, vem a alusão ao Brasil, também como forma de mostrar a grandiosidade da obra e dos estadunidenses: “Tome-se em uma rua do Rio de Janeiro a extensão ocupada por cento e trinta casas, isto é, ande-se do número um ao número cento e trinta do comum das nossas ruas, e ter-se-á aproximadamente a extensão deste grande pano sobre o rio —, não contando com as elevações laterais” (I, 3, dez./1870, p. 42).

Além do recurso das justaposições, é possível perceber certo empenho do periódico por estabelecer estereótipos que, atuando na formação da identidade do sujeito

(no nosso caso, da identidade nacional), tornam certas diferenças reconhecíveis e impregnadas da noção de inferioridade. Trata-se, na realidade, de um assunto extenso, mas uma ideia da formação de estereótipos em *O Novo Mundo* pode ser apreendida da ilustração da página seguinte (FIG. 5), do número três do jornal. A ilustração “O Banquete das Nações” representa várias nacionalidades personificadas, dispostas em volta da mesa, e se acompanha, na página seguinte, de um pequeno texto explicativo de cada uma dessas “personalidades”. O título do texto — “‘Banquete das Nações’ ou, mais propriamente, ‘Uncle Sam’ jantando com a sua família, o ‘Thanksgiving dinner’” — já transmite a ideia do periódico sobre o papel dos Estados Unidos no contexto mundial. Não haveria necessidade de legenda alguma, porquanto a ilustração, em tom humorístico, fala por si mesma, gerando um impactante recurso de associação de imagens. Dado o imediatismo de sua absorção, o desenho atua no imaginário do leitor, visando a determinar, por meio da visão de mundo nele contida, um olhar específico sobre as comunidades, um conceito que o leitor aceita como válido e correto. Ainda assim, transcreve-se, a seguir, o texto do periódico que acompanha a ilustração, já que se apresentou dessa forma aos leitores de *O Novo Mundo*.

Lá está ele de pé, de trinchante em punho, a anatomizar o imprescindível peru. À sua direita estão os Sulistas, — a gorda matrona que revela a vida sedentária que tem, o pão de milho que come, e, talvez, o marido com seu olhar expressivo das muitas paixões que tem conculcado naquele seu peito. Seguem-se o Alemão e o *Dutch* que pelas banhas que têm bem revelam a sua índole fleumática e a muita cerveja que bebem. Quem desconhecerá o rosto de “John Bull”, que vem depois, com o seu nariz arrebitado, o seu olhar astucioso e inteligente? Ao pé de “John Bull” está a família novamente emancipada; agora não mais os “niggers”, são “ladies and gentlemen” que se assentam à mesma mesa comum da família americana.

Depois da América estão os outros novos membros da família, os feios Chins e à direita deles, o Francês, o Escocês, o Italiano e o Espanhol.

O incomparável Irlandês, com a sua estampa céltica lá está depois desses e apesar da alegria da festa talvez esteja se lembrando das injustiças que “John Bull” lhe tem feito e do melhor meio de arrastar “Uncle Sam” em uma luta que oprima também o Bretônio (*sic*) (I, 3, dez./1870, p. 45).

FIGURA 5 – “O Banquete de todas as Nações” (I, 3, dez./1870, p. 37).

A representação caricaturada dos personagens-símbolos é bastante eficiente, pois satiriza o país como um todo, suas instituições e ações sociais. Assim, ao colocar os Estados Unidos como senhor do banquete, aquele que reparte e distribui o alimento, representa-se o país como o dono da razão e da justiça, fundamentando a sua imposição de valores morais, culturais e sociais.

Resta salientar que a constatação da existência, em *O Novo Mundo*, de um projeto ideológico-político modelar, não implica, necessariamente, sua extensão para o âmbito cultural e literário, como ocorre no caso da revista *Niterói*. Verifiquemos, pois, quais as ideias veiculadas em *O Novo Mundo* acerca da Literatura Brasileira.

Capítulo 2 –

A literatura brasileira no periódico *O Novo Mundo*

Esta outra independência não tem sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração, nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo

Machado de Assis

FIGURA 6 – “O século décimo nono”. (II, 1, out./1871, p. 1, 2).

2.1 Impasses da “civilização”

Instruir, educar, moralizar

A página anterior apresenta a capa do número treze, de outubro de 1871, cuja legenda é “O século décimo nono”. Explicada na página seguinte do periódico, a ilustração mostrava a importância que o tema da instrução adquiria nele:

O homem do século dezenove é um trabalhador ou ‘operário’: é aquele ser nobilitado pela pena divina de ‘comer o seu pão com o suor do seu rosto’. Entretanto, nas horas de descanso, ele alimenta a sua alma com a investigação da verdade e da justiça, orientando-se das evoluções do dia em toda parte do mundo; em outras palavras, ele fortifica a sua consciência de Homem e de rei da terra inteira, informando-se da causa geral da humanidade. Tal é o único homem digno deste nome, e do respeito de seus semelhantes, nesta idade de cristianismo e razão (II, 1, out./1871, p. 1, 2).

Para Campos (2001, p. 57), em *O Novo Mundo*, a literatura, “ainda sem lugar preciso — confundida com as obras em destaque, como os compêndios de biologia — era vista como uma importante via por meio da qual se teria uma mentalidade mais objetiva, mais voltada para o futuro da nação”. À conclusão da pesquisadora, convém acrescentar que algumas diretrizes referentes a uma configuração ideal para a literatura brasileira foram traçadas em artigo do número 21, de junho de 1872. Neste, de fato, apreende-se uma visão de futuro em que a literatura é colocada a serviço da instrução e da educação da população, uma necessidade primordial para a reforma do país.

O redator do artigo declara que a literatura “reflete o sentimento e as aspirações da sociedade” e, mesmo não concordando com as tendências literárias vigentes na época, destaca a ausência de “obras instrutivas e educadoras” no Brasil, quando comparadas às obras ficcionais:

Vendo-se o catálogo dos livros que aí se publicam, dir-se-á a primeira vista que são os Brasileiros um povo privilegiado que já sabe muito e que agora se satisfaz com romances e poesias e peças dramáticas e, para se consorciar um pouco com o lado prático da vida, também se deleita em escrever obras de direito e jurisprudência, — um

ramo este em que, seja dito de passagem, excedem os povos da atualidade, — tudo bem pesado (II, 21, jun./1872, p. 154).

Para o redator, a literatura de ficção ocupava o espaço que se destinaria às obras educativas, desde que à literatura sobrevinha o papel de “moldar o caráter nacional em um tipo de virtudes sólidas, de conhecimentos úteis”. Nesse sentido, e ao mesmo tempo reconhecendo a falta de apreciação que os literatos reclamavam de seus leitores, o redator propõe uma explicação: “estes [os leitores] precisam de uma estofa simples e forte para cobrirem a sua nudez, e eles [os literatos] lhes enroupam de sedas”. Na realidade, o primeiro número do periódico já trazia considerações na mesma direção, ao afirmar que os literatos deveriam “proporcionar uma instrução sólida e simples à generalidade dos seus cidadãos pelo Império, do que fazer uma capital literária” (I, 1, out./1870, p. 3).

O verdadeiro progresso nacional consiste em educar o povo que temos e esse povo é um povo que precisa antes a carta do A B C do que as dissertações de Bellarmino e os alfarrábios dos praxistas portugueses. O Brasil não precisa criar um viveiro de filósofos, teólogos ou doutores: as necessidades nacionais não chegaram ainda tão alto; o de que carece é da multiplicação de meios de instrução primária (*sic*), e depois, secundária; — escolas de agricultura, simples, até à inteligência meã do povo, e práticas, até serem úteis; escolas de mineração, em uma ou duas Províncias; escolas de artes e ofícios, em todas (I, 1, out./1870, p. 3).

Reconhecendo também certas dificuldades inerentes aos grandes espaços geográficos — “o Brasil é muito extenso e não oferece meios cômodos de comunicação interna” (I, 1, out./1870, p. 3) —, os textos de *O Novo Mundo* reclamam da falta de bibliotecas, escolas, livros educativos, enfim, da precariedade das condições educacionais no Brasil. Nesse sentido, o redator parece sempre bastante bem informado, como se vê abaixo:

No que diz respeito a bibliotecas, o Rio de Janeiro está tão bem servido, ao menos em número de volumes, quanto o resto do Brasil sofre da indigência que chega à miséria. No Pará houve no ano passado um movimento para se fundar uma biblioteca, e parece que já se criou um pequeno núcleo em 2000 ou 3000 volumes. Em Pernambuco, esta

importante estrela do Brasil, e a sede de uma Faculdade de Leis, acabamos de ler o Relatório recentemente apresentado pelo Presidente, o Dr. Junqueira, agora Ministro de Estado, que “quase não se tem acurado da aquisição de livros nos últimos tempos”, para a Biblioteca Provincial, que só tem 3193 volumes, número tão minguado realmente, que nos deve encher de pasmo (II, 22, jul./1872, p. 179).

Temos visto no Rio de Janeiro certo desejo de se introduzir “conferências” como lá as chamam, mas que são preleções públicas sobre temas diversos. Os iniciadores deste meio poderoso de derramar-se luz são criadores de todas as simpatias dos amigos do progresso (I, 4, jan./1871, p. 50).

Seguem esse último excerto algumas linhas sobre a maneira como deveriam realizar-se as conferências, utilizando o modelo estadunidense. Nessa época, de fato, tais conferências começaram a assumir certo caráter pedagógico no Brasil, contemplando maior variedade de temas direcionados à instrução do povo e não tratando apenas de assuntos políticos, como ocorria na origem (Carvalho, 2007).

Mas o que desejamos ainda mais é que surjam em todos os cantos do Império preletores (*sic*) que abaxem o seu tom à inteligência do auditório brasileiro, que escolham qualquer assunto que possa *instruir*, que a leitura ou preleção seja tal que, ao sair do salão, o ouvinte tenha um grau mais elevado de conhecimentos, e um grau correspondentemente inferior na ignorância e nas paixões más (I, 4, jan./1871, p. 50, grifo do autor).

Dos trechos de *O Novo Mundo* anteriores, apreende-se, além de propósitos instrutivos, a atribuição de uma função moralizante à literatura, explicitada no citado artigo do número 21: “A literatura que não tem propósito moral não é literatura” (II, 21, jun./1872, p. 154). Para o periódico, as obras que a sociedade brasileira demandava eram as “didáticas — de biografia, de história, de moral e religião, da ciência ao alcance da inteligência meã dos leitores” (II, 17, fev./1872, p. 79), como igualmente sugere o poeta Joaquim de Sousa Andrade em um artigo de outubro de 1873, anterior, ainda, a sua associação a *O Novo Mundo*:

Constou-nos que Gentil Braga escrevia “Bekman” (*sic*), esse drama gigantesco, que ainda não está escrito; que Joaquim Serra escrevia o “Domínio Holandês na Paraíba”, como Castro Alves tomara para assunto dos seus cantos os “Escravos”. A nossa mocidade precisa de tais assuntos da história, e mesmo porque o coração humano se

fortifica mais com exemplos da desgraça do que com as ficções do delírio e os floreios e requiebros da lira de amor (IV, 37, out./1873, p. 10).

Note-se, abaixo, a maneira pela qual a noção de civilização se ligava à educação e à moral no ideário de *O Novo Mundo*:

Posto que se tenha visto em todos os países civilizados grandes homens das letras e ciências dedicarem seus melhores esforços à educação de seus patrícios, nós não queremos exigir tanto dos escritores do Brasil. Não pretendemos dizer que ninguém siga a profissão que mais se conforma com sua índole, seus estudos ou seu gosto artístico. Mas o Brasil, considerando-se o seu estado, tem o direito de exigir que no exercício desta liberdade, eles não o corrompam ainda mais com uma moral menos sã, com uma filosofia egoísta e descrente, com painéis expondo constantemente as suas fraquezas e os seus vícios (II, 21, jun./1872, p. 154).

Embora a ênfase dada à função educadora, instrutiva e moral da literatura possa ser aproximada das concepções românticas de construção nacional, parece mais adequado inseri-la nos ideais reformistas, apontados no primeiro capítulo deste trabalho.

Escritores ou políticos

No mesmo contexto reformista do “novo liberalismo”, é possível situar a recorrência de artigos críticos sobre a dupla atuação dos literatos brasileiros, enquanto escritores e políticos. O tema foi abordado em dois artigos assinados por Sousândrade:

Nos seios da nossa grande natureza despontam os melhores talentos; sonhos de glória inspiram-lhes na força da juventude harmonias apaixonadas, e surgem *Cantos*, os *Suspiros Poéticos*, o *Coração de mulher*, a *Clara Verbena*, ou *Pálida Elvira*. Assopra depois aragem pestífera (*sic*), que varre sobre o Império, e os gênios se murcham — mais felizes os que morrem cedo como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire ou Franco de Sá. Gonçalves Dias acabou escrevendo proposições do Instituto Histórico; Gomes de Souza, o proclamado gênio das matemáticas, cabalando; Magalhães metendo mais uma lança no Paraguai sem Lopes; Alencar Ministro impondo eleições à metralha (IV, 37, out./1873, p. 10).

E temos grandes estadistas, mas que nem dão-se (*sic*) ao trabalho de estudar as coisas tão graves; e morrem do escárnio dos *felizes*, aqueles que sem serem estadistas por mero amor pátrio e sagrado, atrevem-se a indicá-los.

O poema de Fagundes Varella vem ainda confirmar, para nós, a opinião que emitimos por ocasião de sua tão chorada morte: Onde mais belo exemplo à mocidade brasileira? Ele não viveu à dependência de sua nação, mas esgotou por ela todas as forças de sua alma, sem recompensa e somente porque era um poeta, um nobre da verdadeira realeza (VI, 65, fev./1876p. 103).

Por meio da ironia de afirmar a felicidade dos escritores que “morrem cedo”, o autor configura sua crítica aos “gênios que murcham” em vida, ao se desviarem da criação literária para outras atividades, como a política. A crítica é incisiva, tanto quanto em outros artigos do periódico que não trazem assinatura. O alvo da crítica, em geral, são ambas as partes, Estado e escritores, conforme se exemplifica a seguir:

Temos visto aventada num periódico do Rio de Janeiro a ideia de se aumentar consideravelmente a biblioteca nacional e colocar-se então a sua testa um Magalhães, um Macedo ou um Alencar. Isto, sem dúvida, é uma imitação cega do que se faz na França, onde O. Feuillet era “bibliotecário”; mas, em nossa opinião, não é conselho que o governo deva seguir. É um erro galardoar-se o talento de certos escritores com despachos para lugares que, como o de Bibliotecário, precisam ser desempenhados por homens que se dediquem inteiramente a seus deveres oficiais, e que tenham aptidão especial para desempenhá-los. Assim como é grande engano supor-se que porque o Sr. Alencar é excelente jurisconsulto e literato, há de ser excelente legislador, e porque o Sr. Macedo escreve deliciosos folhetins e romances há de ser bom deputado, e porque o Sr. Magalhães tem grande nome nas letras pátrias, há de ser por força um diplomata consumado, também não se segue que qualquer desses varões distintos por força deve ser bom bibliotecário. Nosso desejo é que preencha este emprego um homem modesto, e verdadeiramente bibliófilo, não precisa ser “literato”. (II, 13, out./1871, p. 10).

Ao empenho do periódico em desmembrar a atividade política da literária, acrescenta-se a crítica à distribuição de títulos de nobreza, própria da política de favorecimentos de Pedro II. Um artigo do número 47, por exemplo, é bastante irônico ao lamentar o título de Barão de Santo Ângelo concedido a Manoel de Araújo Porto Alegre pelo imperador no ano de 1874 ²³:

²³ O artigo é de autoria de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, cuja contribuição para o periódico será retomada adiante.

Estreemos a nossa resenha dando pêsames à literatura brasileira pelo eclipse de um de seus mais fulgurantes astros, um dos intrépidos paladinos da revolução romântica, do poeta de *Brasilianas*, do cantor de *Colombo*, em uma palavra, do Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre. Este nome tão caro às nossas recordações da juventude acaba de apagar-se dos dípticos da glória, sendo substituído pelo de Barão de Santo Ângelo. Já os Srs. Magalhães, Salles, Torres Homem, Varnhagen o haviam precedido nessa nobiliárquica metempsicose e a posteridade custará a reconhecê-los sob os títulos de Barão de Araguaia, e Viscondes de Inhomerim e de Porto Seguro. A morte subtraiu Gonçalves Dias à semelhante transformação, da qual corre iminente perigo o eloquente historiador da independência, o Sr. Conselheiro João Manoel Pereira da Silva (IV, 47, ago./1874, p. 198).

Neste caso, o redator argumenta que, sob títulos de nobreza, ocultam-se nomes facilmente associáveis a suas realizações. Por sua vez, o texto publicado em setembro de 1872, sob o título de “Baronatos e comendas”, utilizando expressões como “crime de leso-patriotismo” “produção graciosa por atacado”, e “onda de desgosto público”, denuncia o abuso do poder pessoal por parte do imperador, de seus ministros e demais instituições políticas do país, além dos indivíduos favorecidos por ocasião da volta da viagem de Pedro II à Europa em 1872. O artigo finaliza com a alusão a “certo literato de Paris” que “não prestou jamais serviço algum ao Estado do Brasil”:

(...) ele falou ao Imperador, quando esteve na sua cidade e agora recebe uma comunicação que o enche de pasmo dizendo que d’ora em diante ele é um dos Dignatários da ordem da Rosa do Império do Brasil — perguntamos nós: este literato, por esse fato fará alta ideia da nossa cara pátria: Defendê-la-á, quando ouvir falar da nossa “raça afeminada”, “povos de escravos”, “povo que tudo deve ao sábio Imperador que tem”, etc, etc? (II, 24, set./1872, p. 206).

Na realidade, é correto afirmar que, em certos momentos, *O Novo Mundo* parece vacilar nas críticas ao imperador. Em razão do retorno da mesma viagem, a fotografia de Pedro II foi capa do periódico em abril de 1872, com um pequeno texto, “A volta do Imperador”, em que se considera que “da viagem resultaram benefícios muito reais ao Brasil”, no sentido de que “na Europa se faça mais justiça aos Brasileiros”, pois “já era mania neles falar da escravidão no Brasil”. Embora soe irônico, o ponto de vista é de seriedade, inclusive nesta observação: “Agora o Brasil lhes mostra como pode fazer pacificamente uma revolução de emancipação e, também, lhes mostra o seu chefe

político identificado com essa reforma” (II, 19, abr./1872, p. 113). Tal afirmação parece ligar-se às cobranças e comentários internacionais quanto à demora na abolição da escravidão no Brasil, já que o texto cita o estadista francês Louis Adolphe Thiers (1797-1877), referindo-se a “certo desprezo” para com o Brasil, associado à “mania neles falar da escravidão no Brasil”.

Em março de 1876, também noticiando a viagem do imperador, desta feita aos Estados Unidos, *O Novo Mundo* distribui aos seus assinantes um retrato de Pedro II desenhado à pena. Embora ele seja qualificado como “homem experimentado”, “inteligência culta” e “observador dos homens e das coisas”, acrescenta-se certa insinuação: “O contraste vai resultar do confronto do progresso que temos alcançado em 54 anos de regime monárquico constitucional com o progresso obtido pelos norte-americanos no duplo desse tempo com o regime democrático puro” (VI, 66, mar./1876, p. 118). Enredos à parte, importa marcar a existência, no periódico, de crítica à política imperial, ainda que com oscilações de opinião.

Tradição romântica, “literatura de verdade” e traços realistas

Não obstante, no mesmo horizonte de proposições reformistas, a assertiva de Campos (2001) sobre a existência de duas tendências literárias convivendo sob tensão em *O Novo Mundo* deve ser vista com reservas. Segundo a autora, a primeira tendência vinculava-se à tradição romântica (folhetins, poesias e referências elogiosas a escritores consagrados); a outra, chamada de “literatura de verdade”, era “influenciada pelos *ismos* europeus, principalmente o positivismo, que representavam o progresso”: “(...) o literário está ora na nossa produção romântica — manutenção de um cânone —, o que assegura uma certa (*sic*) identidade nacional, ora na valorização das tendências de uma dita literatura mais científica, importada, mas que trazia importantes balizas de um evolucionismo e ideais de progresso” (Campos, 2001, p. 57).

A chamada “literatura de verdade”, com efeito, comparece frequentemente no periódico, geralmente na seção “Literatura do Dia”, e a maioria dos livros anunciados relaciona-se às ciências, como *Os Andes e o Amazonas* (James Orton, 1870) ou *Expressions of the emotins in the animals and men* (Charles Darwin, 1872).

A valorização da ciência não era exclusividade de *O Novo Mundo*, mas uma tendência mundial levada ao extremo na década de 1870 e arredores, a ponto de os homens da época estarem certos de que todas as formas de atividade intelectual seriam subordinadas à ciência. Assinale-se que, inserido no contexto do “bando de ideias novas” no Brasil, o discurso científico evolucionista e determinista foi largamente utilizado a partir da década de 1870 para explicar as diferenças internas do país, de forma a tornar as desigualdades sociais equivalentes às variações raciais e justificar a “inferioridade” do povo brasileiro (Schwarcz, 1993). O periódico apresenta alguns textos nesse sentido, com mais frequência a partir da segunda metade da década de 1870, podendo-se exemplificar com pequenos trechos do artigo intitulado “Deveres das raças superiores para as inferiores”, do número 106:

(...) as raças indígenas das duas Américas, em comparação com os antigos habitantes do México e Peru, são todos casos de decadência que provam e ilustram a tendência de degenerar que existe no homem em certas condições.

Ao passo que uma raça se aperfeiçoa, aumenta a capacidade do crânio; este se torna mais elíptico, as feições tornam-se mais brandas, o cabelo fica mais macio, os músculos desenvolvem-se mais perfeitamente, as pernas tornam-se direitas, até a cor tende a tornar-se mais clara.

Tem havido casos de negros que perderam sua cor escura e tornaram-se brancos como os Europeus; e assim também de Europeus de sangue puro tornarem-se pretos (VIII, 106, out./1879, p. 234).

Além desse, vale transcrever uma pequena parte do artigo do penúltimo número de *O Novo Mundo* a propósito de um discurso de Joaquim Nabuco (na época, deputado geral pela província de Pernambuco). Refere-se à imigração chinesa e evidencia a postura anuente à noção de hierarquia etnográfica:

(...) não há dúvida que o Chin é trabalhador muito superior ao Africano, e também não há dúvida que, ao par com a classe de indolentes brancos que temos no interior, o Chin se compare favoravelmente. Mas nas nossas leis de terras, a falta de capitais, todo o teor da nossa vida e civilização superior, os terá sempre na sujeição em que é tida naturalmente uma raça inferior. (...)

O Sr. Nabuco diz que o Governo deve acabar de todo com a escravidão antes de cuidar de importar esse elemento perigoso. (...) Todo o amigo do Brasil preferiria ver o seu

país repleto de Europeus, se bem que nesse caso, poderíamos perguntar ao Sr. Nabuco, — o que seria do elemento *nacional*, — não sobrepujá-lo-ia o europeu mais forte e civilizado? (IX, 107, nov./1879, p. 250, grifo do autor).

Da utilização da expressão “elemento nacional” acima ou das palavras de Campos (1991), transcritas anteriormente acerca da manutenção de um cânone que asseguraria certa “identidade nacional”, pode-se supor que, longe do ambiente de discussões e debates, a configuração identitária brasileira consistia em uma noção acabada, ao menos no interior do periódico. No entanto, é preciso observar que há pontos de tensão nas páginas de *O Novo Mundo* referentes ao tema, que merecem ser apontados. São estes, na realidade, que dão o tom de transição literária ao periódico, por meio dos questionamentos e dos debates em relação aos valores legitimados pela tradição romântica.

Deve-se sublinhar, todavia, que não se coloca em questão a tendência romântica em *O Novo Mundo*, evidenciada, por exemplo, na publicação dos folhetins de autoria de Harriet Beecher Stowe, “Minha mulher e eu”, ou de Octave Feuillet (1821-1890), “Os amores de Phillipe” e “Memórias de uma mulher”. Trechos da poesia de Casimiro de Abreu (1839-1860), “Sonhos de virgem”, também são ilustrativos, assim como alguns perfis biográficos de literatos e personagens da “construção” da identidade nacional. O historiador Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), por exemplo, é capa do número 31 do jornal, de abril de 1873, acompanhado de um texto que descreve seu itinerário desde o nascimento até o serviço diplomático, suas obras e o cargo de primeiro-secretário no IHGB, obtido em 1851. O alemão Karl von Martius (1794-1868) é outro exemplo: naturalista, considerado o introdutor da historiografia brasileira, foi vencedor, nos anos de 1840, do concurso de monografias com o título “Como se deve escrever a história do Brasil” promovido pelo IHGB. Curiosamente, o texto biográfico de *O Novo Mundo*, de dezembro de 1872, não menciona esse fato, mas não deixa de enaltecer as obras na área da botânica brasileira de von Martius.

Gonçalves de Magalhães, vale citar, comparece, em um primeiro momento, no número inaugural do periódico, com a notícia de sua partida de Washington, onde desempenhou função diplomática: “Como vulto literário, o Sr. Magalhães é célebre por ter sido o iniciador da escola nacional de literatura, — de ter começado uma literatura

brasileira, distinta da *portuguesa* (I, 1, out./1870, p. 4, grifo do autor). Adiante, as aparições de Magalhães em *O Novo Mundo* serão retomadas.

Todavia, considerar os artigos literários como representativos de um momento de transição entre tendências literárias no Brasil — por um lado, conferindo tonalidade romântica ao jornal; por outro, questionando valores do romantismo, aderindo a proposições ligadas ao realismo literário e propondo alterações de alguns paradigmas — parece condizer melhor com o que se observa nas páginas de *O Novo Mundo*. Ou, em outras palavras, pode-se afirmar que, além de textos em harmonia com a tradição romântica, encontram-se aqueles que “colocam em xeque” (a expressão foi utilizada por Gabriela V. de Campos) a mesma tradição. Com efeito, Gabriela assinalou a existência no periódico de uma crítica empenhada em identificar e discutir correntes literárias: “a história literária já havia sido de certa maneira formulada e tínhamos uma espécie de lista de ‘vultos literários’ — o cânone consagrado pela crítica. (...) os novos escritores elaboravam suas obras a partir de uma literatura institucionalizada” (Campos, 2001, p. 58). Veremos, adiante, como se constituía a crítica literária em *O Novo Mundo*.

2.2 Diálogos e polêmicas

A literatura regionalista

O “elemento nacional” e sua representação na literatura compreendem alguns momentos de tensão nas páginas de *O Novo Mundo*. A começar pela literatura regionalista, o artigo de fins de 1874 sobre *Histórias Brasileiras* (1874), de Alfredo d’Escagnolle Taunay (1843-1899), em tom aprovativo, esclarece que os contos se passam no “interior do Brasil” (“Minas, Goiás e Mato Grosso”) e elogia especialmente “Irecê a Guaná”, nos seguintes termos:

Esta e as outras três representam-nos cenas comuns nos sertões e povoados do nosso país, cenas e episódios cheios às vezes da mais genuína beleza pelos sentimentos e paixões nobres da gente simples que habita aquelas solidões imensas. Nas histórias de Bret Harte e, ultimamente, nas de Eggleston, temos episódios dos dias primitivos da

civilização do oeste dos Estados Unidos por essas torrentes de imigrantes que nos oferecem as classes ínfimas da Europa, temos o contraste vivo do homem embrutecido por uma civilização velha e quase estacionária, e o do mesmo homem, sentindo-se livre, e senhor do futuro. (...) As *Histórias* de “Sylvio Dinarte” diferem muito das do escritor americano, mas diferem por descreverem a natureza inteiramente diversa: no fundo há o mesmo pensamento em ambos. “Sylvio Dinarte” (...) fez bela contribuição à moderna literatura *brasileira*: a ação de seus contos é muito simples, a sua cor local não é exagerada e ao autor nunca parece faltar a delicada percepção poética das circunstâncias as mais comezinhas da vida dos sertões (V, 50, nov./1874, p. 43, grifo e parênteses do autor).

A aprovação da obra de Taunay realiza-se, sobretudo, por meio da comparação com Bret Harte (1836–1902); alternativamente, o redator se vale de *Histórias Brasileiras* para reafirmar a diferença entre a Europa, “velha e quase estacionária”, e os Estados Unidos, “senhor do futuro”. De forma semelhante, ao assinalar certa equivalência entre o Visconde e Bret Harte, o texto propõe uma comparação que naturaliza o modelo estadunidense.

As aproximações e distanciamentos, quanto à temática indígena, entre “Irecê a Guaná”, de Taunay, e *Iracema* (1865), de Alencar, têm concluído pela reescritura de *Iracema* no conto, de forma a verificar-se a substituição do índio elaborado por Alencar por um índio mais próximo da realidade (Sá, 2000). Segundo estudiosos de sua obra, Taunay teria afirmado que Alencar descrevia seus índios “do fundo do gabinete, lembrando-os muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos”, enquanto ele próprio conhecia-os “bem de perto”, por conta de andanças em razão da Guerra do Paraguai (*apud* Medeiros, 2004, p. 15). Nesse sentido, a própria Irecê é considerada uma representação ficcional de Antônio, índia que Taunay de fato conheceu e por quem se apaixonou, conforme impresso em suas *Memórias* (2004), da mesma forma que se costuma aproximá-la da personagem Inocência, do romance homônimo, de 1872.

Então, o artigo de *O Novo Mundo* usa a expressão “literatura moderna” para referir-se a *Histórias Brasileiras*, principalmente em relação à cor local, “não exagerada”, e a uma refinada percepção de Taunay quanto aos aspectos corriqueiros da vida nos sertões. Alguns autores, com efeito, aludem à possibilidade de enxergar o conto como obra transicional (Medeiros, 2004), em geral no sentido de corrigir os excessos de Alencar, embora outros, como Alfredo Bosi (1992), tenham convicção de

que sobretudo a postura egótica do autor não autoriza a colocá-lo entre escritores de transição para o realismo ²⁴.

A ficção regionalista, todavia, já havia sido noticiada em *O Novo Mundo*, por meio de *Lendas e Romances* (1871), de Bernardo Guimarães (1825-1884). Ao contrário do que vimos no artigo acima, na resenha sobre os contos de Bernardo Guimarães o “elemento nacional” (ou “tipo nacional”) é citado explicitamente; contudo, sob o ponto de vista do capitão inglês, Richard F. Burton. Deve-se observar, principalmente, que o julgamento favorável à obra de Guimarães, desta feita, recai sobre o distanciamento do autor em relação às obras francesas:

Ele é filho e cremos que tem vivido sempre nessa grande Província de Minas Gerais, onde o célebre viajante, o Capitão R. F. Burton, nos diz que se acha o tipo nacional do Brasileiro. As duas produções a que nos referimos como que fotografam várias fases da vida mineira. O Sr. Guimarães ufana-se muito em descrever estes costumes da sua província natal e com toda a razão prefere cultivar o belo que há neles, a inspirar-se na vida de luvas de pelica e lenço almiscarado das rodas “parisienses” da nossa sociedade (II, 21, jun./1872, p. 154).

No mesmo artigo, afirma-se que “o Sr. Bernardo Guimarães tem produzido ultimamente dois romances nacionais”, referência provável a *O garimpeiro* e *O seminarista*, ambos publicados em 1872. Embora o texto não discorra sobre os romances, tampouco explique a razão de qualificá-los como “romances nacionais”,

²⁴ Também da autoria do Visconde de Taunay, *La Retraite de Laguna* (1871) foi notícia de *O Novo Mundo* em 1879, isto é, quando saiu a segunda edição do livro. O texto reproduz um curioso artigo de um jornal de Berlim, “artigo que honra tanto a Taunay como aos soldados brasileiros pela sua admirável bravura e inextinguível resignação nos mais atrozes sofrimentos”. Transcrevo, a seguir, parte do texto, que vale ser lido, sobretudo para ilustrar a maneira pela qual os europeus viram as atrocidades da Guerra do Paraguai: “A fome, a ponto de comerem imundícies, a perda dos meios de transporte por terem de matar os animais que puxavam os carros, o cólera em sua mais hedionda forma, incessantes aguaceiros, incêndio dos campos ateado pelos Paraguaio, noites frias e chuvosas, dias de calor abrasador quando cessava o mau tempo, feridos e doentes que tinham que ser transportados a braço de homem, rios cheios que as peças deviam transpor, constantes tiroteios e combates, enganos de guia, a morte seguida do chefe, o coronel Camisão, e do seu imediato, um terreno completamente ignoto e [ininteligível], a incerteza de toda parte, atrás, em frente, aos lados, todos os pontos de parada e descanso devastados, mulheres gritando e chorando, feridos e moribundos abandonados à mercê dos perseguidores, motins em consequência de insuportáveis provocações, tudo isto, na verdade, é um quadro onde os mais atrozes sofrimentos contrastam com a mais admirável pertinência” (IX, 107, Nov./1879, p. 254). A descrição do jornal alemão se dá em tom de profunda admiração e, embora o redator afirme que na Europa os mesmos problemas não ocorrem durante as guerras, aconselha a leitura do livro a todos os militares, “porque oferece um brilhante exemplo da resignação e dos recursos que podem ser aproveitados em circunstâncias excepcionais” (IX, 107, nov./1879, p. 254).

sabe-se serem obras de concepção romântica em que se destaca o “agudo senso topográfico e social”, na primeira, e o “senso regionalista dos costumes e paisagens, a hipertrofia romântica e esquemática dos sentimentos, a presença tangível da carne”, na segunda, conforme Antonio Candido (2000, p. 214, 216).

O texto sobre *Lendas e Romances* é, na verdade, um longo relato sobre os quilombos, a propósito da novela “Uma história de quilombolas”, com pouco espaço reservado para a crítica literária da obra em si e algumas passagens reveladoras de estigmas raciais, como acontece na própria construção do texto ficcional.

A vida do quilombola era, já se sabe, a do assassinato e latrocínio. Cuidar-se-á à primeira vista que ele vivia errante sem lei ou organização alguma. Entretanto o fato é que todos os quilombos tinham uma disciplina, mais ou menos severa, mantida por um chefe ou *zambi*, que era naturalmente o negro mais matreiro e de mais influência da tribo. Em alguns quilombos a vida era certamente leve: a gente comia e bebia do bom e do melhor, e dormia quanto queria. Em outros os *zambi* eram de austera severidade e faziam a vida dos homens muito árdua e trabalhosa. Para a repressão dos crimes e da devassidão, eram muito rigorosas as leis a respeito das mulheres que se apreendiam, às quais se dava a liberdade da escolha de um companheiro. Às vezes não se permitiam senão com muita reserva as danças e folguedos, e o uso do vinho e da aguardente. Um dos dois quilombos a que se refere o autor era “uma espécie de mosteiro no meio das brenhas, onde, no meio dos trabalhos de uma vida áspera e fagueira, se mantinha a mais severa disciplina e se desconheciam os regalos e os prazeres que os amenizam” (II, 21, jun./1872, p. 155).

Além do excerto acima, a questão que finaliza o artigo mostra o reconhecimento do caráter documental do conto, sinalizando o papel histórico da literatura: “Quando é que poderemos ler ‘Histórias de Quilombolas’ (*sic*) como romances históricos de eras passadas, e de uma civilização já morta?” (II, 21, jun./1872, p. 154).

Diálogo entre José Carlos Rodrigues, Joaquim Nabuco e Machado de Assis

Afora os artigos de *O Novo Mundo* voltados para narrativas regionalistas, outros são particularmente significativos quanto à questão da representação do “elemento nacional” na literatura. A resenha sobre *Camões e os Lusíadas* (1872), de Joaquim Nabuco, publicada no número 26 do periódico, em novembro de 1872, é um exemplo.

O texto é iniciado com o elogio da obra de Nabuco enquanto “um dos estudos mais sérios que aí se tem publicado por muito tempo”, opondo-a aos escritores da geração romântica influenciada por Byron. De fácil absorção, as composições do autor inglês fizeram muito sucesso no Brasil, convertendo-se em um verdadeiro modismo. *Camões e os Lusíadas*, por sua vez, correspondia aos ideais instrutivos frequentemente apontados como imperativos para a produção literária brasileira:

Numa época em que a nossa mocidade lança no papel tanto verso “byrônico”, que ela certamente não sente, — e que publica tantas “fantasias” e “folhas caídas”, “perdidas” ou “soltas”, já não falando de maus romances, — é realmente consolador acharmos um jovem tomando por veredas não muito trilhadas, e dando agora à luz um livro, de que pelo menos a inteligência meã pode entender o significado do princípio ao fim (III, 26, nov./1872, p. 31).

O livro foi escrito, segundo esclarece Nabuco na “Introdução” de *Camões e os Lusíadas* (1872) e informa a resenha no jornal, como tributo ao terceiro centenário de *Os Lusíadas*, visando a um tipo de comemoração nos moldes daquelas promovidas na Alemanha, Inglaterra e Itália que, em 1859, 1864 e 1865, comemoraram os centenários de Schiller, Shakespeare e Dante, respectivamente.

Ora, para cantar os louvores do autor dos *Lusíadas*, o Sr. Nabuco não achou meio mais apropriado do que chamar a atenção dos seus contemporâneos para o mérito imorredouro desta obra monumental, para a necessidade urgente que há de se estudá-la melhor, pelo menos por ser, *no seu entender*, o maior padrão da literatura portuguesa, que é a nossa (III, 26, Nov./1872, p. 31, grifo nosso).

É, pois, Joaquim Nabuco quem atribui a *Os Lusíadas* o padrão máximo da literatura brasileira, considerando a literatura portuguesa como fonte de uma tradição que os românticos do primeiro momento procuraram ignorar quando buscaram enfatizar a ruptura com a antiga metrópole, a formação de um Estado independente e, conseqüentemente, a constituição de uma literatura original, como já foi mencionado. Para o resenhista da obra de Nabuco (a resenha não traz assinatura, mas pode ser de

autoria de José Carlos Rodrigues), “pouco nos importa indagar se é a nossa ou não a literatura da antiga mãe pátria”, e acrescenta:

Digamos, porém, que nos parece que o autor tem razão em negar ao Sr. D. J. G. de Magalhães o título de criador da literatura brasileira, que nossos literatos do Rio de Janeiro lhe deram, após a publicação dos seus *Suspiros Poéticos*, em 1836. Este poeta é de certo o chefe de uma nova escola, que fez guerra aberta ao classicismo de que então estavam eivadas as produções portuguesas; mas não sabemos o que estas produções tiveram que ver com a nacionalização da literatura (III, 26, nov./1872, p. 31).

Com efeito, a contestação do título outorgado a Gonçalves de Magalhães é encontrada na “Introdução” de *Camões e os Lusíadas* (transcrita no anexo I desta dissertação):

Acredito que na órbita literária do Sr. Magalhães só entraram alguns escritores, cujas obras já estão esquecidas. Esse fato explica-se naturalmente, porque falta cor, movimento, harmonia, comunicação, vida e rima à poesia do Sr. Magalhães. Sem eloquência e sem paixão, não se pode fazer proselitismo em artes, como não se faz em política (Nabuco, 1872, p. 15).

Como se percebe, o redator distingue a atuação de Magalhães como criador da literatura brasileira e como introdutor do Romantismo. Utiliza a expressão “guerra aberta ao classicismo”, mais próximo ao que, de fato, foi realizado em 1836, quando o poeta sistematizou os ideais românticos e rejeitou os padrões clássicos na revista *Niterói*, apesar de seus *Suspiros* trazerem também conteúdos e procedimentos classicistas. Conforme já foi dito, a obra em si não autorizava a qualificar o autor como iniciador de uma literatura independente e diversa da praticada até então, cujas matrizes eram portuguesas. É, em outros termos, o que diz Nabuco, quando procura dissociar a arte da política, no excerto acima, ou quando afirma, na mesma “Introdução de *Camões e os Lusíadas*, que “não está no poder de um homem, nem de um grupo, mudar a natureza das coisas, [e que] as literaturas formaram-se lentamente com a língua, a religião e a sociedade”. Um pouco mais adiante, Nabuco acrescenta: “O preconceito é dizer-se que devemos tornar-nos independentes de Portugal, literária, como nos

tornamos politicamente. Basta enunciá-lo para ver-se que aí há uma confusão de domínios da força com o da inteligência” (Nabuco, 1872, p. 15).

Essa ideia remete, ainda, ao já mencionado ensaio “Instinto de Nacionalidade”, de Machado de Assis, que viria a ser publicado no mesmo jornal quase um ano depois, em março de 1873: “Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. *Esta outra independência [literária] não tem sete de Setembro nem campo do Ipiranga*; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração, nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (III, 30, mar./1873, p. 107, grifo nosso). Neste sentido, as palavras de Machado ecoam as do periódico e as de Joaquim Nabuco. A resenha de novembro de 1872 também afirma que:

O que constitui a originalidade de uma literatura é, não só a língua ou a natureza do meio de que se vive, mas sobretudo o caráter distinto do seu povo, as suas crenças, o seu ideal, o seu gênio. Esse caráter próprio é que não temos ainda, nem esperamos ter por muitas gerações vindouras, enquanto não tivermos história nossa, a qual por ora nos falta inteiramente, a nossa mesma independência política não nos tendo custado mais do que a “aceitação” de uma “concessão” de um príncipe estrangeiro (III, 26, nov./1872, p. 31).

Além do pensamento comum de que a literatura brasileira só se tornaria independente e original após sucessivas gerações, observa-se a semelhança de ideias entre o que Rodrigues expressou como “o caráter distinto do seu povo, as suas crenças, o seu ideal, o seu gênio”, enquanto que Machado refere-se à “fisionomia própria ao pensamento nacional”. Ambos os críticos entendem que a cor local, tão cara aos escritores da época, não é responsável pela nacionalidade da literatura: “manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura” (III, 30, mar./1873, p. 107).

Reconhecendo a questão da nacionalidade literária como “ponto de divergência entre literatos”, Machado de Assis vislumbra a autonomia literária como um processo contínuo, estabelecendo os princípios de uma história literária: “As tradições de

Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão” (III, 30, mar/1873, p. 107). Machado reconhece que prevalece entre os escritores brasileiros “certo instinto de nacionalidade”, traduzido pela preocupação com a caracterização da literatura brasileira, ou melhor, pela busca de um elemento que a caracterize como tal. Para ilustrar suas ideias, Machado afirma:

Gonçalves Dias, por exemplo, com poesias próprias seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos *Os Timbiras*, os outros poemas americanos, e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente cantam; e excludo daí as belas *Sextilhas de Frei Antão*, que essas pertencem unicamente à literatura portuguesa, não só pelo assunto que o poeta extraiu dos historiadores lusitanos, mas até pelo estilo que ele habilmente fez antiquado. O mesmo acontece com os seus dramas, nenhum dos quais tem por teatro o Brasil. Iria longe se tivesse de citar outros exemplos de casa, e não acabaria se fosse necessário recorrer aos estranhos. Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa, perguntarei simplesmente se o autor de *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem a ver com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julietta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês (III, 30, mar./1873, p. 107).

O excerto acima, todavia, assemelha-se sobremaneira às palavras de Joaquim Nabuco, encontradas na “Introdução” de *Camões e os Lusíadas*:

Gonçalves Dias é um dos poetas que mais tiveram o sentimento americano; mas suas poesias indígenas seriam menos facilmente da poesia tupi do que seriam do cancioneiro espanhol suas sextilhas de Fr. Antão (*sic*). A cor local não constitui a originalidade de uma literatura. Se a cor local bastasse, Gonçalves Dias seria Andaluz do tempo dos sarracenos, Byron seria Veneziano ou Grego, e Shakespeare seria ao mesmo tempo Bretão, Romano e Moiro (Nabuco, 1872, p. 12).

Com efeito, chama a atenção a sintonia de ideias entre os personagens envolvidos no diálogo no interior do jornal, José Carlos Rodrigues (enquanto redator da resenha ou, senão, como responsável pelo jornal), Joaquim Nabuco e Machado de Assis,

ao concordarem que não é a “cor local” a responsável pela configuração identitária da literatura. A harmonia de ideias parece ser ainda mais expressiva entre os dois últimos: ambos, Nabuco e Machado, utilizam o exemplo de Gonçalves Dias para assinalarem que não são suas composições indigenistas ou aquelas que trazem indicadores locais ao primeiro plano que proporcionaram o reconhecimento das qualidades literárias do poeta. Ambos afirmam a importância da produção literária portuguesa na constituição de uma literatura brasileira, vista como algo ainda a se configurar. Machado ainda acrescenta, neste sentido, que as poesias gonçalvianas ligam-se, em sua maioria, aos temas universais, em contraste com uma minoria de temática localista.

Grande parte da força argumentativa não só de Machado, mas também de Nabuco, decorre da referência a autores do cânone ocidental, sobretudo a oportuna comparação com escritores de língua inglesa. Ambos citam Shakespeare; porém, enquanto Nabuco menciona Byron, Machado inclui Henry W. Longfellow (1807-1882) no ensaio. A menção a Longfellow justifica-se pelo fato de o artigo ser publicado em terras estadunidenses, um indício claro da preocupação de Machado em adequar seu discurso e seus argumentos aos seus potenciais leitores.

Um pequeno bilhete de Joaquim Nabuco endereçado a Machado de Assis (Assis; Nabuco, 2003, p. 91) pode estar na origem da semelhança enunciativa entre os dois: “Se V. quiser ouvir umas folhas da má prosa sobre os *Lusíadas* apareça às 7 da noite à Rua Princesa do Catete nº 1, casa sua e de Joaquim Nabuco”. Embora o bilhete não esteja datado, uma nota de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério, organizadoras da recém-publicada edição da *Correspondência de Machado de Assis* coordenada e orientada por Sergio Paulo Rouanet (2009), adverte que provavelmente é anterior a setembro de 1872, data em que a *Semana Ilustrada* anunciou a publicação de *Camões e os Lusíadas*. O bilhete foi um dos primeiros contatos entre os dois intelectuais por correspondência, um dos primeiros de uma série de cartas que se prolongará até as vésperas da morte de Machado, em 29 de setembro de 1908, e que revelam grande sintonia de Machado e Nabuco em relação aos assuntos literários.

No número 26 do jornal, o mesmo em que foi publicada a resenha sobre *Camões e os Lusíadas*, a fotografia de Joaquim Nabuco vem estampada com a legenda de “literato” (FIG. 7), ao lado de Ladislau Netto²⁵. Na realidade, antes dessa resenha, o

²⁵ O perfil biográfico de Ladislau Netto encontra-se sob as duas fotos e é também emblemático da

número 22 do periódico (jul./1872) já havia anunciado a publicação do livro de Nabuco, advertindo que o autor considerava que “literaturas não se criam, mas formam-se” (II, 22, jul./1872, p. 179).

A fotografia de Machado de Assis aparece no número 58, quinto volume do *O Novo Mundo*, de julho de 1875 (FIG. 8) ²⁶, com um breve perfil biográfico do escritor na página seguinte, qualificando-o como “um dos mais corretos e elegantes poetas e romancistas do Brasil” (V, 58, jul./1875, p. 250). O texto assinala a “convivência que cedo teve com Casimiro de Abreu, Macedo Junior (...) e outros rapazes”, o que teria despertado “o desejo de escrever versos”. Também descreve a contribuição de Machado em periódicos (em 1859, no jornal literário *O Espelho*; em 1860, no *Diário do Rio de Janeiro*; e, em 1867, no *Diário Oficial*) e a nomeação na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1873. Em seguida, enumera suas obras publicadas até então ²⁷.

Em “Instinto de Nacionalidade”, vale lembrar, Machado apresenta um panorama dos autores que percorreram a literatura brasileira, explicitando a maneira pela qual esta se configurou até aquele momento. O ensaio machadiano foi encomendado ao autor e estampado diretamente no número 30 de *O Novo Mundo*, isto é, sem qualquer comentário ou observação por parte do redator, constando apenas a assinatura de Machado de Assis no final do texto.

celebração pelo periódico de figuras que atuaram na “construção” da identidade do país, a exemplo de Francisco Adolpho de Varnhagen, Karl von Martius e outros. O texto biográfico menciona que o naturalista “começou a aparecer na imprensa (...), publicando poesias e outras produções literárias” e que “foi em 1864 à Europa, estudar por conta do Governo brasileiro”. O jornal não se furta das habituais comparações com os Estados Unidos, embora, neste caso, advirta o governo imperial quanto à necessidade de investimentos no museu: “O que resta é que, já que esta instituição é oficial, o Governo compreenda sua importância e de sua parte procure ter um Museu que seja digno do Brasil, e que tenha, pelo menos, tantas coleções do próprio Brasil, como tem, por exemplo, o Museu de Cambridge ou os particulares do professor Hart, dos herdeiros de von Martius”. Entre os títulos de Ladislau Netto, o periódico lista: sócio-correspondente do Instituto Histórico do Brasil, sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, membro honorário do Instituto do Grão-Ducado de Luxemburgo e membro honorário do Instituto Arqueológico das Alagoas. (III, 26, nov./1872, p. 31).

²⁶ Ao lado da fotografia de Machado de Assis encontra-se a de João Barbosa Rodrigues (1842-1909), naturalista, noticiando suas pesquisas no Amazonas em comissão do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

²⁷ O número 58 de *O Novo Mundo* apresenta, ocupando toda a folha da capa, o retrato de Ferdinand Denis (1798-1890). Algumas páginas adiante, o texto biográfico (que vem em seguida ao de Machado de Assis) informa que se trata do “venerando literato francês”, que tem “consagrado a maior porção de suas vigílias a nossa história e ao descobrimento de subsídios para ela” (V, 58, jul./1875, p. 250).

A identificação do periódico com o ensaio machadiano parece ser, portanto, muito grande, o que também é sugerido pela republicação do ensaio, da mesma maneira, no centésimo número (edição comemorativa) do jornal. Atualmente, os jornais trazem a advertência de que as colunas assinadas por indivíduos que não fazem parte do seu *staff* não refletem as ideias e opiniões do jornal, mas, em períodos anteriores, a afinidade entre os ideais do jornal e o colunista era uma condição fundamental para a publicação de um texto como o ensaio machadiano. Leia-se, abaixo, parte da carta publicada em *Correspondência de Machado de Assis* (2009), que Rodrigues enviou a Machado de Assis, solicitando o artigo batizado como “Instinto de Nacionalidade”:

Este jornal (que tem chegado agora ao 3º ano a salvamento) precisa de um bom estudo sobre o caráter geral da literatura brasileira contemporânea, criticando suas boas ou más tendências, no aspecto literário e moral: um estudo que, sendo traduzido e publicado aqui em inglês, dê uma ideia da qualidade da fazenda literária que lá fabricamos, e da escola ou escolas do processo de fabricação. Como se sabe, se não escrevo bem sobre assunto nenhum, muito menos sobre literatura; nem tenho tempo de ir agora estudá-la. Quererá o amigo escrever sobre isso?

Não se tem notícia da publicação de “Instinto de Nacionalidade em inglês, mas Machado de Assis não só aceita a incumbência como examina todos os tópicos sugeridos por José Carlos Rodrigues. No ensaio, como se sabe, Machado de Assis sugere a construção de uma literatura nacional independente, criticando as más tendências do Romantismo, com seu exagero e apego extremado aos indicadores locais.

Uma das questões centrais abordadas por Machado é a do elemento indígena que, para ele, não deve ausentar-se da literatura, considerando-se que “(...) depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual”. (III, 30, mar/1873, p. 107). Entretanto, alerta o autor: não é o índio o único “patrimônio” da literatura brasileira, assim como sua exclusão é um equívoco.

A DANSA DA MORINGA.

FIGURA 8 – Página de *O Novo Mundo* (V, 58, jul./1875) com o retrato de Machado de Assis.

Na realidade, Machado parece não reconhecer a presença indígena na constituição do homem brasileiro: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum (...)” (III, 30, mar/1873, p. 107). Ideia semelhante encontra-se em Nabuco ao afirmar que a poesia que idealiza “o caráter, o coração, as guerras, a civilização” dos índios não é nacional, visto que a “raça não é nossa” (Nabuco, 1872, p. 12). Ambos, Machado e Nabuco, dão a entender que nenhum legado restou dos índios, ao contrário do que ocorreu no Peru, onde os Incas deixaram suas marcas nos colonizadores, exemplo este de Nabuco (1872, p. 12), em sua “Introdução”.

Além do índio, a sociedade “civilizada” é considerada tema literário pelos dois intelectuais. Nesse sentido, Machado utiliza a expressão “costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje” (III, 30, mar./ 1873, p. 107), mas deixa claro, desde o início do ensaio, que não pretende analisar os temas que definem ou poderiam definir a literatura nacional. Nabuco, por sua vez, refere-se ao “estado atual da sociedade brasileira” (Nabuco, 1872, p. 10). O primeiro artigo do periódico, informando a publicação de *Camões e os Lusíadas*, explicita o que é, segundo Nabuco, o elemento típico da sociedade brasileira: a escravidão.

(...) diz ainda o escritor que a única coisa que forma a originalidade brasileira é a escravidão; que o Brasil está passando atualmente por uma época de transição, e que a razão da esterilidade dos ensaios que se tem feito para se criar uma literatura nacional é que a literatura assim criada não tem relação alguma com a raça, as tradições e a história do país; e a nossa nacionalidade moral foi traçada com o auxílio da escravidão que está condenada a desaparecer (II, 22, jul./1872, p. 179).

Ao reclamar “a raça, as tradições e a história do país”, Nabuco aponta para o problema da escravidão, assunto pouco presente no ensaio machadiano. Embora expresse a ideia já comentada de que os índios não tiveram participação na constituição brasileira, Nabuco assinala que a literatura que exclui a representação do escravo é estéril, já que a formação brasileira foi marcada pela escravidão. Entretanto, Nabuco não aceita que esta seja naturalizada pelas obras de ficção, como se fizesse parte da “cor local” do país:

É certo que alguns de nossos escritores pintaram a escravidão de modo a fazê-la odiar (*sic*); ao lado desses, porém, cujas obras pertencem mais à polêmica do que ao romance ou à poesia, há muitos, quase todos, que confundem insensivelmente os dois estados, e que, quando querem dar a cor local do país a suas obras, trazem uma lembrança do cativo, sem indagarem se isso não é um estigma, que eles imprimem, em vez de uma honra que fazem a seu país (Nabuco, 1872, p. 14).

Machado de Assis, convém sublinhar, não omitiu o índio, tampouco o escravo da sua obra, o que, aliás, opõe-se à afirmação relativamente comum de que o autor não se teria envolvido com a causa abolicionista.

Em 1876, em seu número 71, *O Novo Mundo* publicou uma resenha sobre o livro de poesia de Machado de Assis lançado em 1875, *Americanas*. Como já dito, o texto foi escrito por Salvador de Mendonça que, na realidade, dedicou pouco espaço para o exame das composições poéticas da obra, atendo-se a considerações vagas e sem interesse. Porém, note-se a maneira pela qual resume o conteúdo de *Americanas*:

Excluem-se *A cristã nova*, aliás uma das mais belas do volume, *Sabina*, que lamentamos tenha sido incluída na coleção, *José Bonifácio*, que nos parece a menos inspirada produção do mimoso poeta, *Os semeadores*, consagrada a uns Paulos do sertão que nunca foram santos da nossa cartilha, todas as demais composições que o novo livro encerra falam-nos da nossa natureza e das raças que sobre ela imperaram durante séculos, das suas guerras, dos seus amores, dos seus deuses. (VI, 71, ago./1876, p. 238)

Salvador de Mendonça não aprova, no volume de título sugestivo da temática indigenista, os poemas que fogem desta, mas o comentário sumário acerca de “Sabina” parece ocultar certa intolerância. O poema trata, em poucas palavras, da sedução de uma mucama pelo filho de seu senhor, em um tipo de denúncia à violência dissimulada sob as regras da sociedade paternalista do Segundo Reinado.

O relato da sedução da mucama pelo senhor já havia sido tema da poesia de Castro Alves, em “A Cachoeira de Paulo Afonso”, que, junto com “Os escravos”, foi citada na notícia de falecimento do poeta em *O Novo Mundo*. No caso de “A Cachoeira”, entretanto, a mucama Maria é tomada à força, expondo a violência física explícita contra os escravos, enquanto Sabina se apaixona e é seduzida. Nesse contexto,

os poemas castroalvianos, em geral, conferem a figura de herói ao escravo, ao passo que, em Machado de Assis, observa-se a preocupação em retratá-lo como um ser humano que, anterior à condição servil, possui interioridade moral e psicológica.

Em “Instinto de Nacionalidade”, as referências à temática da escravidão concentram-se nas peças teatrais *O Demônio Familiar*, de 1857, e *Mãe*, de 1860, de José de Alencar, categorizadas como “o primeiro lugar na nossa escola realista” e consideradas “de notável merecimento”. Machado menciona também Castro Alves, sem, contudo, referir-se explicitamente à poesia abolicionista, mas considerando que “seus versos podem servir e servem de incentivo às vocações nascentes” (III, 30, mar./1873, p. 108).

A seguir, será abordada a presença de José de Alencar em *O Novo Mundo*, mas convém sublinhar a importância do diálogo entre os três intelectuais, Rodrigues, Nabuco e Machado, contestando os alicerces constitutivos da literatura brasileira propostos pelos românticos. Tratava-se, com efeito, de um ideário que fugia ao pensamento da maioria dos literatos brasileiros que, naquele momento, exaltava elementos como a cor local e a incursão no regionalismo como formas preferenciais para expressar o nacional.

As polêmicas de José de Alencar

No tocante a Alencar e às composições teatrais mencionadas por Machado, verifica-se que ambas têm sido vistas pela crítica literária, embora não livre de controvérsias, como dramas de protesto à escravidão, ainda que, como já visto, o autor tenha manifestado uma postura conservadora em relação à abolição (Trípoli, 2006). Na realidade, Alencar era defensor de uma “abolição espontânea”, que se realizaria pelo “progresso contínuo, suave e natural da revolução íntima” (*apud* Ricupero, 2004, p. 190). Vislumbrava a educação dos escravos como forma de convertê-los em cidadãos, anterior à abolição, que viria naturalmente. Enfim, não deixa de ser uma ideia descabida; basta colocar-se no lugar do escravo para perceber a imoralidade da argumentação de Alencar.

Segundo Bernardo Ricupero (2004), durante os debates acerca da Lei do Ventre, o próprio Alencar teria mencionado suas produções dramáticas, afirmando que a

questão estaria no momento propício para o fim do trabalho servil. Porém, ainda que não tivesse usado as peças teatrais em sua argumentação, a contradição é compreensível quando se tem em mente que a percepção do leitor nem sempre coincide com a intenção do autor.

Em fevereiro de 1878, *O Novo Mundo* se despede de Alencar, por ocasião de seu falecimento, ocorrido em dezembro de 1877. Em tom solene, observa que “fossem quais fossem as suas ideias e princípios políticos, a que não aplaudimos, o seu nome como homem de letras enche a melhor página da nossa história literária” (VIII, 86, fev./1878, p. 26). E acrescenta:

Mas não há de ser nem o advogado, nem o deputado, nem o ministro que há de passar à posteridade sob seu nome. A glória imorredoura deve-a ele às letras: o jornal, o teatro e o romance foram as mais preciosas manifestações do seu engenho, e por elas viverá enquanto houver memória e gratidão para o mais extremoso fundador da literatura brasileira (VIII, 86, fev./1878, p. 26).

Entre alguns artigos que tratam das composições literárias de Alencar, o do número 59 de *O Novo Mundo*, de agosto de 1875, tem autoria do correspondente “Araucarius”, pseudônimo do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876):

É o Sr. Conselheiro J. de Alencar um dos mais esforçados campeões da escola nativista, que afincadamente se empenha na criação de uma literatura brasileira, independente e autonômica. Nas esparsas legendas dos nossos selvagens, na pintura de suas usanças, tais como se antolharam (*sic*) aos primeiros viajantes europeus, pretende essa escola reconstruir a vida dos aborígenes (...) (V, 59, ago./1875, p. 268).

“Araucarius” foi identificado graças à correspondência passiva de José Carlos Rodrigues²⁸. O Cônego assinou colunas literárias em *O Novo Mundo* entre março de

²⁸ O trecho que segue foi transcrito de uma das cartas do Cônego Fernandes Pinheiro a José Carlos Rodrigues, datada de 20 de outubro de 1874. Note-se que o autor destaca o tom liberal que pretende utilizar em seus textos, de modo que parece responder a alguma recomendação de Rodrigues: “Inclusa achará a minha 5ª resenha bibliográfica, que denominei — ‘Movimento literário no Brasil’ — por ser mais compreensivo e para conformar-me com o título que dei à penúltima, ou antepenúltima. (...) serei

1874 e agosto de 1875, mas seus textos são singulares quanto à “ênfase vazia do estilo”, na expressão de Antonio Candido (2000, p. 315). Convém citar, entretanto, um de seus artigos, o qual manifesta opinião acerca da obra literária de cunho regionalista de José de Alencar: “Nota-se certa indecisão na parte descritiva, certa ausência de ‘localismo’, fácil de explicar pelo motivo de não ter-se o autor transportado aos sítios em que faz passar a ação” (V, 59, ago./1875, p. 268).

Na realidade, a crítica de Fernandes Pinheiro à obra de Alencar, assim como a expressão “escritor de gabinete”, utilizada por Alfredo Taunay para se referir ao autor, não teve origem em nenhum desses dois escritores. No início da década de 1870, Franklin Távora (1842-1888) já havia feito uma série de críticas a *Iracema* (1865) e *O Gaúcho* (1870), por meio das *Cartas a Cincinato*.

Publicadas no semanário fluminense *Questões do Dia* entre setembro de 1871 e fevereiro de 1872, as *Cartas* foram recolhidas em livro em 1872. O jornal surgiu em 1871 e era editado pelo escritor português José Feliciano de Castilho (1810-1879), sob o pseudônimo de Cincinato, com finalidades políticas relacionadas à aprovação da lei do Ventre Livre e à defesa de D. Pedro II, da acusação de abuso do poder pessoal.

José Feliciano de Castilho era uma figura eminente nos círculos literários da Corte. O escritor chegou em 1847 ao Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte, em 1879. Irmão do poeta Antonio Feliciano de Castilho, figura central do Romantismo português, José Feliciano foi acolhido por Pedro II e contribuiu para a divulgação da literatura clássica no Segundo Reinado. Em poucas palavras, o Imperador que, de fato, valorizava a cultura clássica, servia-se de suas afinidades com os irmãos portugueses para manter a literatura praticada sob sua proteção em situação de evidência na Europa (Martins, 2008b).

José de Alencar, desafeto de Pedro II havia algum tempo, foi o alvo das *Cartas a Cincinato* desde o início. A literatura passou a fazer parte da polêmica quando Franklin Távora, com o pseudônimo de Semprônio, começou a enviar cartas a propósito da obra de Alencar. Em duas séries, a primeira sobre *O Gaúcho* e a segunda sobre *Iracema*, a

seu correspondente efetivo no Rio de Janeiro remetendo-lhe por todos os vapores da linha de New York correspondências literárias, religiosas, políticas e de instrução pública, além de tudo o mais que possa interessar aos seus leitores. O espírito dos meus artigos será *rasgadamente liberal*, poupando unicamente as conveniências, quando entenda deverem ser poupadas” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1970, p. 226, 227, grifos do autor).

crítica baseou-se, sobretudo, na ausência de contato direto do autor com as regiões descritas nas suas obras, com doses de ironia pelo fato de os personagens selvagens de Alencar comportarem-se como civilizados, além da alegação de que os modelos estrangeiros estavam por trás dos romances indianistas e da intenção do autor de captar a cor local.

Em *O Novo Mundo*, as *Cartas a Cincinnati* já haviam sido assunto de um artigo de dezembro de 1872, no qual o redator, provavelmente José Carlos Rodrigues, mostrava sua indignação quanto à “crítica virulenta” de Franklin Távora, sem, contudo, abordar diretamente as questões centrais da polêmica. No entanto, por vias indiretas, o redator do artigo parece concordar com a crítica de Távora:

Se se tratasse de examinar os pontos sobre que chama às contas o *Gaúcho* e o *Iracema*, talvez que se lhe achasse razão de sobejo, no todo. Mas o modo porque ele maneja o seu escalpelo coloca o leitor do lado oposto ao seu, antes até de indagar o que ele tem a dizer, e que, com efeito, com grande força de expressão e incontestável habilidade (III, 27, dez./1872, p. 46).

O texto de *O Novo Mundo* de novembro de 1875 também trata de uma composição literária de José de Alencar: *O Jesuíta*, drama escrito quatorze anos antes da encenação, em setembro de 1875, no Rio de Janeiro. Fracasso de público, a exibição da peça foi igualmente motivo de polêmica, porém desta feita com Joaquim Nabuco. Alguns trechos do artigo do periódico foram transcritos abaixo:

No meio da geral indiferença pelo nosso teatro, e, o que é pior, no meio da depravação do gosto público, só despertado pela corrupção enfeitada da moderna arte francesa, em pleno domínio da mágica e da opereta, trazer no palco uma obra séria, inspirada por sentimentos que andam de todo alheios às nossas platéias, é antes de tudo uma prova de coragem, pela qual não regatearemos elogio ao Sr. Alencar.

O talento do Sr. J. de Alencar há muito que é um talento maduro, e capaz de obras sérias. Se alguma coisa há a censurar-lhe é desviar para o campo da política uma aptidão que, voltada exclusivamente à literatura, não só esteticamente bela, mas também moralmente boa, já teria dado resultado duplo do que tem dado para a glória das letras brasileiras. (V, 62, nov./1875, p. 39).

Efetivamente, o artigo apresenta duas críticas fundamentais: o exercício das atividades política e literária ao mesmo tempo por um só indivíduo e a preferência do público por espetáculos franceses, ao invés da valorização do drama nacional. A primeira já foi contemplada neste estudo; o item intitulado “Outros paradigmas” trará a inscrição da literatura francesa nas páginas de *O Novo Mundo*. Mas é relevante reter que as polêmicas, cujo alvo foram as obras literárias de Gonçalves de Magalhães em 1857 e de José de Alencar em 1875, possuem um significado amplo no contexto da literatura nacional: a primeira, cujo tema foi a *Confederação dos Tamoios*, corresponde à passagem do Neoclassicismo para o Romantismo; a segunda, à transição deste para o Realismo, nas *Cartas de Semprônio*. E o testemunho dessa segunda passagem é matéria de *O Novo Mundo*.

Sousândrade, redator de *O Novo Mundo*

Não obstante, em se tratando da crítica literária em *O Novo Mundo*, convém uma palavra sobre a participação de Sousândrade no periódico como redator, embora a maioria dos artigos de sua autoria já tenha sido contemplada por Campos (2001). Assunto de um capítulo da sua dissertação, a autora entendeu que “à primeira vista, uma grande distância parecia existir entre eles [Rodrigues e Sousândrade]; da fascinação pelo progresso à descrença no mesmo: o que edifica uma nação, o que deteriora as relações humanas” (Campos, 2001, p. 40). É preciso assinalar, contudo, que não se encontrou, no jornal em questão, qualquer sinal que comprove tal distância.

Seis textos têm a assinatura de Sousândrade em *O Novo Mundo*, três dos quais são anteriores à sua associação formal ao periódico: “A emancipação do imperador” (de novembro de 1871), “O estado dos índios” (março de 1872) e “Notas literárias” (outubro de 1873). Os posteriores a 1875, ano em que se oficializou a sociedade, são: “Anchieta ou o evangelho das selvas” (fevereiro de 1876), “Literatura” (agosto de 1877) e “Estrofes” (setembro de 1877). Conta-se, ainda, com um artigo de título “‘Evangalina’ em português”, de abril de 1874, sem assinatura, cuja autoria foi atribuída a Sousândrade por Luiz Costa Lima (2002, p. 489).

Apenas dois destes textos não foram ainda contemplados, “O estado dos índios” e “Estrofes”. O primeiro é uma correspondência endereçada ao redator de *O Novo*

Mundo, uma denúncia à situação deplorável em que as tribos ribeirinhas do Amazonas viviam, como resultado do contato com catequistas e a “civilização” de modo geral. A denúncia, como em outros artigos de Sousândrade, não poupa o imperador e o descaso com que o governo imperial tratava a questão indígena.

“Estrofas” é um ensaio crítico sobre a publicação da obra homônima do escritor Juan Antonio Perez Bonalde (1846-1892), incluindo a transcrição de trechos da poesia “Vuelta a La Patria”, sobre o exílio e a saudade da terra de origem. Esse ensaio crítico é o que se tem de mais próximo de uma referência pan-americanista de Sousândrade em *O Novo Mundo*, simplesmente pelo fato de o autor da obra ser venezuelano (o que, na realidade, não tem significado maior algum).

Os estudiosos costumam enxergar *O Guesa*, de Sousândrade, como a primeira expressão de pan-americanismo, grosso modo, devido ao tema indígena de matriz colombiana; o herói ou o guesa (que significa “errante” ou “exilado”), com quem o narrador se identifica e se confunde, tem origem no mito Muísca de tribos indígenas da Colômbia (Campos, 2002, Lima, 2002, Williams, 1976). Além disso, o fragmento denominado, por Augusto e Haroldo de Campos, “O Inferno de Wall Street” tem sido interpretado como uma crítica ao capitalismo liberal em processo de configuração nos Estados Unidos, o que destoa da posição do periódico.

Outros estudiosos da obra de Sousândrade, contudo, parecem reconhecer, em certos fragmentos de *O Guesa*, indicações da adesão à Doutrina Monroe, de 1823, e seu lema contrário à intervenção europeia no hemisfério (Torres-Marchal, 2007). Neste sentido, sim, distinguem-se vários textos ilustrativos em *O Novo Mundo*, ainda que não de autoria de Sousândrade. Abaixo, a transcrição de parte de um artigo do periódico, a propósito da eventual disputa da posse de Porto Rico entre a Espanha e a Alemanha, anunciada por um jornal de Nova Iorque.

(...) Nossa opinião é que devemos afirmar sempre neste hemisfério a doutrina que a América deve ser para os Americanos.

O mais poderoso país da América, os Estados Unidos, tem sustentado sempre esta doutrina. Há muitos anos Monroe declarou por parte do Governo que qualquer tentativa, de parte das Potências europeias, de estender o seu domínio neste continente, é contrária à paz e segurança dos Estados Unidos. Esta chamada “doutrina Monroe” foi ultimamente modificada por Grant o qual na sua primeira Mensagem proclamou que os

Estados Unidos não podem aprovar que as colônias, que a Europa tem agora na América, passem a outras potências europeias. Posto que estas doutrinas e proclamações sejam apenas pretensões, boas somente enquanto este país for bastante forte para mantê-las e a Europa bastante desejosa de observá-la, todavia, partindo, como partem, de uma poderosa nação, e seguida como é por todas as populações da América, elas devem ter grande peso na balança das ambições das potências europeias (IV, 48, set./1874, p. 217).

Note-se que a Doutrina Monroe é enfocada sob o prisma da superioridade estadunidense. O artigo finaliza em tom intimativo: “Se Porto Rico ou Cuba estão em mãos dos Espanhóis, odientos como são, melhor estariam em poder de uma nação realmente progressista” (IV, 48, set./1874, p. 217). A própria atuação de José Carlos Rodrigues na questão do canal do Panamá, citada anteriormente, mostra a adesão à política intervencionista dos Estados Unidos na América Latina. Torres Marchal (2007), amparado no Canto XI de *O Guesa*, considera que Sousândrade é também um adepto da política intervencionista norte-americana.

Ou, ainda, em relação a *O Novo Mundo*, a biografia de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) é também ilustrativa da posição do jornal quanto ao tema. Em determinado momento no artigo biográfico, afirma-se: “Parece que o progresso imenso que este povo [dos Estados Unidos] tem feito chamou a atenção do velho coronel para as suas causas imediatas” (I, 2, nov./1870, p. 28), como se o redator do artigo (provavelmente Rodrigues) deixasse transparecer uma identificação de sua parte com Sarmiento.

Não pretendendo fugir ao nosso tema, voltemos a *O Novo Mundo*, mas assinalasse a oportunidade e a necessidade de investigação da fortuna crítica da obra sousandradiana.

2.3 Outros paradigmas

A literatura francesa

Já se deve ter notado, em trechos de *O Novo Mundo* transcritos anteriormente, que a proposta de reformulação da literatura brasileira dele depreendida se assentava no rompimento do exclusivismo francês enquanto referencial de literatura. Na realidade, desde os primeiros números, lançados por ocasião do final da guerra franco-prussiana (1864-1871), o jornal publicou artigos em que a França era alvejada insistentemente e sob os mais diversos aspectos — políticos, sociais, financeiros, educacionais, culturais e literários.

Quais são os grandes homens da França? De tanto gênio que ela tem, onde está aquele que pode entestar com esses seus dias mais aziagos da história? Será Jules Favre, que acusou Napoleão por não ter logo vingado Sadowa, que depois votou contra a guerra, por ser injusta e que agora chama os Prussos de invasores e Hunos e tantas coisas mais? Será Trochu? Serão Gambetta ou Crémieux ou Rochefort ou o conde Daru? Será o velho Thiers, com os seus *bem-dizia-eu!* A sua política estreita, oposta à unidade italiana, por que ela faz mal à França? Será o poeta Victor Hugo, querendo sustar o Átila com sua pretensiosa poesia? Onde estão os grandes homens? (I, 1, out./1870, p. 6, grifo do autor)

Desprestigiar a nação francesa constitui importante estratégia para alterar as referências culturais da época. Não há equívoco em afirmar que, se em termos políticos e econômicos *O Novo Mundo* utiliza, sobretudo, a comparação com os Estados Unidos, na área cultural são mais frequentes os artigos que apregoam o declínio da nação francesa.

Não estará a França caminhando muito depressa para a sua completa decadência? Eis o que todos se perguntam agora. (...) o Francês em geral não se pode capacitar que a França não é ainda Rainha das letras, da ciência e das artes; a primeira nação da Europa, a que caminha na vanguarda da civilização de todo o mundo. A verdade é que nenhuma nação se concilia facilmente com a ideia do seu próprio fim (I, 7, abr./1871, p. 102).

O fato de a literatura francesa ser combatida nas páginas de *O Novo Mundo* não significa, porém, que todos os escritores ou obras franceses sejam desprestigiados pelo periódico. Verifica-se, por exemplo, que, entre os perfis biográficos de literatos, os franceses excedem os de outras nacionalidades, o que é previsível porquanto são “aqueles com que o nosso espírito se educou”, na expressão de Machado de Assis, do mesmo ensaio crítico, “Instinto de Nacionalidade”.

Machado manifesta desagrado em relação à influência excessiva da língua francesa e menciona alguns escritores franceses: “Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico, os escritores que vão buscar para fazer comparações com os nossos, — porque há aqui muito amor a essas comparações — são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vitor Hugos, os Gautiers, os Musset, os Gozlags, os Nervals” (III, 30, mar./1873, p. 108). Joaquim Nabuco também reprova a ascendência da literatura francesa sobre os escritores brasileiros, referindo-se a ela ao lamentar o desconhecimento de *Os Lusíadas* entre os leitores brasileiros em geral:

Uma outra (*sic*) literatura tomou lugar da forte poesia épica. Já não se fala ao coração nem a o espírito, fala-se ao sistema nervoso, à sensibilidade doentia das mulheres históricas e dos homens ociosos. Ler um canto opulento, rico, dos *Lusíadas*, ler o poema, direi melhor, parece a muitos uma coisa pesada, espada de nossos maiores e suas armas de combate (Nabuco, 1872, p. 7, 8).

Um pouco adiante, afirma: “Há três séculos possui a literatura portuguesa um monumento como esse e, em vez de estudá-lo, de buscar nele todos os prazeres que nos oferece, andamos à cata das borboletas que a França produz em uma estação para morrerem na outra” (Nabuco, 1872, p. 8, grifo nosso). Não é preciso dizer que o abolicionista condena a imitação acrítica das tendências literárias francesas.

As biografias de Victor Hugo (1802-1885) e Théophile Gautier (1811-1872) estão presentes em *O Novo Mundo*, sobressaindo um ponto de vista de admiração pelas composições de ambos os escritores. Um longo artigo sobre o lançamento de *Legenda dos Séculos* (1877) é publicado em junho de 1877; mas, especialmente nos artigos do início da década de 1870, Victor Hugo assume um valor referencial em relação a outros

autores da mesma nacionalidade. Apesar disso, em geral ele é considerado um modelo inadequado para a literatura brasileira, conforme se apreende a seguir, na comparação empreendida na biografia de Théophile Gautier e na alusão à influência de Victor Hugo sobre os brasileiros:

Théophile Gautier foi sempre amado e festejado, senão pela classe mais sóbria dos literatos franceses e estrangeiros, que o podiam apreciar, ao menos pela generalidade de quantos podem avaliar o que era um talento brilhante e muito versátil, que sabia empregar a sua língua com uma facilidade, beleza e audácia, não excedidas nem pelo próprio Victor Hugo (III, 26, novembro de 1872, p. 24).

Este escritor é um dos que têm exercido mais influência na literatura do Brasil. Entretanto o desejo de imitar um gênio, como ele é, tem estragado muitos talentos de mérito real, que em vez de seguirem as suas aspirações próprias e imprimirem suas feições originais na literatura pátria, tornam-se muitas vezes insinceros, alando-se a regiões em que se não podem sustentar e em que não podem deixar de se fazerem ridículos (II, 20, maio/1872, p. 132).

Já Alexandre Dumas (1802-1870) não desfrutava, no periódico, do mesmo prestígio que Victor Hugo e Théophile Gautier. A notícia de seu falecimento, breve e lacônica, fala por si mesma: “O velho, popular romancista, morreu este mês, deixando atrás de seu nome uma coleção volumosa de escritos que vão conservar por muito tempo a memória do vão, gracioso e bonachão escritor” (I, 4, jan./1871, p.55).

Julio Verne (1828-1905), por sua vez, é engrandecido, sobretudo por difundir conhecimentos científicos em seus romances, ponto positivo segundo a concepção do jornal, que reconhecia a importância da literatura instrutiva.

Dentre os modernos escritores, porém, que tomaram a peito tão útil empresa, cabe sem dúvida o primeiro lugar ao autor de *Viagens extraordinárias*. Mais do que nenhum outro ele soube conhecer que o romance é em nossos dias a forma literária mais aceita e corrente, e com esse ponto de partida, se chegou depois de outros ao terreno da liça, é bem certo que a todos tomou a dianteira (VI, 82, janeiro de 1876, p. 82).

A transcrição abaixo é de fevereiro de 1879, do artigo intitulado “As letras no continente da Europa em 1878”. Embora o objeto de análise do trecho seja a literatura em Portugal, é notável a referência aos escritores franceses:

Em literatura e poesia há muito pouco que notar. Há poesia de sobejo, mas infelizmente é da escola de Baudelaire. E quanto ao palco, não há novidade dramática original. A imprensa política em Portugal monopoliza todos os talentos, depois os estraga e torna-os improdutivos. Anuncia-se, todavia, uma nova edição do *Primo Basílio* do Sr. Eça de Queiroz, que o Sr. Braga considera romance realista de força extraordinária. “Eça de Queiroz é um grande artista, digno discípulo de Balzac e de Zola e capaz de competir com eles” (IX, 98, fev./1879, p. 30).

Afora a costumeira crítica à simultaneidade de atividades empenhadas pelos escritores, observa-se que a literatura de Charles Baudelaire (1821-1867) não é bem vista, enquanto os nomes de Balzac (1799-1850) e Zola (1840-1902) são agora os referenciais da alta literatura, ainda que na voz do crítico português, Teófilo Braga (1843-1924). Assinale-se, pois, que, além de pregar a retirada da França do seu lugar paradigmático (e que havia sido inscrito na revista *Niterói*), *O Novo Mundo* mesmo modificava seus referenciais de obras e escritores no decorrer da década de 1870, trazendo para o centro da discussão aqueles ligados a uma nova tendência literária.

Não se pode deixar de acrescentar, contudo, que, de modo frequente, a identificação de um valor literário elevado acontece, principalmente, em relação aos autores já canonizados pela tradição, como é exemplificado abaixo:

Sob o título *Galeria dos Escritores Franceses* acaba de ser publicado pela casa Garnier, em Paris, um livro extraído das *Conversações da segunda-feira* e dos *Retratos literários* de Sainte-Beuve, contendo uma série de notícias dos melhores escritores Franceses desde Villon e Rabelais até Chateaubriand e Lamartine. Esta obra não deixa somente admirar em sua marcha gloriosa através dos séculos o espírito Francês, personificado nos seus mais ilustres representantes, como fornece acerca da vida deles os mais interessantes pormenores (VIII, 88, abr/1878, p. 83).

De “Romance moderno na França”, texto de novembro de 1878, apreende-se o reconhecimento do triunfo desse gênero literário e de seus grandes escritores de nacionalidade francesa, ainda que não totalmente livre da habitual alusão à decadência da nação francesa:

O romance neste século é uma das manifestações mais importantes da vida social e intelectual. É o quadro mais fiel que encontramos das verdadeiras tendências, ideias e aspirações da sociedade em geral. É nessa província da literatura que se tem feito alguns dos maiores nomes de que se orgulha a França, e ainda até hoje, *nesta época de*

decaimento, a novela é que difunde certo brilho e merece a atenção do crítico e do historiador (IX, 95, nov./1878, p. 246, grifo nosso).

O artigo cita, em um primeiro momento, Jules Verne e Erckmann-Chatrian (1822-1889 e 1826-1890), entre outros, mas destaca que não se referirá a autores da mesma tradição de Dumas, a “talentos de segunda ordem”, nem aos que “procuram fama descrevendo a infâmia dos vícios e dos escândalos sociais”. Menciona, ainda que brevemente, Octave Feuillet (1821-1890), V. Cherbuliez (1829-1899) e M. André Theuriet (1833-1907), situando o último no “meio caminho entre as obras sentimentais e descritivas de George Sand e as dos realistas”: “Sejam, porém, quais forem os méritos desses três escritores, suas obras não representam as tendências do romance de hoje, e não são objeto de estudo tão curioso como dos escritores que, mais ou menos, justamente, se chamam *realistas* (IX, 95, nov./1878, p. 246, grifo do autor).

Presença do Realismo

O trecho a seguir merece especial atenção: o crítico destaca o valor do realismo, distinguindo-o das tendências romântica e clássica. Segundo ele concebe o realismo, não é desejável um “colorido local” imaginário ou exageros sentimentais, nem um universalismo abstrato, afastado das “circunstâncias locais, individuais”, alinhavando o “sentimento íntimo” de Machado de Assis em “Instinto de Nacionalidade”: “O que se deve exigir de um escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e de seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (III, 30, mar./1873, p. 108).

Com efeito, a literatura do realismo tem sido a reação legítima contra duas tendências geralmente falsas: a tendência *romântica* que consiste em criar um colorido local, inteiramente imaginário, e caracteres de dimensões sobrenaturais, com sentimentos exagerados, como os de Victor Hugo, em que o bem e o mal são carregados com motes por demais poéticos; e a tendência que podemos chamar *clássica*, que é essencialmente francesa e que consiste em menosprezar e, às vezes, postergar de todo as circunstâncias locais, individuais, no estudo, não de tipos especiais, mas de tipos gerais, dos sentimentos universais do homem, vistos de um aspecto abstrato, e produzindo assim, não seres distintos e completos em si mesmos, mas sim ideias, sentimentos e paixões. A

esta escola é que pertence George Sand, apesar de suas lindíssimas descrições da natureza (IX, 95, nov./1878, p. 246, grifo nosso).

Descontando algumas impropriedades características de uma análise não aprofundada ou da proximidade temporal (que, de certa forma, impede uma visão totalizante), o artigo de novembro de 1878 soma-se aos outros elementos assinalados que constituem a hipótese central desta dissertação, presumindo um papel de destaque para *O Novo Mundo* na transição dos períodos literários romântico e realista, na medida em que ele reflete sobre a assimilação da noção de Realismo literário pelo periódico.

Os realistas têm procurado a verdade dos caracteres quando pintam naturezas complexas, compostas de bom e mau, e estudadas não em crises de sua existência, mas como aparecem todos os dias. Têm também procurado representar fielmente a verdade da ação, buscando, não coincidências estranhas, dramas espantosos em que o homem parece ter saído do seu estado normal, — mas as ocorrências ordinárias, onde a lógica dos caracteres decide a marcha dos acontecimentos em vês de revolucioná-la (IX, 95, nov./1878, p. 246).

Não é sem críticas, todavia, que o redator se refere a alguns autores do Realismo francês no mesmo artigo: “Eles querem dar importância exagerada às cenas em que seus caracteres se movem, e converter a pena num pincel, descrevendo todos os objetos externos com uma minúcia que faz a gente esquecer o assunto real da novela, — o drama íntimo” (IX, 95, nov./1878, p. 246, grifo do autor). Cita, então, Flaubert (1821-1880) e Zola, “os dois homens que representam as formas extremas do realismo”, e finaliza o artigo afirmando: “Os realistas ainda não produziram o seu representante legítimo, livre de exagerações de estilo e de brutalidade de concepção” (IX, 95, nov./1878, p. 246).

Aos exageros do Realismo francês, o periódico opõe a literatura inglesa, considerada mais justa e legítima. Em ocasião anterior (janeiro de 1874), *O Novo Mundo* já havia comparado a escrita literária inglesa com a francesa: num comentário sobre a publicação póstuma de *Lettres à une Inconnue* (1874), de Prosper Mérimée (1803-1870), afirma-se que “em verdade pouco se parecia com os escritores do seu tempo, não só no seu gênio como até no seu estilo, que é direto, conciso e claro — mais inglês do que francês” (IV, 40, jan./1874, p. 63).

A literatura da tradição inglesa

A propósito de George Eliot (1819-1880), o jornal cita George Sand (1804-1876), em um artigo iniciado com as observações de que “não deixa de ser uma coincidência do nosso tempo que os seus dois maiores vultos literários sejam duas mulheres do mesmo prenome” e “nenhum gênio pode ser mais diferente do de George Sand do que o de George Eliot” (VII, 73, jan./1873, p. 15). O artigo é a respeito de *Daniel Deronda* (1876), de Eliot, mas, ao situar o autor e sua obra, o redator encontra espaço para reafirmar que o exclusivismo francês não é adequado para o literato ou homem de letras. Além disso, aponta a insuficiência da crítica literária no Brasil, avaliando-a como desprovida de rigor e leviana, “o que resulta da desconfiança quase certa de que nossa admiração muitas vezes não é senão a forma mais humilhante de nossa ignorância” (VII, 73, jan./1873, p. 15). E acrescenta:

(...) é tempo de abandonarem o que entre nós se chama o estilo e que não corresponde a mérito literário algum e de procurarem, pelo estudo sistemático, pelo trabalho, pela observação, por uma cultura inteligente de suas aptidões individuais, produzirem alguma obra que possa ser vertida em outra língua conservando as suas qualidades (VII, 73, jan./1873, p. 15).

Poder verter uma obra para outras línguas, sem prejuízo de suas qualidades, não revela o escritor como um “homem de seu tempo”? O tal “estilo”, “que não corresponde a mérito literário algum”, não seria uma referência aos exageros do Romantismo? E a observação e a “cultura inteligente de suas aptidões individuais” não equivalem a “certo sentimento íntimo”? É evidente que as palavras de Machado de Assis encerram lucidez e expressão singulares, mas pode-se perceber, uma vez mais, como se aproximam desse artigo, ao demandarem uma arte a um tempo representante de seu país e universal: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e de seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (III, 30, mar./1873, p. 107).

Em “Instinto de Nacionalidade”, na sequência do trecho citado, Machado também mostra a insuficiência da crítica literária brasileira:

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveriam exercer. A falta de uma crítica assim é um dos

maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.

Joaquim Nabuco também menciona a questão da crítica literária: “A crítica, como deve ser feita, ainda é suspeita a muitos. Habitados, como estão todos, a ouvir falar do seu talento a propósito da cada obra sua, estranhariam talvez que, deixando de parte o talento e o estilo, eu julgasse só a obra, suas condições de vida e sua influência literária” (Nabuco, 1872, p. 15).

Sobre *Daniel Deronda*, o redator do artigo afirma que “cada página está cheia de ideias novas, de análises inesperadas, de estados desconhecidos tanto de sentimento como de consciência. (...) Não há uma vulgaridade. Sente-se que o espírito do escritor é uma luz que esclarece os pontos mais escondidos do labirinto do coração humano” (VII, 73, jan./1877, p. 15). A crítica, realizada em dois artigos de números sucessivos do periódico, se dá, então, em torno da descrição dos dois personagens do romance, Deronda e Gwendolen.

Na realidade, vários são os artigos do periódico que destacam a literatura de tradição inglesa. Por exemplo, comenta-se sobre James Russel Lowell (1819-1891): “ocupa a primeira ordem entre os literatos da língua inglesa”; suas “obras são ainda mais populares em Londres do que o são aqui” (I, 7, abr./1874, p. 103). Henry Wodsworth Longfellow (1807-1882), frequentemente citado em *O Novo Mundo*, é descrito como o poeta de língua inglesa mais popular na América Latina. O excerto que segue pertence ao artigo “‘Evangelina’ em português”; embora não traga indicação de autoria, foi atribuído a Sousândrade (Lima, 2002, p. 489):

(...) é Fenimore Cooper o mais conhecido no Brasil, graças principalmente às traduções francesas de suas obras. Dos poetas muito pouco se conhece, desta regra fazendo, porém, exceção notável as obras de Mr. H. W. Longfellow, sobretudo a *Evangelina*. Há muito tempo tem este “Conto de Amor” entusiásticos admiradores no Brasil e de quando em quando vemos nos periódicos algum extrato dele vertido no Português (IV, 43, abr./1874, p. 124, 125).

Alfred Tennyson (1809-1892) e William Cullen Bryant (1794-1878) são também citados: o primeiro é considerado o melhor poeta para os ingleses, enquanto, para os

estadunidenses, Bryant ocupa o lugar de primeiro poeta. Segundo o artigo de julho de 1872, há uma razão para isto: “Nós estrangeiros não poderíamos apreciar bem as sutilezas do espírito do laureado inglês, ainda adicto à escola poética do século passado; e de outro lado os poemas de Bryant, ricos como são da cor local americana, são muito contemplativos demais, e têm pouca ternura ou paixão para nos agradar” (II, 22, jul./1872, p. 188).

“Marjorie Daw”, conto epistolar de Thomas Bailey Aldrich (1836-1907), foi publicado em *O Novo Mundo* de abril de 1875, e ainda, do mesmo autor, “A rainha do Sabá”. Beecher Stowe, já mencionada, comparece com “Minha mulher e eu”, em nove partes, do número 23 ao 32 do periódico. A mesma escritora é notícia em agosto de 1871, acerca da novela *Pink and White Tiranny*, sobressaindo o mote da decadência francesa: “A autora mostra, como quase toda a gente do Connecticut mostrou sempre, um grande horror pelo estilo da vida e da literatura francesa (...). Que autora, por exemplo, tem contribuído mais para tornar mais detestáveis as mulheres frívolas do que George Sand, e mais admiráveis as mulheres verdadeiramente nobres?” (I, 11, ago./1871, p. 170). De fato, é curioso como, em certos momentos, a obra de determinado autor francês é desprezada para, em um momento seguinte, ser celebrada. Note-se que, nesse caso, o tom de desaprovação se dá no contexto da Guerra Franco-Prussiana; anos mais tarde, esse tom dá lugar ao título de “vulto literário” a George Sand.

Em relação aos escritores de nacionalidade estadunidense, *O Novo Mundo* ainda transcreve o poema “Heathen Chin”, de Francis Bret Harte (1836-1902), qualificando-o de “grande e luzente estrela” da literatura americana. Conforme o artigo, o poema “fez do nome do seu autor o do mais popular poeta, em poucos dias. Quando se discute tanto no oeste sobre o estado moral e civil do Chim, o *Heathen Chin* foi realmente uma bomba que estourou no meio dos inimigos desta raça” (I, 6, mar./1871, p. 87). Mais tarde, o periódico noticia a publicação de *Tales of Argonauts*, observando que o autor já não apresenta o mesmo “otimismo gracioso” (VI, 62, nov./1875, p. 38).

Notícias mais breves, sobre escritores da mesma tradição inglesa, são recorrentes em *O Novo Mundo*: sobre Charles Reade (1814-1884), autor de *A Terrible Temptation*; Samuel Smiles (1812-1904) com *Self-Help* e outros.

Do esforço de tornar a tradição anglo-saxônica conhecida e acessível aos brasileiros faz parte a *Crestomatia da Língua Inglesa* (1870), de José Carlos Rodrigues, do mesmo ano de lançamento do jornal, 1870. Frequentemente anunciada nas seções de propagandas do periódico, a obra apresenta, em formato resumido, a história da língua inglesa, além de pequenas biografias de autores e trechos de obras consideradas importantes. Segundo Rodrigues: “A leitura da biografia e das obras completas de um autor deixaria gravado no espírito um retrato perfeito dele: este livro, porém, só contém extratos das obras e os fatos mais gerais da vida dos respectivos autores, ou, por outra, só contém uns rascunhos das suas feições” (1870, p. 4). O volume se divide em três partes: uma introdução, uma seção relativa à prosa e outra à poesia, abrangendo desde a literatura do inglês “primitivo” (de 1250 a 1350) até a do inglês moderno (1550 a 1870), em um leque amplo de autores e obras.

O último item da literatura do inglês moderno é destinado aos autores nascidos nos Estados Unidos. José Carlos Rodrigues entende que a literatura norte-americana se iniciou em 1820, quando “apareceram os escritores e oradores notáveis da Grande República” (1870, p. xlviii). Para ele, os escritores americanos “têm honrado a literatura inglesa”, tanto na prosa como na poesia.

Os poetas estadunidenses incluídos na *Crestomatia* são Poe, Bryant, Halleck, Thackeray, Longfellow, Whittier e Lowell, enquanto, categorizados no “romance em prosa”, encontram-se Irving, Cooper e Beecher Stowe. O anexo II elenca os escritores, poetas e prosadores estadunidenses apresentados em *Crestomatia da língua inglesa*, com os respectivos títulos de obras, eleitas por Rodrigues para transcrição parcial ou total. O mesmo procedimento foi realizado no anexo III em relação à literatura inglesa moderna²⁹. Ressalte-se que o interesse maior nos conteúdos da *Crestomatia* é verificar que, de fato, José Carlos Rodrigues atuou na inclusão de paradigmas da vertente inglesa na literatura brasileira, não apenas pela via de *O Novo Mundo*, mas também pela elaboração e publicação de sua *Crestomatia*.

Embora a literatura de tradição inglesa seja prevalente nas páginas do periódico, a alemã tem certo papel de destaque, sobretudo no que diz respeito aos literatos e obras do cânone. O perfil biográfico de Johan Christoph Friedrich Schiller (1723-1796)

²⁹ O elenco de obras e autores baseou-se no índice da *Crestomatia da língua inglesa*, com a ressalva de que neste constava apenas o sobrenome do autor e o título da composição em poesia ou prosa. Além disso, os autores de nacionalidade estadunidense (anexo II) foram separados dos demais (anexo III).

mostra sua trajetória acadêmica, descrevendo-se sua estada em Weimar, onde travou relações com Goethe (1749-1832). Para *O Novo Mundo*, Johann Wolfgang Goethe é o primeiro poeta da Alemanha, embora se assinale sua influência na Europa enquanto “pensador, crítico e observador original da natureza”. Goethe, segundo o periódico, é “um vulto que não se pode substituir por outro na literatura”; porém: “Como autor dramático ele de certo não pode ombrear com Shakespeare ou com Schiller ou com os grandes mestres franceses” (III, 36, 208, set./1873).

Heinrich Heine (1797-1856) é periodicamente citado em *O Novo Mundo*: “Com a mais perfeita liberdade de espírito ele atacou o romantismo e muitos outros sistemas e escolas do seu tempo” (III, 26, nov./1872, p. 30)³⁰. Heine, vale lembrar, teve grande penetração no Brasil; alguns poemas de Castro Alves são tributários da obra do poeta alemão, como alguns críticos já observaram (Rosenfeld, 1994).

A tradição italiana é eventualmente contemplada no periódico, principalmente com citações de traduções da *Divina Comédia*, de Dante, embora seja Alessandro Manzoni (1783-1875) o único biografado. Outros autores e obras trazidos eventualmente para *O Novo Mundo* poderiam ser mencionados; porém, acreditando-se não ser de relevância central para o escopo deste estudo, optou-se pela transcrição do trecho abaixo, do artigo “A Influência Francesa”, de junho de 1871. O interesse reside na alusão, ainda que sumária, ao florescimento da nacionalidade alemã em oposição à decadência da França. O artigo é emblemático da formação da ideia de literatura nacional na Alemanha pelo antagonismo com a França, cuja cultura ocupava uma posição dominante na Europa.

Desde os tempos de Luiz XVI, a aristocracia, as classes cultivadas da Alemanha, começaram a procurar na França os modelos dos costumes de arte, da literatura, e quando veio a revolução o povo herdou da aristocracia esta ambição de imitarem tudo os (*sic*) Franceses; as idéias e os sentimentos revolucionários ficaram sendo na Alemanha, a pedra de toque do talento, honestidade e sinceridade dos políticos: a revolução ficou tida na conta da única tábua de salvação dos povos de uma parte integrante da sua política. Os republicanos franceses ainda pensam assim e quando V.

³⁰ No Brasil, foi Tobias Barreto (1839-1889) o maior defensor do movimento cultural cujo objetivo era deslocar a França do centro irradiador da cultura para o Brasil, substituindo-a pela Alemanha. Os escritos legados por Tobias Barreto revelam numerosas citações de Heine. *O Novo Mundo* noticia o lançamento de *Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica*, mas em tom de reprovação, julgando-o “um livro meramente pretensioso” (VI, 62, nov./1875, p. 38).

Hugo nas suas apóstrofes aos Alemães chamava “cidade santa” à capital francesa, era consultando a fé que era tão geral na Europa. Na arte e na literatura não era menor a influência dos Franceses. Até pouco tempo havia na Alemanha uma escola francesa de literatura. Dois vultos imensos dela, dois homens que mais do que outros quaisquer exerceram grande influência no espírito da mocidade, H. Heine e Boerne, eram dos mais zelosos cultores desta escola e o primeiro Imperador nunca foi mais decantado do que por aquele escritor, e as cartas que o último escreveu de Paris, há vinte anos, eram até agora por onde juravam os liberais alemães. Para se aquilatar da influência que do outro lado do Reno se imprimiu aos costumes, basta dizer que, não há ainda muitos anos, dizia-se que os escritos que mais dominavam as mães e filhas de famílias alemãs eram os de George Sand — eram as primeiras composições desta célebre escritora, com todo o seu veneno sutil e doce.

A mudança destas influências que já havia começado há alguns anos é agora completa. Os Alemães formam agora em casa os moldes da sua literatura, de sua política e de seus costumes. Na sua política, principalmente, nem até o mais radical de seus liberais quer fraternizar-se com os “Vermelhos” de Paris, e a revolução, que lhes era outrora a âncora da salvação, é-lhes a pedra de escândalo do presente, de que todos fogem espavoridos (I, 9, jun./1871, p. 131).

Quando se refere à influência francesa, o redator parece ter em mente não apenas a Alemanha, mas também e sobretudo o Brasil, em um procedimento que leva o leitor a reconhecer-se e identificar-se com aquela nação. No decorrer da leitura, vislumbra-se uma transformação que envolve a libertação da influência francesa e o nascimento de uma autonomia nacional. O texto delineia um ponto em que, enfim, a plenitude é alcançada; a libertação da França é, para o leitor brasileiro, a promessa de um porvir.

Efetivamente, não são os textos que tratam do nascimento de uma literatura na Alemanha ou os que tratam dos autores desta nacionalidade; não são os artigos que pretendem comprovar a decadência da literatura francesa ou pregar a libertação em relação a essa mesma literatura, tampouco são aqueles que se referem às obras e autores da tradição anglo-saxônica; não se trata da *Crestomatia da língua inglesa*; também não são os que aludem a uma nova tradição, já chamada de Realismo nas páginas do periódico mesmo; não é o “Instinto de Nacionalidade” em diálogo com a “Introdução” de *Camões e os Lusíadas*; não é Castro Alves, não é a Irecê do Visconde de Taunay, não são as polêmicas em torno de José de Alencar, tampouco seu falecimento; não é a discussão sobre o fundador da literatura brasileira; não é o “novo liberalismo”; não é o local da publicação, não é a emergência dos Estados Unidos, não é a década de 1870 — é o todo, contando, convém sublinhar, com os artigos de dicção romântica, que faz de *O*

Novo Mundo um capítulo incluído na narrativa da transição das duas tendências literárias, tão ou mais representativo que a revista *Niterói*.

Considerações finais

Reivindicar um lugar para *O Novo Mundo*, publicado em língua portuguesa nos Estados Unidos, durante praticamente toda a década de 1870, é alçar o periódico ao mesmo patamar da revista *Niterói* (Paris, 1836), levando em conta uma tradição da historiografia literária ancorada na nacionalidade e nos impasses da formação brasileira.

O trajeto percorrido no estudo permitiu visualizar os ideais políticos, ideológicos e culturais inseridos em *O Novo Mundo* que, à semelhança da *Niterói*, projetava o local onde foi editado e publicado como paradigma a ser seguido. A admiração pela nação norte-americana expressa pelo periódico traduzia-se, principalmente, em enunciados ambivalentes, colocando os Estados Unidos em primeiro plano tanto em relação ao Brasil e aos demais países das Américas, quanto em relação à Europa. Assim, a inexistência de relações modernas de trabalho, a persistência da estrutura econômica colonial e das instituições monárquicas e a falta de instrução da população foram temas recorrentes nos artigos de *O Novo Mundo* durante os nove anos de sua existência.

Priorizando a abolição da escravatura com argumentos de toda a sorte, o periódico buscava mostrar que reformas eram essenciais para que o país ingressasse no rol das nações “civilizadas”. Em seus propósitos reformistas, *O Novo Mundo* apresentava, de forma geral, diretrizes de oposição ao governo imperial, denunciando, entre outras, a política do mecenato e da troca de favores, e proclamando a necessidade de desvinculação entre as atividades política e literária.

Os ensaios literários de Gonçalves de Magalhães na *Niterói* e de Machado de Assis em *O Novo Mundo* são emblemáticos das transições literárias dos respectivos períodos das publicações. Incluem, respectivamente, referências à França e aos Estados Unidos, indicando o vínculo dos brasileiros a paradigmas de fora, assim como o paradigma que prevaleceria. Em relação a “Instinto de Nacionalidade”, o diálogo estreito, no interior do periódico, com a “Introdução” de *Camões e os Lusíadas*, de Joaquim Nabuco, aponta para ideais de renovação. Acrescidas as polêmicas presentes nas páginas de *O Novo Mundo* entre José de Alencar e Franklin Távora, assim como entre o primeiro e Joaquim Nabuco, os ensaios críticos de Machado e Nabuco permitiram identificar, além de fissuras no Romantismo brasileiro, uma espécie de “troca de guarda” das figuras proeminentes da intelectualidade brasileira: ocorreram as despedidas de Gonçalves de Magalhães e de José de Alencar e o alçamento ao primeiro

plano de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, os grandes intelectuais brasileiros que dominaram a cena a partir daquela década e ocuparam o centro do debate literário e político-social, respectivamente.

A noção de uma tendência ligada ao Realismo literário também se faz presente em *O Novo Mundo*, incluindo questões e debates a respeito da representação mais adequada dessa tendência, a de nacionalidade francesa ou inglesa. É frequente, não obstante, a destituição do posto referencial da primeira, seja em relação a seus traços românticos, seja em relação à tendência que se afigurava, havendo uma forte disposição em tornar a tradição anglo-saxônica predominante no repertório dos brasileiros. É visível a convergência, nas páginas do periódico, de duas linhas de força: por um lado, um investimento contínuo em refrear o modelo francês; por outro, a tentativa de inserção de uma nacionalidade literária ligada à tradição anglo-saxônica; e parece somar-se ao mesmo esforço a *Crestomatia da língua inglesa* (1870), de autoria do fundador e principal redator de *O Novo Mundo*.

Alguns desses autores e obras, convém notar, já gozavam de ampla repercussão em terras brasileiras, como é o caso de Henry W. Longfellow. Nesse sentido, seria interessante a investigação do alcance que tinham os literatos, sobretudo os de língua inglesa, incluídos em *O Novo Mundo*. Além disso, a necessidade de pesquisas em diversas frentes foi entrevista durante a execução do presente estudo, entre as quais o exame da fortuna crítica de autores como Castro Alves, a revisão das influências da tradição inglesa em Machado de Assis ou a revisão dos autores e obras que demarcam os períodos literários à luz da historiografia literária moderna.

Assinale-se, ainda, que a participação do poeta Joaquim de Sousa Andrade em *O Novo Mundo* não mostrou nenhum indicativo de uma crítica ao modelo norte-americano de desenvolvimento, ao contrário da expectativa. Entre os latino-americanos admiradores dos Estados Unidos e aqueles que receavam o domínio delineado principalmente como resultado da política norte-americana de anexação de regiões vizinhas e da Doutrina Monroe, a posição de Sousa Andrade não foi conclusiva. Ainda que a maioria dos autores se refira a uma forte crítica ao capitalismo emergente na obra do poeta maranhense, faz-se necessário um maior entendimento de *O Guesa*, assim como de sua fortuna crítica. Por ora, com base em sua colaboração em *O Novo Mundo*,

não é equivocado afirmar que Sousândrade compartilhava de ideais inscritos no periódico, inclusive subscrevendo sua participação enquanto sócio.

Um pouco mais tarde, a cisão entre essas duas correntes tomaria corpo, no caso brasileiro, em autores como Eduardo Prado, em *A ilusão americana* (1893), e Joaquim Nabuco, em *Balmaceda* (1895). Mas aqui, já se entra em outro assunto. Em relação à literatura brasileira, a questão constitui tema de mais uma frente de pesquisa, a investigação de obras ficcionais (além de *O Guesa*) da década de 1870 que mostrem a adesão ou o combate ao modelo norte-americano.

Bibliografia

- ALENCASTRO, L. F. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 19, 1987. p. 68-72. Disponível em:
<http://novosestudos.uol.com.br/acervo_artigo.asp?idMateria=274>. Acesso em 13.set.2009.
- ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- AMORA, A. S. *O romantismo, 1833-1838/1878-1881*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Correspondência passiva de José Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v. 90, 1970.
- ASSIS, M. *Obra Completa* (Org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2004.
- _____; NABUCO, J. *Correspondência* (Org., Sel., Notas: Graça Aranha). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- AZEVEDO, J. A. M. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, Seção de Publicações, 1971.
- BARBOSA, J. A. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.
- _____. *OPUS 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- BAREL, A. B. D. *Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- BERABA, A. L. *América aracnídea: teias culturais interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOEHRER, G. C. A. José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*, 1870-1879. *Journal of Inter-American Studies*. Miami, n. 1, 1967. p. 127-144.
- BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____ *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 194-245.
- _____. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- CAIRO, L. R. Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro. In: COUTINHO, E. F. (Org.) *Fronteiras imaginadas: cultura nacional, teoria internacional*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 225-40.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMPOS, A; CAMPOS, H. *ReVisão de Sousândrade*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CAMPOS, G. V. de. *O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870 – 1879)*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- CAMPOS, H. A peregrinação transamericana do *Guesa* de Sousândrade. In: Campos, A; Campos, H. *ReVisão de Sousândrade*. São Paulo: Perspectiva, 2002b. p. 533-564.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, v. 2, 1836-1880. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CARDIM, E. *Na minha seara*. Rio de Janeiro: s. n., 1949.
- CARVALHO, J. M. de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____ (Org.). *Nação e cidadania do Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-41.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, M. A. R. de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.
- CASANOVA, P. *A República Mundial das Letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHAMBERS, R. (Ed.) *Cyclopædia of English Literature: a selection of chiest productions of English authors, from the earliest to the present time*. New York: American Book Exchange, 1830. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/chamberscyclop02cham>>. Acesso em 11jul.2009.
- COUTINHO, A.; SOUSA, A. G. (Dir.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, 2001.
- DUPAS, G. *O mito do progresso; ou o progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- GAULD, C. A. José Carlos Rodrigues, o patriarca da imprensa carioca. *Revista de História*. São Paulo, n. 16, 1953. p. 427-438.
- GRUESZ, K. S. Hacia um mundo nuevo latino: los periódicos hispanos em Estados Unidos a fines del siglo XIX. *Revista Iberoamericana*. Cambio cultural y lectura de periódicos en el siglo XIX em América Latina (Coord. J. Poblete). México, n. 214, 2006. p. 185-196.
- _____. *Ambassadors of Culture: the transamerican origins and Latino writing*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.
- GUIMARÃES, H. de S. Pai Tomás e a vibração do sentimento (anti) escravagista no romantismo brasileiro. Comunicação no VII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, 2004, Rio de Janeiro. Brazilians Studies Association. New Mexico, 2004, v. nd. p. nd.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1998, p. 3-27.
- GUINZBURG, J. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- HARDMAN, F. F. Espectros de la nación: figuras desplazadas entre 'saudades' y soledades. *Remate de Males*, Campinas, n. 22, 2002, p. 77-96.
- HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOLANDA, S. B. de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KANELLOS, N. A brief history of Hispanic periodicals in the United States. In: _____; MARTELL, H. *Hispanic periodicals in the United States, origins to 1960: a brief history and comprehensive bibliography*. Houston: Arte Público Press, 2000. p. 3-136.
- LEÃO, M. (dir.) Suplemento Literário, *A Manhã*, Ano IV, vol. VII, n. 12. 08/10/1944. p. 181-191.
- LIMA, L. C. O campo visual de uma experiência antecipadora. In: Campos, A; Campos, H. *ReVisão de Sousândrade*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 461-516.

- LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- LOPES, H. *Letras de Minas e Outros Ensaios* (sel. e apr. Alfredo Bosi). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. Sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói. Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*. Paris: Dauvin ET Fontaine, Libraires, 1836. p. 132-159. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm>
 Acesso em 14.dez.2009.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MARTELL, H. *Hispanic periodicals in the United States, origins to 1960: a brief history and comprehensive bibliography*. Houston: Arte Público Press, 2000.
- MARTINS, A. L. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2008a.
- MARTINS, E. V. Observação e imaginação nas *Cartas a Cincinnati*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008b. Disponível em:
 <http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/070/EDUARDO_MARTINS.pdf>. Acesso em 05.dez.2009.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- MEDEIROS, S. Prefácio para esta edição. In: TAUNAY, A. d'E. *Memórias*. Edição de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- MELO, J. M. de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MINÉ, E. Imprensa brasileira de oitocentos: identidades em confronto. In: FILIZOLA, A. et al (Org.). *Verdade, amor, razão, merecimento: coisas do mundo e de quem nele anda*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. p. 305-310.
- MOREIRA, L. F. *Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

- MORSE, R. M. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NABUCO, C. *Retrato dos Estados Unidos à luz da sua literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NABUCO, J. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1872.
- _____. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- NITERÓI. Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes. Paris: Dauvin ET Fontaine, Libraires, 1836. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm>
 Acesso em 14.dez.2009.
- O NOVO MUNDO. Periódico Ilustrado para o Progresso da Idade. Nova Iorque: James Sutton Co., 1870 – 1879. Mensal.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PINASSI, M. O. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PUNTONI, P. Os recenseamentos do século XIX: um estudo crítico. In: SAMARA, E. de M. (Org.). *Populações: (con)vivência e (in)tolerância*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 159-205.
- RICUPERO, B. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, J. C. *Crestomatia da língua inglesa sendo excertos escolhidos da literatura inglesa*. Nova Iorque: Barnes e Company, 1870.
- _____. *The Panama Canal. Its history, its political aspects, and financial difficulties*. New York: Charles Scribner's sons, 1885. Disponível em:
 <<http://www.archive.org/stream/panamacanalitsh00rodrgoog#page/n5/mode/>>
 Acesso em 28.dez.2009.
- ROSENFELD, A. Castro Alves e Heinrich Heine. In: _____. *Letras e leituras*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994. p. 85-93.
- ROUANET, S. P. (Coord. E Orient.) *Correspondência de Machado de Assis. Tomo II - 1870-1889* (Reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

- SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1937.
- SÁ, L. Índia romântica. Brancos realistas. In: TAUNAY, A. d'E. *Irecê a Guaná*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000. p. 133-143.
- SANTOS, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Elza Miné da Rocha e. *O Novo Mundo 1870 – 1879, Da Enunciação da Proposta às Suas Revisitações*. Tese (Livre-Docência em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TAUNAY, A. d'E. *Irecê a Guaná*. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- _____. *Memórias*. Edição de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- TREECE, D. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado - nação imperial*. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.
- TRÍPOLI, M. J. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- TORRES-MARCHAL, C. *Um “tupiniqu-inca seguindo os passos de Sousândrade*. Entrevista concedida a Ana Carolina Cernicchiaro, 18.ago.2007. Disponível em: <http://centopeia.net/entrevista/carlos_torres.php>. Acesso em 22.ago.2009.
- VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WILLIAMS, F. G.; MORAES, J. *Sousândrade: prosa*. São Luís: Edições SIOGE, 1978.

Anexos

Anexo I – “Introdução” de *Camões e os Lusíadas* (Nabuco, 1872, p. 5-17).

Completam-se em 1872 os três séculos passados sobre a fronte da pirâmide do espírito humano e da glória portuguesa chamada — *Os Lusíadas*.

Qualquer, porém, que seja o tempo decorrido, a obra cada dia parece mais nova, e os louros do poeta são mais verdes; à admiração das gerações passadas junta-se a das gerações nascentes, e é dessa constante e universal homenagem que se faz a fama do cantor e do poema.

Estas notas, que vão publicadas em forma e com aparência de livro, são verdadeiras impressões pessoais. Acontece com um poema, como *Os Lusíadas*, o mesmo que com a natureza: cada um compreende-a, goza dela, ama-a segundo seu temperamento, e duas pessoas postas em frente de um belo espetáculo do firmamento sentem diferentes emoções.

Há ainda mais uma analogia entre essas duas grandes obras: a criação que é o poema de Deus, e o poema que é a criação do gênio. Quem ama verdadeiramente a natureza pode percorrer muitas vezes o mesmo sítio, cada dia descobre uma nova beleza. A princípio vê-se apenas a magnificência do panorama, depois se destaca o horizonte, em seguida o solo, até que a variedade das maravilhas torna-se infinita.

Uma cascata, por exemplo, há nada mais semelhante em todas as suas partes, e não parece que se deve gozar apenas do espetáculo da queda? Fixai, porém, a vista das fendas das pedras; a água parece manar em cristais debaixo da grande massa que precipita; os vapores mesmo têm muita diversidade conforme o raio de luz; no ruído sempre do mesmo rio, que se despenha, há mais de uma harmonia. Tereis assim as mais belas e variadas impressões, onde esperáveis apenas encontrar a monotonia. O mesmo dá-se com um grande poema.

Quando se o lê à primeira vez, parece que se contempla um céu estrelado em noite de verão; sente-se espalhado por todo ele um ar de majestade e de grandeza, que nos faz dizer — aí está o gênio. Temos a vertigem do infinito. Lendo-o, porém, outra vez, apoderamo-nos do plano do poeta, seguimos a marcha do seu gênio, descobrimos

as leis da atração e da mecânica poética. É como se nesse céu, de que a princípio nos deslumbrava a extensão dos limites, descobríssemos a lei do movimento e de suas relações, e penetrássemos o segredo de Deus. Se depois baixamos os olhos desse *firmamento* que nos fascina e começamos a examinar o solo, quanta fonte encoberta ao lado do caminho! Quanta delicadeza de cores! Que vida em todos os entes! Quantas flores a nossos pés! E, ao deixarmos esse torrão ornado de tantos primores, enganamo-nos acreditando tê-los exaurido. Cada vez que lá voltarmos seremos surpreendidos por novos prodígios: é um mundo, onde cada dia se vê mais um encanto que se ama ainda mais quando se descobre com trabalho, assim como essas fontes escondidas, em cuja água o viajante bebe com mais amor, quando ele próprio a encontrou ainda virgem na solidão da mata.

É à mocidade que se deve dar a ler esse livro tão elevado e tão puro. Em suas páginas aprenderá ela a amar a glória, em cada estância terá um novo incentivo, e durante muitos anos lhe acudirá sempre à memória um oráculo de Sócrates escrito na linguagem divina do poeta, ou um feito de Vasco da Gama e de Egas Moniz imortalizado por outro Homero.

A mocidade deve ler o poema, sobretudo porque, como dizia Horácio recomendando a leitura da *Iliada*, “a mocidade é como a ânfora, que exala por muito tempo o aroma do primeiro vinho que conteve”¹.

É preciso recomeçarmos com o divino Camões, porque hoje, é triste dizê-lo, os *Lusíadas* são um livro pouco lido e pouco conhecido.

Uma outra (*sic*) literatura tomou o lugar da forte poesia épica. Já não se fala ao coração nem ao espírito, fala-se ao sistema nervoso, à sensibilidade doentia das mulheres histéricas e dos homens ociosos. Ler um canto opulento, rico, dos *Lusíadas*, ler o poema, direi melhor, parece a muitos uma coisa pesada, espada de nossos maiores e suas armas de combate.

Isso, porém, só fala contra nós. Há três séculos possui a literatura portuguesa um monumento como esse, e, em vez de estudá-lo, de buscar nele todos os prazeres que nos oferece, andamos à cata das borboletas que a França produz em uma estação para morrerem na outra. Assim mostramo-nos indignos da herança que o gênio nos legou; e

¹ Trad. Jules Janin.

ainda somos felizes, porque basta-nos para voltarmos ao antigo vigor do coração e da inteligência a leitura apaixonada dos *Lusíadas*.

Deve-o ler a mocidade. Disse alguém: “uma grande vida é um sonho da mocidade realizado na idade madura”; é preciso, pois, que o sonho seja belo, para que, se se realizar, fique para o país mais uma glória. E em que livro têm-se tantos elementos para criar um ideal de vida, como nesse? Todos os sentimentos estão nele esculpidos em versos eternos: o amor puro, a ambição da glória, o sacrifício, o valor, o desprezo da morte, o amor da pátria sem limites, todos os grandes sentimentos animam como o fogo sagrado a alma dos heróis do poeta. Que melhor lição para os que entram na vida do que a que lhes manda deixarem no limiar todo egoísmo, e dedicarem-se sempre pela pessoa a quem amam, pela ideia e pela pátria?

É preciso que à data do terceiro centenário do poema preste-se-lhe mais alguma homenagem, ou antes um respeito universal como o de que gozaram durante a antiguidade os poemas homéricos.

Qualquer que seja o atual eclipse, o astro se desprenderá da sombra e tornará ainda algum dia sua posição no horizonte. Não é só, porém, o poeta que se deve conhecer, é também o homem.

Camões, e isso ver-se-á melhor ao ler as presentes notas, é a expressão genuína de seu país. Pessoalmente bom, amável, dedicado, cheio de desinteresse, heroico, ele toma com suas desgraças um grande vulto de cantar a glória portuguesa na véspera de Alcacer e a ventura de não sobreviver à pátria! Náufrago nas águas do Mékong, o que trata de salvar às ondas é seu livro, e com ele a epopeia da navegação! Infeliz e pobre, mendiga depois de ter dotado o país com o maior monumento que ele possui!

De todos esses acidentes e esses infortúnios formou-se a legenda do poeta. Respeitarei tanto quanto for possível a figura histórica e a tradição popular. Um Camões pobre, proscrito, mendigando nas pontes de Lisboa pela mão de uma escrava, seria remorso para a geração de 1570; para a de hoje, porém, é um exemplo vivo que a fará honrar o gênio infeliz. Não tocarei assim nas roupas de mármore em que a posteridade envolveu a estátua do poeta, nem tratarei de quebrar o prestígio sedutor de suas desgraças. A tradição é a história. Seria uma profanação mentir a ambas, só para seguir os passos de uma opinião que quer destruir todos os cultos da humanidade, decompor as

lendas, mostrar os lados pequenos dos grandes homens. Como se um mito não fosse a resultante de um longo trabalho de idealização! E como se a humanidade não tivesse querido, formando-os, criar modelos inalteráveis para o progresso de todos!

Este livro não tem valor, como disse antes, senão como notas de minhas impressões, e esse valor é também pessoal. Tratei de deixar de lado o estudo bibliográfico, cuidadosamente feito pelo Sr. I. F. da Silva; o estudo literário, fi-lo unicamente com os *Lusíadas*, desconhecendo quase tudo que sobre eles se tem publicado; é, como se vê, um livro escrito com minhas impressões.

Como um mergulhador, que, no fundo do oceano, não precisa ler o que sobre ele se escreveu para sentir-se deslumbrado por tantas riquezas e por tão novos quadros, assim não pensei que me fosse necessário o socorro de outros para sentir e compreender as inúmeras belezas do poema de Camões. Expressar o que senti foi-me possível, porque não precisei falar a linguagem do poeta.

Escolhendo os *Lusíadas* para objeto de meus estudos, acredito que tomei assunto nacional. Os *Lusíadas* são a obra-prima da literatura portuguesa, que é a nossa.

Vários ensaios, e alguns de grande merecimento, fizeram-se entre nós com o intuito de dar-nos uma literatura própria, mas ela ainda não existe. De duas sortes foram os trabalhos, que se conhecem, feitos com essa intenção. De uns o assunto era a vida de nossos indígenas, de outros era o estado atual de nossa sociedade.

Uma literatura, inspirada pela vida errante das tribos primitivas, que se servisse amplamente de seu rude vocabulário, que não nos descrevesse senão os seus costumes, seria bem uma literatura tupi ou guarani, mas não a brasileira. A poesia pode idealizar o caráter, o coração, as guerras, a civilização até desses ferozes habitantes de nossos sertões; mas a poesia, que se impuser essa aliás bela missão, será uma poesia fantástica, sem direito a ser nacional.

A sociedade brasileira, da qual a literatura deve ser a expressão, é exatamente aquela que substituiu no gozo deste país os seus habitantes primitivos. Tornamo-nos nós os cantores dessa vida, que só tem poesia para aquele que não aceita plenamente a teoria do progresso moral, é, já não digo, levantarmo-nos contra nossa própria existência neste lado do Atlântico, mas, sermos os poetas de uma raça que não é nossa. Pode isentar-se o poeta de qualquer servidão de sentimento, mesmo da do patriotismo, mas não pode ser o

poeta natural de uma sociedade, que ele nega radicalmente. A vida do Brasil começou em 1500; antes existia o seu solo, mas com outro nome e povoado por outra raça. O domínio dessa desapareceu, barbaramente perseguido, é certo, e refugiou-se no interior ainda virgem do país. Nada ficou sobre o solo atestando a antiga existência das tribos primitivas; nenhuma forma de sociedade estável havia entre elas, enquanto no Peru os Incas tinham o seu trono firmado no coração de uma raça, cujos monumentos e construções maravilharam os conquistadores.

Aquele que contasse da vida errante, que povoasse o deserto de ilusões, que pusesse no coração de nosso índio os sentimentos mais ternos do seu, que fizesse-o muitas vezes eco de suas próprias dores, que lhe desse a eloquência de um tribuno e a imaginação de um poeta, esse poderia fazer uma obra admirável de fantasia; faria mesmo uma obra da mais verdadeira e ideal poesia, *O Uruguai* dá-nos testemunho disso; mas o poeta, por maior que fosse o seu gênio não faria um poema nacional. “A literatura, frase de um dos mais profundos espíritos da Restauração, de Royer-Collard, é a expressão accidental da sociedade”, e que tem a sociedade brasileira com as tribos indígenas?

Gonçalves Dias, por exemplo, nos seus *Cantos* compreendeu bem isso; eis por que nos parece ter pouca razão o Sr. Alexandre Herculano em chamar às *Poesias Americanas* — a verdadeira poesia nacional do Brasil —, quanta teve ele em lamentar que elas não ocupassem maior espaço no volume ². Gonçalves Dias é um dos poetas que mais tiveram o sentimento americano; mas suas poesias indígenas seriam menos facilmente da poesia tupi do que seriam do cancionero espanhol suas sextilhas de *Fr. Antão*. A cor local não constitui a originalidade de uma literatura. Se a cor local bastasse para isso, Gonçalves Dias seria andaluz do tempo dos sarracenos, Byron seria veneziano ou grego e Shakespeare seria ao mesmo tempo bretão, romano e moiro.

Há alguma coisa mais que realizar para uma literatura ser nacional, é expressar o estado da sociedade, que nela se reflete. Compreenderam isso homens de talento como os que haviam tentado nacionalizar no Brasil a poesia guarani, ou para melhor dizer, a poesia que intenta ser guarani, porque os poetas, que pintam-nos esses povos, dão-lhes sentimentos que eles não reconheceriam, e ideias de uma civilização a que nunca

² Esses mesmos pensamentos aqui mais desenvolvidos encontram-se em um artigo meu — a Poesia no Pacífico — impresso na *Reforma*.

chegaram. Mas os pintores da nossa sociedade foram tão infelizes como os da vida selvagem. No Brasil não há por ora originalidade alguma, nem de artes, nem de construção, nem de costumes, nem de vida. Há duas coisas, porém, que fazem parecer tudo isso novo e original: a primeira, digamo-lo em nossa honra, é a natureza; a segunda, digamo-lo para nossa vergonha, é a escravidão.

Ora acontece que há sempre nas obras dos escritores, que querem ser nacionais, traços, reflexos, sinais dessa deplorável instituição. O que constitui nos seus livros a particularidade de nossas cenas familiares, de nossa vida campestre, são os quadros do cativo humano.

Assim a nossa vida é a mesma dos outros países, com a diferença que entre nós há a escravidão de mais. É isso que forma a originalidade brasileira. É certo que alguns de nossos escritores pintaram a escravidão de modo a fazê-la odiar; ao lado desses, porém, cujas obras pertencem mais à polêmica do que ao romance ou à poesia, há muitos, quase todos, que confundem insensivelmente os dois estados, e que, quando querem dar a cor local do país a suas obras, trazem uma lembrança do cativo, sem indagarem se isso não é um estigma, que eles imprimem, em vez de uma honra que fazem, a seu país. Este sistema que não peca por falta de relação com a sociedade, brasileira, peca por falta de ideal, sem o qual não existem nem letras nem artes. É ele, na verdade, a exata pintura da sociedade de hoje, mas por isso mesmo é destinado a perecer com esta.

O presente no Brasil é uma época de transição. Os quadros, em que ela vê hoje sua imagem, hão de parecer às gerações posteriores o monumento de tempos, em que o trabalho ainda era servil e em que uma raça florescia, enquanto morria a outra. Em honra de seus maiores, elas hão de apagar da história essas lembranças.

Assim os diversos ensaios feitos com intuito de dar-nos uma literatura pátria, foram todos estéreis: uns, porque introduziram uma literatura, que sem ter relação alguma com a raça, as tradições e a história do país não podia ser a literatura brasileira; outros, porque traçaram as raias de nossa nacionalidade moral com a escravidão, condenada a desaparecer. Isso prova que não está no poder de um homem, nem de um grupo, mudar a natureza das coisas, e que as literaturas formaram-se lentamente com a língua, a religião e a sociedade.

Não duvido que venhamos a ter uma abundante literatura pátria, mas para isso é preciso, primeiro, que a alma beba amplamente inspirações na nossa natureza e, depois, que a sociedade chegue pela liberdade a tomar sua forma definitiva. Enquanto tais resultados não se produzirem, *Os Lusíadas*, como obra-prima de nossa língua, serão a obra-prima de nossa literatura.

Tenho ainda que responder a um preconceito e a um erro.

O preconceito é dizer-se que devemos tornar-nos independentes de Portugal, literária, como nos tornamos politicamente. Basta enunciá-lo para ver-se que aí há uma confusão do domínio da força com o da inteligência. O erro é supor-se que o Sr. Domingos Gonçalves de Magalhães operou essa obra da nacionalização das letras pátrias. Não quero falar dos vivos, mesmo para tirar a este livro, todo de impressões pessoais, o caráter de um livro de controvérsia; é preciso, porém que eu exprima meu pensamento inteiro a esse respeito. Acredito que na órbita literária do Sr. Magalhães só entraram alguns escritores, cujas obras já estão esquecidas. Esse fato explica-se naturalmente, porque falta cor, movimento, harmonia, comunicação, vida e rima à poesia do Sr. Magalhães. Sem eloquência e sem paixão, não se pode fazer proselitismo em artes, como não se faz em política.

Poderia falar dos outros que com mais qualidades quiseram realizar o mesmo intento do ilustre poeta do — *Waterloo* —, mas este livro não deve logo no prefácio suscitar paixões.

A crítica, como deve ser feita, ainda é suspeita a muitos. Habitados, como estão todos, a ouvir falar do seu talento a propósito da cada obra sua, estranhariam talvez que, deixando de parte o talento e o estilo, eu julgasse só a obra, suas condições de vida e sua influência literária.

Escolhendo, pois, *Os Lusíadas*, acredito que não saí do terreno da literatura nacional.

Escrito como está, vai este livro desagradar a muitos; a alguns, porém, ele parecerá a expressão do sentimento do autor. Os que o conhecem verão que essa crítica, por assim dizer individual, foi feita com sinceridade, e que a cada passo sua alma estava realmente impressionada pela emoção que descreve. O raio de luz que atravessa a água

chega do outro lado tão puro, tão perfeito e tão brilhante: possa através deste livro resplandecer sempre o gênio do poeta!

Se publico estas escritas no espaço de quatro meses, e não as guardo cuidadosamente longos anos, é porque quero dar sempre e sinceramente os frutos da minha idade. Estas impressões são de uma mocidade verde; publicadas segundo o preceito do mestre do gosto e da arte, que nunca elogio a contento³, não pareceriam elas a produção afetada de uma idade que queria ter aparências de outra mais nova, em que as emoções são mais vivas? Quantas pessoas não julgam ser impossível guardar-se sempre a mesma frescura de impressões e de sentimentos? Quantas não acreditam que o entusiasmo, o amor, a generosidade, a confiança, a fé, a ilusão são plantas que dão todos os seus perfumes na madrugada, e que depois se enregelam-se murcham por um vento frio e seco, chamado experiência?

Há outra razão, porém, para publicar meu livro este ano.

Em 1859, em 1864 e em 1865, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália celebrarão (*sic*) com festas nacionais os centenários de Schiller, de Shakespeare e de Dante.

Publicando hoje estas notas, não faço mais do que fizeram os homens de coração desses três países, quando, deixando os campos, vinham às cidades cobrir de flores as estátuas dos poetas.

Eu pago o tributo de uma admiração sempre crescente a Luís de Camões no terceiro centenário de seu poema.

10 de abril de 1872.

³ Horácio, Epist. II.

Anexo II – Literatos estadunidenses e suas obras da *Crestomatia da língua inglesa*, de José Carlos Rodrigues (1870):

Poesia

AUTOR	* †	POESIA
Edward Young	1684-1758	Procrastination
Halleck, Fitz-Greene	1790-1867	Marco Bozzaris
Bryant, William Cullen	1794-1878	To a Waterfall William Tell Thanathosis
Longfellow, Henry Wodsworth	1807-1882	The Old Clock on the Stairs A Day of Sunshine
Poe, Edgar Allan	1809-1849	The Bells The Raven
Whittier, John Greenleaf	1809-1892	Seed Time and Harvest The Husker's Song
Thackeray, William Makepeace	1811-1863	The End of the Play
Lowell, James Russel	1819-1891	Hunger and Cold

Prosa

AUTOR	* †	GÊNERO	OBRA
Franklin, Benjamin	1706-1790	Miscelânea	The Faith and Works
Irving, Washington	1783-1859	Novela	The Widow and her Son
Longfellow, Henry Wodsworth	1807-1882	Miscelânea	Paul Fleming Resolves
Stowe, Harriet Beecher	1811-1896	Novela	Little Edward
Dana, Richard Henry	1815-1882	Miscelânea	Influence of Home
Mitchell, Donald G.	1822-1908	Miscelânea	Summer
Cooper, James Fenimore	1879-1851	Novela	Escape from a Panther Death of the Old Trapper
Beecher (?)	?	Miscelânea	Destruction of Insects

Anexo III - Literatos do Reino Unido e suas obras da *Crestomatia da língua inglesa*, de José Carlos Rodrigues (1870):

Poesia

AUTOR	* †	NACIONAL	POESIA
Shakespeare	1564-1616	Inglaterra	Wolsey and Cromwell, Antony's Adress to the Romans, Hubert and Arthur Scene from King Henry IV Life and Death Weighed
Dryden, John	1631-1700	Inglaterra	Alexander's Feast
Milton, John	1608-1674	Inglaterra	Satan's Encounter with Death Eve's Account on her Owen Creation
Addison, Joseph	1672-1719	Inglaterra	Cato's Speech over his Dead Son Cato's Soliloquy
Pope, Alexander	1688-1744	Inglaterra	The Dying Christian to his soul From the Essay on Criticism
Thompson, James	1699-1746	Inglaterra	Hymn on the Seasons
Gray, Thomas	1716-1771	Inglaterra	Elegy in a Country Church-Yard
Collins, Williams	1721-1759	Inglaterra	The Passions
Goldsmith, Oliver	1728-1744	Inglaterra	The Deserted Village
Cowper, William	1731-1800	Inglaterra	Self Imposed Distress
Wordsworth, William	1770-1850	Inglaterra	The Deaf Man's Grave
Scott, Walter	1771-1832	Escócia	The Charge at Waterloo
Montgomery, James	1771-1854	Inglaterra	Home
Coleridge, Samuel Taylor	1772-1834	Inglaterra	France
Southey, Robert	1774-1843	Inglaterra	The Alderman's Funeral
Campbell, Thomas	1777-1844	Escócia	Battle of Warsaw
Moore, Thomas	1779-1852	Irlanda	All Things of God
Lord Byron, George Gordon	1788-1824	Inglaterra	The Dream Greece Apostrophe to the Ocean Darkness Midnight – The Coliseum
Shelley, Percy Bysshe	1792-1822	Inglaterra	The Cloud
Andersen, Christian	1805-1875	Inglaterra	The Dying Child
Browning, Elizabeth Barret	1806-1861	Inglaterra	The Cry of the Human Soul
Tennyson, Alfred	1809-1892	Inglaterra	Lady Clare Dora
Knowles, James Sheridan	1784-1862	Irlanda	The Swiss Patriot
Grahame, James	1765-1811	Escócia	Sabbath Morning
Chatterton, Thomas	1752-1770	Inglaterra	Resignation

Prosa

AUTOR	* †	NACIONAL	GÊNERO	PROSA
Addison, Joseph	1672-1719	Inglaterra	Miscelânea	The Vision of Mirza
Fielding, Henry	1707-1754	Inglaterra	Miscelânea	The Miser
			Novela	Peter Pounce and Parson Adams
Johnson, Samuel	1709-1784	Inglaterra	Miscelânea	A Picture of Human Life
Sterne, Laurence	1713-1768	Irlanda	Miscelânea	The Captive
Smith, Sydney	1771-1845	Inglaterra	Miscelânea	Means of Acquiring Distinction Story of Mrs. Partington
Lamb, Charles	1775-1834	Inglaterra	Miscelânea	Poor Relations
Taylor, Jane	1783-1824	Inglaterra	Miscelânea	The Discontented Pendulum
Miller, Hugh	1802-1856	Escócia	Miscelânea	The Mosaic Vision of Creation
Spurgeon, Charles Haddon	1834-1892	Inglaterra	Miscelânea	Songs in the Night
Dickens, Charles	1812-1870	Inglaterra	Novela	The History of Prince Arthur Death and Burial of Little Nell A Child's Dream of a Star
Scott, Walter	1771-1832	Escócia	Novela	Dialogue from Ivanhoe
Smollet, Tobias George	1721-1771	Escócia	Novela	Count Fathom's Adventure
Radcliffe, Ann	1764-1823	Inglaterra	Novela	Hardwick, in Derbyshire
Bulwer (?)	?	?	Novela	Power and Genius - Idols of Imagination